

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Paula Milano Sória

**FONTES E PLURALIDADE NA REVISTA *VEJA*:
Criminalidade, Violência e Segurança Pública**

Porto Alegre

2009

PAULA MILANO SÓRIA

**FONTES E PLURALIDADE NA REVISTA *VEJA*:
Criminalidade, Violência e Segurança Pública**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Miriam de Souza Rossini

Porto Alegre

2009

*Aos meus amigos, aos meus colegas de trabalho, aos meus pais e irmã
e, acima de tudo, ao meu futuro marido Ronei Quedi, para quem tudo
é prometido após a conclusão deste trabalho.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Há pouco mais de três anos decidi vir para Porto Alegre fazer mestrado. Larguei o emprego em Florianópolis mesmo sem ter sido aprovada. Como aluna especial do PPGCOM da UFRGS, dediquei-me, além dos estudos, a entender a forma de pensar de um pesquisador. Mas como ninguém vive de vento, Deus me presenteou com mais do que aprofundamento teórico e eu consegui um trabalho.

Há dois anos e seis meses, divido meu tempo entre a prática profissional e a acadêmica, entre ser editora e pesquisadora. Dois mundos completamente diferentes, mas que eu acredito, profundamente, aperfeiçoam um ao outro. Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de viver a experiência destes dois mundos em paralelo e, durante esta caminhada, ter me proporcionado o aprendizado com as professoras Virgínia Fonseca, Maria Helena Weber e Marcia Benetti Machado. Por outro lado, minha experiência acadêmica teria sido menos intensa sem a prática profissional no Jornal do Comércio. Agradeço ao meu editor Pedro Maciel, aos meus colegas de editoria (Daniel, Izadora, Fábio, Cláudio, Maurício, Juliano, Marina, Paula B. e Vanderson) e aos colegas Roberto Brenol e Danilo Ucha, exemplos excepcionais do que é ser jornalista. Agradeço ao professor Clovis Kassick, que me ensinou que ser professor é muito mais aprender do que ensinar. Por fim, agradeço ao amigo, colega de academia e de profissão Flávio Porcello.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise da cobertura de criminalidade, violência e segurança pública no Brasil, realizada pela revista *Veja*, de circulação nacional, entre os dias 14 de fevereiro de 2007 e 6 de fevereiro de 2008. A data de início da pesquisa tem como marco o assassinato do menino João Hélio Fernandes. Inicialmente, apresentaremos o olhar teórico com o qual embasamos e através do qual realizamos a pesquisa: a Análise de Conteúdo. Em seguida, colocamos as questões metodológicas, divididas entre uma discussão acerca do método e dos procedimentos técnicos para se realizar a investigação das 51 edições. E, para finalizar, promovemos a apreciação dos 29 textos com chamada de capa selecionados, segundo as categorias de análise formuladas. O objetivo deste trabalho é analisar o modo como *Veja* deu espaço as mais diversas fontes e se a recorrência a essas fontes se deu de maneira plural.

PALAVRAS-CHAVE

Criminalidade, violência, segurança pública, fontes jornalística, revista *Veja*

ABSTRACT

This research presents an analysis of coverage of crime, violence and public security in Brazil, held by *Veja* magazine, a national circulation magazine, between 14 February 2007 and February 6, 2008. The research's starting date have by mark the murder of the boy João Helio Fernandes. Initially, we present the theoretical look wich we based it and through which we conducted the research: the Analysis of Content. Then, we present the methodological issues, divided between a discussion about the method and the technical procedures to conduct the investigation of 51 editions. And to finish, we promote the appreciation of 29 texts with cover calls selected according to the categories of analysis made. The objective of this study is to examine how *Veja* magazine gave space to the most diverse sources and if this happened of a plural way.

KEY-WORDS

Crime, violence, public safety, journalistic sources, *Veja* magazine

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Edição de <i>Veja</i> de 01/01/1975	52
Figura 2: Edição de <i>Veja</i> de 01/01/1976	52
Figura 3: Edição de <i>Veja</i> de 02/11/2005	54
Figura 4: Edição de <i>Veja</i> de 08/08/2007	54
Figura 5: Edição de <i>Veja</i> de 03/09/2008	54
Figura 6: Edição de <i>Veja</i> de 22/09/2004	55
Figura 7: Edição de <i>Veja</i> de 18/05/2005	55
Figura 8: Edição de <i>Veja</i> de 27/05/1992	56
Figura 9: Edição de <i>Veja</i> de 02/09/1992	56
Figura 10: Edição de <i>Veja</i> de 30/09/1992	56
Figura 11: Edição de <i>Veja</i> de 17/03/1993	56
Figura 12: Edição de <i>Veja</i> de 05/03/1986	58
Figura 13: Edição de <i>Veja</i> de 25/01/1989	58
Figura 14: Edição de <i>Veja</i> de 21/03/1990	59
Figura 15: Edição de <i>Veja</i> de 29/06/1994	59
Figura 16: Edição de <i>Veja</i> de 23/03/1988	60
Figura 17: Edição de <i>Veja</i> de 30/12/1992	60
Figura 18: Edição de <i>Veja</i> de 14/02/2007	70
Figura 19: Edição de <i>Veja</i> de 21/02/2007	73
Figura 20: Edição de <i>Veja</i> de 28/03/2007	79
Figura 21: Edição de <i>Veja</i> de 04/04/2007	84
Figura 22: Edição de <i>Veja</i> de 11/04/2007	87
Figura 23: Edição de <i>Veja</i> de 25/04/2007	89
Figura 24: Edição de <i>Veja</i> de 02/05/2007	92
Figura 25: Edição de <i>Veja</i> de 23/05/2007	93
Figura 26: Edição de <i>Veja</i> de 30/05/2007	94
Figura 27: Edição de <i>Veja</i> de 27/06/2007	96
Figura 28: Edição de <i>Veja</i> de 04/07/2007	98
Figura 29: Edição de <i>Veja</i> de 18/07/2007	99
Figura 30: Edição de <i>Veja</i> de 25/07/2007	101
Figura 31: Edição de <i>Veja</i> de 08/08/2007	103
Figura 32: Edição de <i>Veja</i> de 15/08/2007	105
Figura 33: Edição de <i>Veja</i> de 22/08/2007	106

Figura 34: Edição de <i>Veja</i> de 29/08/2007	108
Figura 35: Edição de <i>Veja</i> de 05/09/2007	110
Figura 36: Edição de <i>Veja</i> de 19/09/2007	112
Figura 37: Edição de <i>Veja</i> de 17/10/2007	113
Figura 38: Edição de <i>Veja</i> de 24/10/2007	115
Figura 39: Edição de <i>Veja</i> de 05/12/2007	116
Figura 40: Edição de <i>Veja</i> de 16/01/2008	119
Figura 41: Edição de <i>Veja</i> de 30/01/2008	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Data, edição, número da revista, total de páginas, incidência da ocorrência das temáticas.....	66
Tabela 2: Total de textos com chamada de capa por temática	68
Tabela 3: Classificação das fontes em níveis – Matéria 1 – 14/02/2007.....	71
Tabela 4: Classificação das fontes em níveis – Matéria 3 – 21/02/2007.....	73
Tabela 5: Classificação das fontes em níveis – Matéria 4 – 21/02/2007.....	76
Tabela 6: Classificação das fontes em níveis – Matéria 5 – 21/02/2007.....	77
Tabela 7: Classificação das fontes em níveis – Matéria 12 – 28/03/2007.....	79
Tabela 8: Classificação das fontes em níveis – Matéria 13 – 28/03/2007.....	81
Tabela 9: Classificação das fontes em níveis – Matéria 14 – 28/03/2007.....	83
Tabela 10: Classificação das fontes em níveis – Matéria 15 – 04/04/2007.....	84
Tabela 11: Classificação das fontes em níveis – Matéria 18 – 04/04/2007.....	86
Tabela 12: Classificação das fontes em níveis – Matéria 21 – 11/04/2007.....	87
Tabela 13: Classificação das fontes em níveis – Matéria 23 – 25/04/2007.....	90
Tabela 14: Classificação das fontes em níveis – Matéria 30 – 23/05/2007.....	94
Tabela 15: Classificação das fontes em níveis – Matéria 35 – 30/05/2007.....	95
Tabela 16: Classificação das fontes em níveis – Matéria 42 – 27/06/2007.....	96
Tabela 17: Classificação das fontes em níveis – Matéria 43 – 04/07/2007.....	98
Tabela 18: Classificação das fontes em níveis – Matéria 48 – 18/07/2007.....	100
Tabela 19: Classificação das fontes em níveis – Matéria 50 – 25/07/2007.....	101
Tabela 20: Classificação das fontes em níveis – Matéria 54 – 08/08/2007.....	103
Tabela 21: Classificação das fontes em níveis – Matéria 55 – 15/08/2007.....	105
Tabela 22: Classificação das fontes em níveis – Matéria 57 – 22/08/2007.....	107
Tabela 23: Classificação das fontes em níveis – Matéria 60 – 29/08/2007.....	109
Tabela 24: Classificação das fontes em níveis – Matéria 63 – 05/09/2007.....	110
Tabela 25: Classificação das fontes em níveis – Matéria 65 – 19/09/2007.....	112
Tabela 26: Classificação das fontes em níveis – Matéria 70 – 17/10/2007.....	113
Tabela 27: Classificação das fontes em níveis – Matéria 71 – 24/10/2007.....	115
Tabela 28: Classificação das fontes em níveis – Matéria 82 – 05/12/2007.....	117
Tabela 29: Classificação das fontes em níveis – Matéria 89 – 16/01/2008.....	119
Tabela 30: Classificação das fontes em níveis – Matéria 91 – 30/01/2008.....	120
Tabela 31: Total de fontes Nível 1	122
Tabela 34: Total de fontes Nível 2	122

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	17
2.1 Conceitos de Violência, Segurança Pública e Criminalidade.....	17
2.1.1 Violência	19
2.1.2 Criminalidade.....	21
2.1.3 Segurança pública	22
2.1.4 Definições para a classificação	23
2.2 Mídia e Sociedade	24
2.3 Pesquisas sobre as temáticas	32
3. JORNALISMO, AGENDAMENTO E FONTES	37
3.1 Jornalismo e construção social das notícias	37
3.2 Fontes de informação.....	42
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO - OS 40 ANOS DE VEJA	48
4.1. Percursos de uma história	48
4.2. A linha editorial.....	50
5. AS TEMÁTICAS EM VEJA: ANÁLISE DO CORPUS	62
5.1 Procedimentos metodológicos.....	62
5.2 As temáticas.....	65
6. FONTES	69
6.1 Categorização das fontes	69
6.1.1 Apreciação das fontes	124
6.2 Análise da pluralidade	126
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
ANEXOS	136

1. INTRODUÇÃO

O espaço jornalístico tem importância estratégica para conferir visibilidade a um determinado tema conforme sua própria lógica de produção de notícias. Essa rotina organizacional da imprensa não se dá de maneira neutra, uma vez que o acesso a esse espaço é social, político e economicamente estratificado, e depende de uma ampla gama de critérios para transformar um fato em um acontecimento noticioso.

Como principal formadora de opinião da sociedade, a mídia coloca em pauta o que acredita ser importante ou interessante ser discutido e influencia na maneira como leitores, ouvintes e telespectadores irão pensar e opinar sobre determinado assunto. O meio revista, mais precisamente a *Veja*, objeto de estudo desta pesquisa, constitui-se como uma empresa de comunicação, obedece às condições de mercado e às necessidades de se seguir as tendências impostas por ele.

A revista *Veja* foi escolhida por:

1. Conter elementos que caracterizam o jornalismo (reportagens, entrevistas, pesquisas etc.);
2. Resgatar fatos que fizeram parte do noticiário semanal ou que “aconteceram”, porém não foram pautadas durante a semana;
3. Ser uma revista de conhecida influência no campo social.

Ademais, a escolha pela análise dos textos publicados por *Veja* é justificada por esta ser a revista de informação semanal com o maior número de edições comercializadas no Brasil – cerca de 1,3 milhão de exemplares –, além de ser a que por mais tempo está em circulação no País – desde 1968, ano de sua primeira edição, ininterruptamente. Outro ponto no ranking de *Veja* é o fato de ela ser a quarta maior do segmento no mundo. Um meio com essas características constitui-se como de grande relevância na formação da opinião pública brasileira, acabando por tornar-se fonte para muitas pesquisas acadêmicas.

Partindo desse contexto social e midiático, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a revista *Veja*, na qual identificamos 93 textos relacionados à violência, à criminalidade e à segurança pública no Brasil, dos quais analisaremos um recorte formado por

29 reportagens com chamada de capa. O critério segue a premissa de que a capa de uma revista é a “atração” para o seu conteúdo, uma vez que as matérias de capa são as que têm maior visibilidade para o leitor das revistas. A articulação do texto e da imagem em uma capa cria efeitos específicos. A capa, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa (apud SCALZO, 2008, p.62), “é feita para vender revista”.

Para chegarmos a este corpus, analisamos 51 edições de *Veja* publicadas entre 14 de fevereiro de 2007 a 6 de fevereiro de 2008. O período escolhido compreende aquele subsequente ao assassinato do menino João Hélio Fernandes, ocorrido na noite de 7 de fevereiro de 2007. A data é apenas um marco para a investigação e foi proposta devido ao fato de o acontecimento ter sido abordado por diferentes veículos de comunicação, de forma recorrente nas semanas que sucederam ao crime. Além disso, o tema foi um impulsionador de iniciativas populares pedindo por mais segurança e gerou um número considerável de matérias relativas à criminalidade, à violência e à segurança pública em diversos meios de comunicação do País. Dessa forma, o marco foi escolhido por ter sido um acontecimento que gerou discussões a cerca das três temáticas escolhidas para esta pesquisa.

O assassinato de João Hélio provocou revolta na população, mas também ações de solidariedade. Vários grupos organizaram atos públicos contra a violência no Rio de Janeiro, cidade que constantemente é palco de mortes violentas, entre outras atrocidades, e que por isso acaba em evidência nos meios de comunicação. O assassinato também intensificou a discussão sobre a segurança pública no Brasil, com a reintrodução na agenda midiática de temas já abordados em outras ocasiões, como a antecipação da maioria penal. Além disso, fontes ligadas as mais diversas áreas foram entrevistadas para deixar sua “impressão” sobre o acontecimento. Fontes oficiais (delegados, promotores etc.) e especialistas (ONGs, professores representantes de núcleos de pesquisa de universidades etc.), além de vítimas e testemunhas manifestam seu ponto de vista sobre o acontecimento.

Partindo do pressuposto de que dentro do campo jornalístico as fontes são legitimadoras de um fato ao exporem sua versão, opinião ou um diferente ponto de vista, buscamos responder o seguinte problema de pesquisa: em sua prática jornalística, a revista *Veja*, referência entre as publicações da área no Brasil, procura ser plural em relação as mais diversas fontes quando o tema da matéria é violência, criminalidade e/ou segurança pública?

O desenvolvimento desta pesquisa, portanto, pretende amparar-se no levantamento e mapeamento das temáticas privilegiadas pela revista e na identificação das fontes eleitas para fundamentar a abordagem das temáticas segurança pública, criminalidade e violência na

revista semanal *Veja* com o objetivo de contribuir para uma visão mais ampla em relação à importância social do tema no contexto brasileiro. Para alcançarmos esse objetivo, nos propomos a pensar a relação entre fontes e jornalistas, a qual é determinante para a construção das notícias.

Em termos de objetivos específicos, a pesquisa pretende:

1. Realizar um levantamento das temáticas criminalidade, violência e segurança pública dentro do corpus estabelecido;
2. Identificar as fontes utilizadas em relação às notícias sobre criminalidade, violência e segurança pública;
3. Destacar qual o espaço que *Veja* reserva às temáticas criminalidade, violência e segurança pública em suas edições, tomando para isso não apenas as capas selecionadas, mas todo o material identificado;

Um estudo das fontes de informação na revista *Veja* demandava um corpus que pudesse ser representativo do volume de informações publicado pela revista sobre as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. O recorte foi definido como todos os textos jornalísticos informativos (matérias e entrevistas) em nível de Brasil veiculados no período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008.

Na análise de 12 meses de *Veja* (51 edições), encontramos 93 textos. Dentre o material selecionado, optamos pela análise daqueles que tiveram chamada de capa em cada edição, o que foi constatado em 24 revistas. O **recorte** ficou restrito, portanto, a 29 textos. Para a realização da pesquisa, escolhemos como técnica a Análise de Conteúdo (AC). Para a apreciação do material, estabelecemos três categorias de conteúdo: Temática, Fonte e Tema.

Com essa categorização buscamos produzir um diagnóstico do tratamento dado pela revista *Veja* a temas relacionados à violência, à criminalidade e à segurança pública, através da Análise do Conteúdo (AC) das informações publicadas. Além disso, buscamos identificar as pluralidades de fontes na cobertura jornalística acerca das temáticas.

No mapeamento das fontes presentes nos textos sobre criminalidade, violência e segurança pública utilizamos os conceitos de fontes de Nilson Lage (2006) e de Rogério Santos (1997). Para trabalhar o método da Análise de Conteúdo optamos por pesquisadores

como Earl Babbie (1989), Heloiza Herscovitz (2007), Martin Bauer & George Gaskell (2002). Como embasamento teórico para fundamentar a relação entre jornalistas e fontes, utilizamos os conceitos de agendamento amparados por autores como Mauro Wolf (2003), Antonio Hohlfeldt (2002) e Nelson Traquina (2005). Para trazer à discussão conceitos de criminalidade, violência e segurança pública, os quais são fundamentais para a análise, uma vez que determinarão em que temática cada matéria selecionada está inserida, buscamos autores das áreas do direito, da sociologia e da antropologia, bem como do campo da comunicação. Entre eles estão: Roger Dadoun (1998), Muniz Sodré (2006), Ronaldo Henn (2006), Adelmo Genro Filho (1984) e Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007).

Seguindo este caminho e procurando entender a construção midiática que *Veja* faz sobre os mais variados assuntos, pesquisadores das mais diversas áreas já investigaram a recorrência de temas específicos na revista. Entre eles, destacam-se os trabalhos de doutorado “A homossexualidade e a Aids no imaginário de revistas semanais (1985-1990)” (2006), de Alexandre Sebastião Ferrari Soares, pesquisador do curso de pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF); “A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal – Os discursos sobre educação nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* (2007), de Vera Regina Serezer Gerzson, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Entre as dissertações vale ressaltar os trabalhos “Opiniões e sentenças de *Veja*, de 2002 a 2006, sobre o primeiro governo Lula” (2007), de Tânia Almeida, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS (PPGCOM); “Jornalismo e comportamento: Os valores presentes no discurso da revista *Veja*” (2005), de Alexandre Rossato Augusti, também do PPGCOM; “Violência e Imprensa. O tratamento mediático da violência criminal juvenil” (2002), de Ana Célia Martinez Guarnieri, do mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP); “As lacunas de sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da Revista *Veja*” (2000), de Thais Furtado, do curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Em relação às dissertações defendidas por alunos da PUC-RS, destacam-se “A influência da mídia na opinião pública e sobre a influência desta na mídia: o governo Lula em *Veja* e *Época*” (2008), de Wesley Callegari Córdia e “A pílula da longevidade à venda nas páginas da revista *Veja*” (2005), de Lia Hecker Luz. Entre as teses, destacam-se “Da contestação ao consumismo: a trajetória da cultura jovem nas páginas da revista *Veja* (1968/2006)” (2007), de Paulo Cirne de Caldas, e “Estudo comparado do enquadramento e do

discurso jornalístico sobre a Amazônia nas revistas *Veja*, *Time* e *The Economist*” (2005), Maria Cristina Viñas Gomes da Silva.

Durante o levantamento das pesquisas já elaboradas pode-se perceber que a análise de *Veja* em seus mais diferentes aspectos foi pouco privilegiada em trabalhos acadêmicos de pós-graduação em Comunicação, tanto na UFRGS quanto na PUC-RS. Na Unisinos não foram encontradas referências ao tema. No entanto, alunos de outros PPGs da UFRGS, como o de Letras e o de Educação têm desenvolvido trabalhos tendo a revista *Veja* como objeto de estudo.

Destacam-se também, “O idoso na mídia impressa: análise da revista *Veja*”, de Carla Grandelli Meassi, publicado nos Anais do 1º simpósio Lecotec, 2008; “A negligência em pauta: análise da cobertura jornalística das revistas *Veja* e *Época* sobre doenças negligenciadas”, trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social de Sarita Bastos Costa, defendido na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2007.

A opção por trabalhar com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública é fruto da minha atuação profissional e da pesquisa realizada para a monografia de especialização. Particularmente, exerci funções no jornalismo prático diário que me colocaram em consonância com as questões relacionadas à criminalidade, à violência e à segurança pública. Em julho de 2004, seis meses depois da conclusão do curso de Comunicação Social e fazendo especialização em Jornalismo, comecei a trabalhar como repórter da editoria de polícia do jornal mais antigo de Santa Catarina – 89 anos –, cobrindo crimes violentos e não-violentos, alguns de grande repercussão como o cerco policial ao traficante menor de idade conhecido como Diabo Loiro. A ação resultou na morte do jovem e desencadeou um confronto entre integrantes da quadrilha pela disputa do comércio de drogas naquele Estado.

Em decadência depois da entrada do grupo RBS na ilha, o jornal O Estado, com matriz em Florianópolis, não oferecia as mínimas condições de trabalho. A escolha das matérias era feita a partir do que chegava primeiro à redação. Raramente cobria-se uma pauta no local do acontecimento, e o acesso às fontes ficava, assim, limitado. Depois de oito meses como setorista de polícia, passei a editar as duas páginas diárias dedicadas ao assunto. Nessa época, o jornal não pagava integralmente os salários e já não oferecia as ferramentas necessárias para a prática do jornalismo, como veículo, fotógrafos, computadores suficientes, acesso à internet etc. Depois de 1 ano e 9 meses deixei O Estado e Santa Catarina. Já em Porto Alegre, assumi

a editoria de Geral do Jornal do Comércio que, entre outros assuntos, aborda temas relacionados à segurança pública, sem se deter em crimes de caráter violento.

Tentando unir prática e teoria, tanto na especialização quanto no mestrado, propus-me a trabalhar assuntos relacionados à violência de modo geral. Na monografia apresentada à banca examinadora na especialização realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), são analisadas as falhas da cobertura policial do *Jornal Agora* sobre o caso “Titica”. As reportagens sobre os assassinatos em série cometidos entre dezembro de 1998 e março de 1999 na cidade de Rio Grande-RS, utilizaram a polícia como principal fonte, oferecendo ao público uma visão incompleta e muitas vezes confusa do caso. A Análise de Conteúdo de 47 reportagens e 11 capas sobre o assunto constatou ainda que o jornal não deu às 13 pessoas inocentes, que tiveram seus nomes vinculados aos crimes, a chance de se defender.

Nesta pesquisa volto, portanto, ao tema já analisado anteriormente na especialização, ampliando o foco de estudo. Desta forma, organizo a dissertação em cinco capítulos.

No capítulo 2, *Criminalidade, Violência e Segurança Pública*, trazemos os conceitos das três temáticas que dão nome ao título a partir da ótica de autores do Direito, da Sociologia e da Comunicação. Procuramos definir os conceitos e seus significados e tentamos determinar a linha que seguiremos para a classificação das matérias selecionadas.

Em *Jornalismo e Fontes*, referente ao capítulo 3, apresentamos um panorama da construção social da notícia, por meio da escolha das fontes que são procuradas para falar sobre cada assunto no dia-a-dia das redações de revista. Além disso, destacamos a importância das fontes para a construção de uma reportagem e para sua consequente credibilidade.

No Capítulo 4, *Os 40 anos de Veja – A História*, abordamos o jornalismo em revista no Brasil, mais especificamente a revista *Veja*. Procuramos fazer um resgate histórico dos 40 anos da revista, mostrando capas que marcaram época ou que traziam com exclusividade assuntos que nem mesmo os jornais diários haviam abordado.

As Temáticas em Veja: Análise do Corpus é o tema do Capítulo 5. Nesta parte, a pesquisa esboça a metodologia que guiará o trabalho, a divisão das reportagens por temática e as categorias que seguiremos para a realização da Análise de Conteúdo.

No capítulo 6, *As fontes*, a pesquisa trata de selecionar as fontes citadas por *Veja* em todas as matérias que tiveram chamada de capa no período, em um total de 29 reportagens, fazendo o cruzamento dos dados encontrados.

Nos *Anexos*, as imagens selecionadas procuram mostrar a campanha institucional de *Veja*, lançada em outubro de 2007. O objetivo, segundo a própria *Veja*, é mostrar “O Brasil que queremos ser”.

2. CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo se dedica à elucidação dos conceitos de criminalidade, violência e segurança pública. Além disso, procuramos destacar a importância da inclusão de dados estatísticos para a redação de uma reportagem que tenha como tema uma das três temáticas.

2.1 Conceitos de criminalidade, violência e segurança pública

Um meio de comunicação deveria ser um agente neutro de transmissão de mensagens. Pelo menos, é essa a recomendação técnica que recebem os alunos de Jornalismo nos cursos de Comunicação Social. Entretanto, um repórter ao escrever uma reportagem tem uma determinada percepção do acontecimento e o conteúdo do seu texto traz muitos elementos inconscientes daquilo que ele presenciou. Assim, pode-se observar que, apesar da premissa da objetividade sustentada pelo jornalismo, as palavras redigidas pelo repórter são o produto de sua idéia, de sua concepção sobre aquele assunto específico. A própria escolha do que é ou não um fato já pressupõe um julgamento, uma vez que a eleição do que será ou não notícia, do que irá ou não para a capa de uma revista como destaque não é uma opção que prime pela neutralidade. É, sim, uma escolha, uma opção (MENDONÇA, 2002).

Além disso, é importante perceber também que todo o texto publicado passa pela mão do editor, que está intrinsecamente ligado às ideologias do meio para o qual trabalha. Dessa forma, mesmo que um texto não esteja adequado em um primeiro momento, acaba por se enquadrar na mão do editor.

Vários fatores compõem a lista de elementos que um texto deve ter para ser jornalístico. Para Molotch e Lester, citados pelo pesquisador português Rogério Santos (1997, p.24-25) destacam o papel da fonte como promotora de notícias, segundo as circunstâncias que tornam os acontecimentos públicos: a rotina, o acidente, o acontecimento e o acaso. Paiva e Ramos (2007, p.152) ressaltam o uso de estatísticas em matérias sobre criminalidade, violência e segurança pública, além de três bons motivos para a utilização desses dados: “[...]”

contextualizar os fatos específicos narrados na matéria”, “[...] qualificar o tratamento jornalístico dado ao tema” e “[...] pressionar as autoridades e as instituições responsáveis para que produzam e divulguem com transparência dados de qualidade sobre segurança pública” (PAIVA e RAMOS, 2007, pg.152).

A contextualização da matéria com dados é importante para saber se os níveis de criminalidade estão se alterando, para fornecer aos cidadãos referências para a discussão sobre como agir em relação à segurança pública. “Se a mídia usa, demanda e cobra dados quantitativos – como já faz nas áreas de Economia, Saúde e Educação – há mais chance de que se acelere o aumento da oferta e da qualidade das estatísticas de segurança no Brasil” (PAIVA e RAMOS, 2007, pg.152).

Conforme números divulgados recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com base em dados do Ministério da Saúde de 2006, a cada seis minutos, uma pessoa morre no Brasil de homicídio, acidente de trânsito ou suicídio. Naquele ano, as taxas por 100 mil habitantes chegaram a 25,4 (homicídios) e a 4,5 (suicídios)¹. Conforme Paiva e Ramos, as duas fontes mais utilizadas para fundamentar as matérias de homicídios são a polícia e o sistema de saúde (Datusus):

Parte dos estudos quantitativos na área de segurança pública analisa especificamente a criminalidade violenta intencional, ou seja, o universo dos crimes realizados com uso proposital de violência. Desse conjunto, uma grande parcela se dedica a analisar o comportamento dos homicídios intencionais – manifestação mais grave da criminalidade violenta intencional, aquela que implica morte das vítimas. (PAIVA E RAMOS, 2007, p.157)

Uma afirmação de Stephens, citado por Kovack e Rosenstiel (2003, p.17), pode servir de exemplo para o que acontece com o consumo das notícias sobre criminalidade, violência e segurança pública. O autor refere-se a “uma fome de percepção humana”. As pessoas têm uma necessidade intrínseca – um instinto, digamos – de saber o que acontece além de sua própria experiência direta. Assim, estarmos a par de fatos que não podemos ver por nossa própria conta cria uma sensação de segurança, de controle, de confiança, explicam Molotch e Lester também citados por Kovack e Rosenstiel (2003).

Além disso,

¹ Violência mata 1 pessoa a cada 6 minutos. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=2940&lay=jse>>. Acessado em 20 de novembro de 2008.

O Criminoso produz uma impressão, que pode ser moral ou trágica; desta forma ele auxilia o movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. [...] O criminoso traz uma diversão à monotonia da vida burguesa; defende-a do marasmo e faz nascer essa tensão inquieta, essa mobilidade do espírito sem a qual o estímulo da concorrência acabaria por embotar. O criminoso dá, pois, novo impulso às forças produtivas [...] (MARX apud HENRI LEFEBVRE, 1968, p.79 e 80).

Atualmente, a prática de ações violentas é veiculada pela mídia em tempo real. A cada edição de revista e jornal, a cada telejornal, boletim radiofônico e atualização de um site de notícias, o público é exposto mais e mais a informações sobre violência e, assim, são abastecidos com todos os elementos necessários à estruturação de uma opinião, sejam os dados veiculados baseados em fontes oficiais e dados estatísticos ou não. Dentro desse contexto, é necessário conceituar os termos violência, criminalidade e segurança pública sob a ótica de diferentes autores, a fim de perceber as diferenças a que se referem.

2.1.1 Violência

Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa trotar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer, força, vigor, potência. Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital (GREGÓRIO, 2008).

O sociólogo Harold Leonard Nieburg (apud MICHAUD, 1989) define a violência como “uma ação direta ou indireta, destinada a limitar, ferir ou destruir as pessoas ou os bens”. A definição estabelecida pelo Oxford English Dictionary (2007) define a violência como o “uso ilegítimo da força”.

Para Deocleciano Torrieri Guimarães (1999, p.545), violência é definida pelo uso de força física sobre alguém, para coagi-lo a submeter-se à vontade de outrem, para fazer ou deixar de fazer algo. Completa o autor:

Pode ser: física, material e outros meios que impossibilitem a resistência do paciente (“vis corporalis”); moral ou ficta, quando o agente intimida o paciente com ameaça grave de mal iminente, ou se é juridicamente incapaz de livre consentimento (“vis compulsiva”); iminente: a que se apresenta com perigo atual, traduzido na ameaça de consumação imediata; arbitrária, aquela cometida no exercício de função pública ou a pretexto de exercê-la. Presume-se a violência, no rapto, se a vítima não é maior de 14 anos; se é alienada ou débil mental, e o agente sabia-o; se não pode, por qualquer razão, oferecer resistência.

O também sociólogo Yves Michaud (1989, p.10-11) destaca: “Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integralidade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”.

Alba Zaluar (1999, p.08) coloca-nos que:

[...] violência vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente.

Podemos, deste modo, considerar a violência como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência (TAVARES DOS SANTOS, DIDONET e SIMON, 1998).

José Antonio Paganella Boschi (2004) diz que violência e criminalidade em geral são ocorrências de um mesmo fenômeno, muito embora uma possa existir ou aparecer independentemente da outra. Há violências explícitas e/ou subliminares – sem correspondente como crime – assim como podem existir condutas criminosas desprovidas de violência física. Da mesma forma, Paiva e Ramos (2007, p. 153) descrevem violência como “[...] o uso ou ameaça de uso da força física; atitudes (mesmo não-intencionais) do indivíduo que causem ou ameacem causar danos físicos a si próprio (a) ou a terceiros”.

2.1.2 Criminalidade

O crime, segundo Paiva e Ramos (2007, p.153), é o delito, “o ato ilícito previsto na legislação penal”. Já a criminalidade é conceituada como um “conjunto dos atos que, por lei, são passíveis de punição, sejam eles violentos ou não-violentos” (Idem, p. 157).

Guimarães (1999, p.30) define criminalidade, no Dicionário Técnico Jurídico de sua autoria, como “[...] qualidade ou condições de criminoso. Circunstância que dá ao ato ilícito o caráter de infração penal; grau do crime. O número de crimes praticados”.

Entre os delitos descritos como violentos exemplificados por Paiva e Ramos (2007, p.155) estão:

- Crimes contra a pessoa (homicídio doloso e culposo, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa e culposa, seqüestro, cárcere privado, tortura, maus-tratos, ameaça etc.);
- Crimes contra a liberdade sexual (estupro, atentado violento ao pudor);
- Crimes contra o patrimônio (roubo, latrocínio, extorsão, extorsão mediante seqüestro).

Os delitos criminosos, porém não-violentos, são exemplificados por Paiva e Ramos (Ibidem) pelos tipos:

- Crimes contra a pessoa (calúnia, injúria, difamação, violação de domicílio, violação de correspondência etc.);
- Crimes contra o patrimônio (furto, estelionato, dano, fraude, apropriação indébita, receptação etc.);
- Crimes contra a propriedade imaterial (violação de direito autoral, usurpação, violação de marca, concorrência desleal etc.);

- Crimes contra a economia popular e contra o consumidor (propaganda ou publicidade enganosa etc.);
- Crimes contra a administração pública (corrupção, peculato, desacato à autoridade, contrabando, tráfico de influência etc.);
- Crimes contra a fé pública (falsificação de moeda, falsificação de documentos, falsidade ideológica etc.);
- Crimes regidos por legislação especial (posse, tráfico e uso de drogas; crimes não-violentos contra a criança e o adolescente etc.).

Para efeito de diferenciação, é importante destacar as características de crime e contravenção. A conceituação de ambos os termos apresenta particularidades que os dissociam, principalmente em relação à natureza da pena, pois o crime pode ser punido com pena de detenção ou reclusão, enquanto a contravenção penal poderá ser punida com prisão simples ou multa, ou somente multa.

2.1.3 Segurança pública

“A segurança é a força do Estado aplicada a seus adversários: qualquer força, violenta ou não”, assim define Stanley Comblin (1985, p.56). Ao estar sustentado no fundamento da “segurança” (nacional, pública), a violência estatal é banalizada, sendo sua programação potencializada e tendendo constantemente ao abuso. Para Salo Carvalho (2006, p.33), legítima ou não, a intervenção das agências repressivas é sempre considerada válida “[...] porque é justificada por sua segurança nacional. E a segurança nacional é insaciável. Nunca está satisfeita. Não tem limites” (Idem, p.133). Jairo de Lima Alves (2008)² complementa:

² ALVES, Jairo de Lima. **Conceito de Segurança Pública**. Disponível em <<http://pt.shvoong.com/humanities/1766846-conceito-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica/>>. Acesso em 04 de julho de 2007.

Segurança pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. As instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão, dos bens e serviços. Norteiam esse conceito os princípios da Dignidade Humana, da Interdisciplinariedade, da Imparcialidade, da Participação comunitária, da Legalidade, da Moralidade, do Profissionalismo, do Pluralismo Organizacional, da Descentralização Estrutural e Separação de Poderes, da Flexibilidade Estratégica, do Uso limitado da força, da Transparência e da Responsabilidade.

Conforme Paiva e Ramos (2007, p.157), “Há certa tendência a associar a temática da violência a um enfoque de saúde (epidemiológico) e a criminalidade a um enfoque de segurança (criminológico)”. Entretanto, na realidade, todos os fenômenos, desde a violência no âmbito familiar, os acidentes de trânsito até os suicídios, são pertinentes à segurança pública, segundo as autoras, pois “envolvem proteção da vida, da integridade pessoal, dos direitos individuais básicos. Portanto, devem ser preocupações das políticas de segurança em conjunto com as políticas de saúde e com outras intervenções sociais” (Ibidem). As pesquisadoras incluem nessa temática todos os assuntos relacionados às instituições de segurança pública. Explicam:

[...] além das estatísticas de criminalidade e violência, também são muito relevantes para o conhecimento da área, entre outras informações, os dados sobre efetivos das polícias e das guardas municipais; indicadores de atividade policial (por exemplo: número de prisões, apreensões, inquéritos abertos, concluídos, aceitos pelo Ministério Público etc.) e indicadores de comportamento de policiais (denúncias às corregedorias, ouvidorias, Disque-Denúncia e outros) (PAIVA E RAMOS, 2007, p.157).

É importante salientar que a ação do repórter em sua relação com a fonte contribui e muito para a contextualização de uma matéria. Aí estão inseridas suas rotinas e sua deontologia enquanto profissional.

2.1.4 Definições para a classificação

Para fins de classificação das matérias analisadas, optou-se por enquadrá-las em apenas uma temática, mesmo que invariavelmente os temas relativos à criminalidade, à

violência e à segurança pública se sobreponham. Para isso, depois de contextualizada cada temática com autores das áreas do Direito Penal, da Sociologia e da Comunicação, estabeleceu-se o critério de que a temática prevalente no texto é que guiará a classificação dos textos.

Dessa forma, tomamos como conceito fechado de criminalidade aquele que nasce da dicotomia formada pelo crime/criminoso, ou seja, está ligado a ações relacionadas ao desrespeito das leis, com exceção da contravenção (GUIMARÃES, 1999).

A violência há muito tempo deixou de ser um tema de fronteira para estar presente quase que diariamente na vida dos brasileiros. Seja por meio de uma história do vizinho, do colega de trabalho, de um amigo ou através dos diferentes canais midiáticos, o tema é pautado com frequência nas conversas do dia-a-dia. Com o objetivo de tornar mais claro as definições que envolvem o termo, para fins de análise das matérias, violência será definida como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social; aquela que gera danos físicos ou mentais em graus variáveis, levando inclusive à morte (TAVARES DOS SANTOS, DIDONET E SIMON, 1998).

Na análise das matérias sobre segurança pública, tomaremos como base as ações do Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, na sua maneira de abordar os temas criminalidade e violência. Além disso, serão classificados como segurança pública, os textos que tiverem como tema principal políticas públicas de combate à violência, matérias referentes à segurança nacional, à falência da justiça e do Estado em sua função reguladora e ao combate dos direitos humanos (ALVES, 2008).

2.2 Mídia e Sociedade

A temática da violência tornou-se central para a compreensão das relações na atual sociedade. Os atos violentos são um fenômeno presente no cotidiano de uma parte consideravelmente alta da população, atingindo tanto a esfera pública quanto a privada. O termo violência tem sido utilizado das mais variadas formas para chamar a atenção para ações que muitas vezes não estão de acordo com o seu conceito. O jornalismo, com frequência,

elege termos e conceitos, e atribui a eles novos significados. No caso da violência, qualquer acontecimento ou problema social visto como socialmente ruim ou ideologicamente condenável é, em alguns casos, associado à virulência. O resultado disso pode ser a confusão com a desigualdade social, a miséria e outros fenômenos relacionados, por exemplo, à raça, à etnia e à classe social.

O estudo da criminalidade, da violência e da segurança pública no contexto nacional, através dos textos publicados em *Veja*, procura promover uma discussão em torno do jornalismo de revista praticado no País. A idéia é a de que o discurso desse meio, “[...] mais do que representar os interesses da revista ou a expectativa de um público leitor, tem um funcionamento que lhe é próprio, possibilitando a emergência de significações [...] que não a percebida na linearidade do texto especificamente” (NASCIMENTO, 2002, p.13).

Uma análise do que foi publicado sobre as temáticas pode produzir uma idéia geral daquilo que é ou não notícia para *Veja* dentro do universo que abarca seu público leitor. As técnicas de redação jornalística misturam modelos que compreendem elementos críticos, estéticos e éticos. Os formatos midiáticos, neste caso as revistas, estabelecem seus padrões de pensamento, tendo em vista o público para o qual é voltada. As estratégias de comunicação são baseadas em pesquisas realizadas pelo meio para atingir àqueles a quem se destina o produto final. Para Ronaldo Henn (2006, p.08)³:

O jornalismo dá forma à realidade cotidiana, agendando os temas, hierarquizando fatos e assuntos, definindo a relevância das coisas. Estando como que à frente dos processos midiáticos, detém forte poder de orientar o fluxo informativo e de delimitar as fronteiras da semiosfera. Mas como lida com processos entrópicos, a exemplo do sistema cultural e vivo como um todo, o jornalismo vulnerabiliza-se, aspecto que aumenta seu furor organizativo.

É na intersecção entre o interesse em estudar os temas relativos à violência, à criminalidade e à segurança pública – desde a saturação da informação até seu esvaziamento por completo – e pensar o papel do meio revista no contexto nacional, que os episódios (29 textos) selecionados adquirem sentido como instrumento analítico. Para situar o fenômeno da violência, da segurança pública e da criminalidade em um contexto antropológico, sociológico

3 Disponível em <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em 22 de junho de 2008.

e comunicacional, utilizaremos autores como Genro Filho (1984)⁴, que parte da concepção ontológica do homem como um ser naturalmente violento, que vive em uma sociedade concreta e cercada por opiniões do senso comum. É o mesmo “Homo Violens” a que se refere Dadoun (1998), pois para esse autor todos os aspectos da realidade humana estão associados à violência.

Para entender o fenômeno a partir da idéia de Genro Filho (1984), é preciso analisar a estrutura social como um todo, o que independe do sistema governamental em que está inserida. Ou seja, numa democracia ou numa sociedade de classes, de castas ou em qualquer outra, as relações individuais são sempre mediadas pela sociedade, que por sua vez deve mediar-se pelos indivíduos para agir de forma prática diante da natureza. Genro Filho (1984, p. 07) explica que a violência em seu sentido sociohistórico deriva dessa concepção, ou seja, “é a legalidade que a própria sociedade se impõe ao impor uma determinada legalidade à natureza”.

Essa legalidade a qual se refere o autor, no entanto, não diz respeito apenas à esfera jurídica, mas também a um processo constante de organização e reorganização do todo social, cuja estrutura é ditada pelas “relações sociais de produção”, na qual o meio revista – no caso de *Veja*, um meio de massa – está inserido e tem papel determinante através dos temas que traz com destaque a cada semana, os quais tornam-se subsídio para veículos de comunicação concorrentes e até mesmo para a mídia diária elaborar novas reportagens em cima do assunto abordado.

Sodré (2006, p.76) argumenta que: “Não se trata, pois, de ‘informação’ enquanto transmissão de conteúdos de conhecimento, mas de produção e gestão de uma sociabilidade artificial, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo”. Os 12 meses selecionados para o recorte da análise nos levaram a estabelecer um esboço do contexto brasileiro da segurança, da violência e da criminalidade. Podemos entender que a revista faz escolhas tendo em vista seu público leitor, predominantemente de classe média, conforme a Tabela Geral dos Leitores Abril, em pesquisa elaborada pela Estudos Marplan, de janeiro a dezembro de 2007. Os dados, publicados no site da Editora Abril⁵, indicam que 34% do público leitor pertencente à classe A, 39% à classe B, e 20% à classe C.

4 Texto produzido para a disciplina Antropologia Política do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrada pelo professor Rafael José de Menezes Bastos. Disponível em <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t077.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2006.

⁵ Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/geral_perfil_leitor.php>. Acesso em 28 de março de 2008.

Na catalogação das fontes presentes nos 29 textos com chamada de capa pudemos constatar as diferentes abordagens dadas por *Veja* aos crimes cometidos pelas classes A, B e C. Kleber Mendonça (2002, p.28) destaca que “O equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento de que a verdade é sempre produzida vão estar sempre presentes, lado a lado, na constituição do discurso jornalístico”. Para o autor, todo o discurso é ideológico, não em virtude da ocultação da realidade, mas do que Mendonça chama de “processo inconsciente de interpelação” (Ibidem).

Dois grandes exemplos de casos relacionados às temáticas criminalidade, violência e segurança pública que tiveram ampla repercussão e já foram analisados em nível acadêmico são o Caso Escola Base e o Bar Bodega. Em ambos, ficou constatado que a imprensa cometeu exageros na cobertura, especulando hipóteses sem provas e promovendo culpados e inocentes. Todas as ações dos meios de comunicação foram embaladas pela pressão, que orientava tanto o trabalho jornalístico quanto o policial.

Segundo Alex Ribeiro (2000), em publicação sobre o crime, o caso Escola Base ganhou notoriedade em abril de 1994, quando alguns pais denunciaram à polícia a prática de abuso sexual de alunos por proprietários e funcionários da instituição. Jornais e emissoras de televisão não apenas acolheram indícios mal sustentados como ampliaram as dimensões das denúncias, tornando-as verdades absolutas.

Os resultados dessa atitude não tardaram a acontecer. As sete pessoas envolvidas tiveram o patrimônio depredado, a liberdade privada e a credibilidade destruída. A imprensa, que alardeou as acusações e deu pouco espaço aos suspeitos, pediu desculpas ao perceber os equívocos, mas era tarde. A justiça absolveu os acusados. Entretanto, uma parcela da população sustentará para sempre que aqueles suspeitos, condenados previamente pela imprensa, são realmente os culpados pelos abusos, quando, na verdade, até mesmo a justiça já os absolveu.

Conforme descreve o jornalista Luís Nassif (2003), o mesmo ocorreu no caso do Bar Bodega, em agosto de 1996, em São Paulo, quando bandidos entraram no bar, frequentado por jovens de classe média, e mataram a tiros um dentista e uma estudante. O incidente provocou comoção popular e, estimulada pela imprensa, a população deu início a uma campanha de justiça. Pressionado, o delegado responsável pelo caso deteve nove suspeitos, moradores de uma favela das imediações. Depois de dois meses, a promotoria divulgou a suspeita de que os menores haviam confessado os assassinatos sob tortura e pediu que fossem liberados. Nassif (2003) destaca, ainda, que a imprensa já sabia que os primeiros suspeitos

havia confessado sob tortura, mas não divulgou uma linha sobre isso. Contentou-se em ceder aos apelos do público sem ao menos questionar.

Há lugares onde a imprensa não sabe como agir frente a crimes que abalam a opinião pública. Para Nassif, “entender e utilizar os procedimentos judiciais na apuração de notícias, além de minimizar injustiças, ajudaria a mídia a pensar melhor e oferecer ao público um produto de melhor qualidade” (Idem, p.41).

Dessa forma, as variáveis que compõem o cenário de manifestação de violência social não são naturalmente as mesmas que desencadeiam a violência criminal. Pode-se, em alguma forma de abordagem, estabelecer ligações objetivas, porém há forte subjetividade a ser considerada quando se trata de medir e associar os índices de pobreza e insatisfação popular com os índices de manifestação da violência criminal, individual ou coletiva. No caso específico da violência social desencadeada a partir da formação de opinião pública grupal, há um caráter reivindicatório formulado pela ansiedade instituída em face de desajustes na organização da sociedade, como carência de trabalho, acesso à saúde e à educação de qualidade, como bem acentua Bernardo Kliksberg (2002, p.401). Já a violência tipificada como criminal se associa a práticas de corrupção, a diversificadas formas de delinquência e ao tráfico de drogas.

A realidade da violência contrapõe o argumento da aparelhagem da sociedade à observância da lei e a manutenção da segurança individual e coletiva. Observa-se na organização policial, de modo amplo, o despreparo dos efetivos, tanto material quanto psicológico, o que reflete a inoperância da polícia frente aos confrontos urbanos de alta periculosidade. A corrupção dentro das instituições de segurança pública, frequentemente relatada pelos veículos de comunicação, contribui para a formação da insegurança social. O que se vê são policiais mal treinados e mal remunerados que, ou não conseguem lidar com as situações de confronto às quais são submetidos ou que acabam sendo cooptados pelo crime organizado.

A violência urbana não compreende apenas o crime, mas todo o efeito psicológico que provoca sobre as pessoas e as regras de convívio na sociedade. A violência urbana é um fenômeno social caracterizado por um comportamento transgressor e agressivo em função do convívio nas cidades e, principalmente, pelas condições de vida no espaço urbano. É um tipo de violência determinado por valores culturais, sociais, políticos, econômicos e morais de uma sociedade.

Em muitos contextos analíticos de mídia se observa uma tendência à minimização do efeito das desigualdades sociais mais profundas. Trabalha-se mais com as conseqüências da violência urbana em detrimento de análises das causas que conduzem a distorções de comportamento social. As explosões do crime organizado causam, na verdade, mais impacto e são objeto de ampla cobertura da mídia, como nas ações e confrontos nas favelas do Rio de Janeiro e nos violentos embates entre criminosos e policiais em São Paulo. Conforme nos colocam Paiva e Ramos (2007, p.144), o grupo de profissionais que elabora o conjunto de matérias que, em seguida, se tornará a edição de uma revista, conta muito para o resultado final veiculado. As autoras colocam ainda que:

A presença majoritária, nos grandes veículos, de jornalistas brancos, de classe média e alta, formados por um número restrito de universidades, pode contribuir para a construção de visões de mundo bastante similares e limitadas.

Por que o Ensino Superior público é muitas vezes mais coberto do que a educação básica pública?⁶ Esta última conta com um número de alunos inúmeras vezes mais expressivo quando comparado com aquele e, logo, também congrega uma quantidade de histórias, proezas, problemas e soluções igualmente mais avantajados. Por quê? Por que é “natural” se gastarem páginas e páginas de cobertura com o homicídio de adolescentes de classe média e isto não ocorre com crime igual quando perpetrado, na mesma semana, contra adolescentes de classes menos favorecidas?⁷ Por quê? Muitos fatores, conforme dissemos, concorrem para explicar situações tomadas, em geral, por triviais. Certamente a visão de mundo dos profissionais de imprensa é um deles. Ainda pouco estudado, ressalte-se.

Entretanto, não é somente o olhar desses profissionais que pode impactar o produto final de suas atividades. O currículo das escolas de jornalismo, em geral, passa a léguas de distância das temáticas que estamos aqui focalizando. Não se pode esperar, portanto, que um profissional que no seu processo educacional não foi familiarizado com a leitura de uma taxa de homicídio, com a legislação nacional e internacional de direitos humanos, com as etapas de construção de uma política pública venha a adquirir essas habilidades, miraculosamente, apenas por adentrar o portal mágico das salas de redação. A formação importa e muito, logo contribui para explicar a cobertura que temos (Ibidem).

É relevante lembrar que *Veja* é feita por jornalistas, em sua maioria, brancos e de classe média, justamente o público para o qual está voltada. Além dos repórteres, a revista traz em suas páginas artigos de renomados cronistas como Cláudio de Moura Castro, Lia Luft e Roberto Pompeu de Toledo. O texto desses autores não é compreensível para uma camada

⁶ NOTA DAS AUTORAS. “De acordo com a pesquisa A Educação na Imprensa Brasileira, realizada pela ANDI e pelo MEC, com o apoio da UNESCO, 33,4% dos textos sobre educação veiculados por 57 jornais brasileiros no ano de 2004 referiam-se centralmente ao Ensino Superior; o Ensino Fundamental ficou com 8,4% da cobertura.”

⁷ NOTA DAS AUTORAS. “A pesquisa ‘A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco’ (2003), conduzida pela agência Auçuba, integrante da Rede ANDI Brasil, salienta que enquanto um caso de homicídio de adolescentes de classe média alta (conhecido como ‘caso Serrambi’) contabilizou 530 textos nos três principais jornais da capital pernambucana, o caso “Santo Aleixo”, envolvendo o homicídio de adolescentes de classes menos favorecidas, ocorrido quase que simultaneamente, contou com 21 notícias.”

da população que teve pouco acesso à educação e/ou à cultura formal como livros, teatro e cinema.

Na análise do fenômeno da violência urbana no Brasil, é preciso reportar-se também a uma realidade mais ampla: a da América Latina e Caribe. A Comissão Latino-Americana e do Caribe para o Desenvolvimento Social (1995) considera que a metade dos habitantes dessas regiões vive em estado de pobreza. Para o Brasil, a estimativa é de que 43,5% da população ganhe menos de US\$ 2,00 por dia e de que 40 milhões de pessoas vivam em miséria absoluta.

Kliksberg (2002) lembra a iniquidade da distribuição de renda e a desigualdade educacional como fatores de tensões sociais, como apontamos antes. O autor ressalta que “a desigualdade latino-americana não é um fato natural próprio do caminho do desenvolvimento, é a consequência de estruturas regressivas e políticas equivocadas que a potencializaram” (2006, p.413). Esses fatores não podem ser minimizados na análise da violência urbana.

Marcelo Milano Vieira e Eurípedes Falcão Vieira (2004, p.133) expõem que:

(...) a pós-modernidade, de um lado, enriquece a humanidade com novas conquistas no campo das técnicas, da elevação cultural, do domínio do conhecimento, dos padrões de conforto para uma parcela da população mundial, de outro, assiste a um dos mais trágicos quadros de pobreza e miséria absoluta, prepotência e dominação sem paralelo histórico.

Nos últimos anos do século XX e início do século XXI, uma série de transformações conjunturais fez bifurcar o aumento da violência, em todas as suas formas, na maior parte dos grandes centros urbanos da América Latina. A questão, dessa forma, coloca a mídia no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência que, desde a década de 1970, vêm se impondo a diferentes cidades de grande e médio porte do País. Sodré argumenta que:

Por figurar, segundo os dados oficiais, entre as capitais que apresentam os mais elevados índices de criminalidade, o Rio de Janeiro ilustra satisfatoriamente as afirmações acerca da expansão quantitativa da violência. Conforme um levantamento da Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro, apenas a região do Grande Rio teria sido palco de 43.601 assassinatos durante a década de oitenta. De acordo com tais dados, a década seguinte assistiu ao agravamento desse quadro, uma vez que foram assassinadas 73.430 pessoas entre o início dos anos noventa e meados do ano 2000 (SODRÉ, 2006, p.13-14).

Não se trata de uma discussão se o homem é bom ou mal, mas de saber que a violência está ao alcance de qualquer pessoa, seja ela rica ou pobre, branca ou negra, ou esteja ela

inserida na sociedade ou à margem dela. É o homem que traz na sua essência o desejo de dominação e de poder, conforme nos coloca Dadoun (1998).

Estimativas da ONU (Pnud, 2000)⁸ projetam para as próximas décadas um significativo aumento da favelização no mundo, uma população de pobres acima de 2,5 bilhões de pessoas. Para o Brasil, a estimativa é de mais de 50 milhões de pobres favelados. Esses números podem ser interpretados como uma possível matriz de potencialidade à geração de violência em face das desigualdades sociais, culturais e de bem-estar no interior da sociedade organizada no Brasil. Dessa matriz fluem, ao natural, forças de descontrole nos movimentos sociais; por outro lado, as vidas desperdiçadas, o “refúgio humano” de Zygmunt Bauman (2005), produto da crueldade da exclusão social, tangencia os limites entre o lícito e o ilícito, cuja fronteira é facilmente transposta. Excluídos, discriminados, cooptados, esses contingentes se aliam ao mundo do crime, organizado ou não, em confronto aberto com a sociedade.

Vieira e Vieira (2004, p.139) destacam que o “cenário de miséria nas grandes e médias cidades se constitui em matriz de reprodução irresponsável de crianças e, logo, de adolescentes, que, fugindo dos conflitos e das carências familiares, ganham as ruas, o refúgio inconsciente da desgraça pessoal”. E acrescentam: “nas ruas, transpõem rapidamente as fronteiras do mundo com lei para entrarem, sem alternativa, no mundo sem lei; a mesma sociedade que os gerou, que os empurrou para a marginalidade, agora, diante das agressões que praticam, os pune e os deposita nos abjetos antros da repressão social” (VIEIRA E VIEIRA, 2004, P.139). Não se pode imaginar melhor caldo de cultura para a violência urbana. A criminalidade nas grandes e médias cidades brasileiras é uma projeção, em grande parte, da triste realidade da infância e adolescência sem outra perspectiva senão o perambular pelas ruas e avenidas pedindo e se iniciando na prática de ilícitos.

As práticas políticas saudáveis e que projetam uma imagem pública de confiança junto à população contribuem à formulação de ações capazes de amenizar as desigualdades sociais e com isso eliminarem muitos focos matriciais de violência. Portanto, conforme Vieira e Vieira (2004), pode-se constatar que a falta de políticas públicas eficazes para a realidade social brasileira continua sendo o maior gerador da violência no País. Segundo Aramis Nassif (2006, p.31):

⁸ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/rdh/destaques/index.php?lay=inst&id=dtq#d2000>>. Acesso em 27 de dezembro de 2008.

A justiça criminal existe porquanto existem conflitos. É a partir dos conflitos que a sentença penal é identificada, equivocadamente, como uma esperança terapêutica para essa enfermidade social (delito), cuja afirmação apenas obscurece o derruir da sociedade democrática e do próprio Estado de direito, em face da globalização e da política neoliberal perceptível em todo o mundo ocidental, com evidente contágio universal. E a partir de padrões que nem sempre correspondem à cultura nacional, é que se toma, definitivamente, o atrito incriminatório como patologia, enquanto o direito é a higidez, especialmente marcado no acervo legislativo.

O poder de direito atribuído à polícia deriva da impotência do Estado de fazer manter a ordem pelas leis da ordem judiciária. Assim, querendo atingir a qualquer preço seus fins empíricos, o Estado outorga à polícia o poder de agir na defesa dos cidadãos. Como se encontram mal treinados e mal remunerados, os policiais acabam por agir irracionalmente entrando, em muitos casos, em conflito aberto com parcelas da população sem ter em mente quaisquer referências a fins jurídicos.

Comumente, as reflexões sobre os meios de comunicação centralizam-se na capacidade das instituições de desempenhar um papel na democratização das sociedades, na criação de um conjunto de medidas, com as quais os leitores se identifiquem e tomem partido, criem uma identidade nacional e cultural, e a partir disso desenvolvam o diálogo. “Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali, estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas” (SCALZO, 2008, p.16). Ou seja, é mais ou menos como argumentou o jornalista Harold Hayes (apud SCALZO, 2008, p.16) à época em que editava a revista *Esquire*: “Uma revista de sucesso tem que erigir um mito no qual seus leitores acreditem.”

2.3 Pesquisas sobre as temáticas

De acordo com uma pesquisa sobre temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), a partir da década de 1990 houve uma mudança significativa nas publicações, principalmente em jornais impressos, com uma maior predominância de informações sobre segurança pública. Ao contrário do que vinha ocorrendo em outros anos, os noticiários do tipo “espreme que sai sangue” passaram a perder espaço, e os veículos começaram a privilegiar informações

baseadas em estatísticas de homicídios, no aumento da violência entre a classe média e alta e na opinião de especialistas sobre o tema.

Dessa forma, as investigações desenvolvidas pelo CESeC e coordenadas pelas pesquisadoras Anabela Paiva e Silvia Ramos, no livro *Mídia e Violência* (2007), constataram que o assunto segurança pública tornou-se mais freqüente nas páginas dos diários, mas ainda deixa a desejar no aprofundamento crítico da discussão sobre o assunto, ou seja, pecaram na falta de fontes especialistas que pudessem, de alguma forma, contribuir para um maior esclarecimento do tema que estava sendo tratado.

Em 2004, o CESeC analisou nove jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (trabalho nomeado de Pesquisa Brasil) e, em 2006, a produção de oito jornais do Rio de Janeiro. As pesquisadoras buscavam entender o problema da violência e da criminalidade no Brasil. Através da apreciação, elas puderam verificar que a cobertura de porta de cadeia realizada há até poucos anos pelos jornais brasileiros ficou para trás e que o repórter que se confundia com o policial não existe mais. No entanto, constataram que ainda existe dificuldade por parte dos jornalistas para perceberem os fenômenos que atingem as cidades e que ainda há aspectos para aprofundar, a fim de discutir com propriedade as políticas de segurança pública e os procedimentos de investigação policial.

Segundo dados veiculados pelo Núcleo de Pesquisas das Violências (NUPEVI) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)⁹, o tema da violência é, atualmente, um dos que mais ocupa as discussões acadêmicas em seminários e congressos. Pouco estudado até a década de 1980, tem um espaço privilegiado em jornais e revistas de grande circulação. As causas apontadas são diversas: envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais, abrangem todas as camadas da sociedade e motivam mudanças comportamentais etc. Amartya Sen (2000, p.321-322) salienta que “qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contraproducente [...] não existe substituto para a responsabilidade individual”.

Trabalho semelhante é realizado no País pela Rede Andi Brasil. Iniciada oficialmente em março de 2000, a instituição tem a “missão de investir na formação de uma cultura jornalística socialmente responsável e atuante no que diz respeito às principais questões de interesse da infância e adolescência brasileiras” (ANDI, 2005, p.06), como a própria rede se descreve.

⁹ Documento eletrônico.

A instituição é formada basicamente por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos. A base fundamental de ação é a comunicação como defesa dos direitos de crianças e adolescentes e o fomento de atividades para o desenvolvimento humano. A atuação da rede ocorre, principalmente, por meio de uma metodologia padrão de monitoramento e análise da mídia. Outras formas de atuação são o desenvolvimento articulado de atividades locais – nos onze centros onde tem base – e nacionais de mobilização e formação voltadas para profissionais da comunicação, instituições que atuam em áreas da infância e da adolescência e universitários, sobretudo de jornalismo.

No caso da presente pesquisa, segundo Anabela Paiva e Silvia Ramos (2007), o primeiro passo para formular propostas minimamente consistentes para o enfrentamento da violência em todas as suas dimensões seria conhecer a situação na qual se pretende intervir, tal como ela se configura no momento atual. Em um segundo momento, far-se-ia essencial trazer os fatos à tona e estimular a reflexão de todos – leitores, ouvintes e espectadores – sobre as práticas jornalísticas cotidianas em paralelo às ações de segurança pública elaboradas pelos governos. Assim, poderia ser que fosse possível amadurecer um debate sobre as alternativas racionais e eficazes para solucionar o problema da violência generalizada. Conforme aponta a análise dos pesquisadores do CESeC, mesmo com a mudança na cobertura da violência urbana no País tendo-se modificado nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990 quando começam a proliferar movimentos pela paz, contra a violência e pelos direitos humanos, o jornalismo brasileiro ainda está longe do ideal:

A pesquisa mostrou que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Brasil). Isso significa que matérias com abordagem contextual, ou seja, que oferecem análise, são a minoria. Da mesma forma, 82,5% dos textos analisados na pesquisa Rio eram matérias motivadas pelo que chamamos de histórias individuais, isto é, os fatos cotidianos – assaltos, homicídios, acidentes, anúncios oficiais (83,7% no caso da pesquisa Brasil). Em contraste, o reduzido percentual de matérias de iniciativa da própria imprensa – entrevistas, editoriais, investigações, reportagens especiais, equivalentes a 14,5% no caso Rio, e a 6,1% no caso Brasil – é um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica (PAIVA e RAMOS, 2007, p.19).

Em 2006, a Organização das Nações Unidas lançou o Relatório Mundial sobre Violência contra a Criança¹⁰, com dados compilados de ações praticadas no mundo inteiro.

¹⁰ Disponível em <www.violencestudy.org>. Acessado em 7 de dezembro de 2007.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 53 mil crianças foram assassinadas em 2002.

De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV)¹¹, números levantados pelo jornal *O Globo* na base de dados do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), a cada dez horas uma criança é assassinada no Brasil. Em seis anos (2000-2005), o Ministério da Saúde registrou 5.049 homicídios de meninos e meninas com idades até 14 anos.

A utilização de estatísticas pelo jornalismo é uma das melhores formas de confrontar o leitor com a realidade. No entanto, muitos profissionais não sabem como utilizar os números decorrentes de resultados científicos, eleitorais, econômicos, etc. Muitas vezes chama-se a atenção para algo que no contexto da pesquisa não é tão importante, mas foi interpretado como tal. Hall (In: TRAQUINA, 1993, p.224) alerta para o fato de que “‘As notícias’ são o produto final de um processo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”.

Matérias com temas que incluam em sua estrutura assuntos relativos à criminalidade, à violência e à segurança pública têm sido recorrentes em *Veja*. É importante salientar que, conforme já citado anteriormente, ao menos 50 mil pessoas são assassinadas por ano no Brasil. De acordo com o trabalho produzido no CESeC pelas pesquisadoras Anabela Paiva e Silvia Ramos (2007), em vinte anos, a taxa de homicídio aumentou em 77%, passando de 15,2, em 1984, para 26,9 homicídios por 100 mil pessoas, em 2004.

Dessa forma, os jornalistas tendem a confrontar-se com notícias que circulam em grupo. É o caso dos relatos da degradação da vida humana, da marginalidade e dos maus tratos a crianças. Para Colombo (1998, p.65), assim como existe o *serial killer*, também há o *serial journalism*, que tende a tratar sempre do mesmo tipo de informação. Esse tipo de notícia é caracterizado pelo autor como Nuvem Negra. No entanto, segundo Paiva e Ramos (2007, p.13) “pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta”.

O Chefe de Reportagem da sucursal São Paulo do jornal Folha de S. Paulo, Plínio Fraga, entrevistado para a elaboração do livro *Mídia e Violência: Tendência na Cobertura de*

¹¹ Diário do Nordeste: Uma criança morre a cada dez horas no País. Disponível em <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1570&Itemid=29>. Acessado em 30 de novembro de 2008.

Criminalidade e Segurança no Brasil (2007), organizado por Paiva e Ramos, descreve o que para ele deve ser seguido pelos profissionais das redações como objetivo diário do fazer jornalístico na área de segurança pública:

Jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcionamento e cobrar de governos. É isso que os jornais ainda fazem pouco na área de segurança pública (Idem, p.20).

É como o “mito da transparência” exposto por Ciro Marcondes Filho (2000). O jornalista vasculha, explora, escava, procura, fazendo circular de forma mais ou menos livre a informação. No entanto, não-raro, essa manutenção da autoridade e do poder é cessada com a falta de um fato novo para aquele assunto. Mas para que todas essas informações se transformem em notícia é necessário ter acesso às fontes e saber escolher outras que complementem o que é divulgado oficialmente.

3. JORNALISMO E FONTES

Neste capítulo, buscamos discorrer a cerca da importância das fontes na construção das notícias, uma vez que a escolha do jornalista, ou do veículo para o qual ele trabalha, é fundamental na compreensão da reportagem. Utilizamos para isso, o ponto de vista de pensadores da comunicação, os quais salientam o indiscutível valor das fontes para a construção de um texto com credibilidade.

3.1 Jornalismo e construção social das notícias

No início deste século nada tem causado maior preocupação à população do que a falta de segurança pública, a criminalidade e a violência. Mas, talvez, a maior inquietação seja a incapacidade do estado em oferecer segurança pública de qualidade. Muito do que se sabe sobre esse contexto de vulnerabilidade em que os cidadãos estão inseridos deve-se à mídia e a sua capacidade de estabelecer esse contexto no imaginário coletivo.

Os meios de comunicação de massa constituem-se como um campo privilegiado de exposição dos mais diversos temas, seja positiva ou negativamente. O jornalismo inserido na massa e definido como um conjunto de técnicas especiais é reducionista e, segundo os pesquisadores Karla Müller e Alfredo Vizeu, “não consegue compreender o campo jornalístico como lugar estratégico de produção e construção do real” (2000, p.341). O homem é cada vez mais dependente das informações midiáticas para estabelecer suas relações pessoais e é impossível pensar a constituição humana atual sem levar em conta o papel da mídia. Segundo Müller e Vizeu:

O processo de enunciação jornalística é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em espécies de “macrocódigos”: a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. Mas também existem os “microcódigos” como os dispositivos que são criados nos próprios veículos de comunicação, que estabelecem regras e servem de guias para um “fazer jornalísticos”, asséptico e desobrigado – explicitados, por exemplo, nos manuais de redação (Idem, p.342).

Tradicionalmente, as reflexões sobre o que deve ou não ser publicado centralizam-se na política editorial do veículo. Cada meio de comunicação, como a revista semanal privilegiada nesta pesquisa, segue uma tendência política, econômica e social, que é traçada em um primeiro momento em seu lançamento e, posteriormente, no decorrer de sua história. Dentro desse contexto, o papel do editor é fundamental para selecionar os temas que serão ou não trabalhados durante a semana. Nas reuniões de pauta, tenta-se buscar aquilo a que a revista se propõe como sua missão, sem nunca esquecer o primordial: o público leitor a quem se destina e suas características.

No entanto, apesar de a política editorial se centrar no veículo (na empresa jornalística), as discussões sobre a conduta ética no jornalismo parecem se voltar muito mais para a conduta do profissional, que é quem, normalmente, tem menos poder sobre a informação e é mais pressionado pelo sistema de produção de consensos. “O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade” (MARCONDES FILHO, 1989, p.11).

Os temas criminalidade, violência e segurança pública são aspectos que estão inseridos na cultura cotidiana dos cidadãos brasileiros. Independentemente do veículo impresso, o assunto é recorrente. Nos jornais populares voltados para as classes C, D e E, fica evidente a linguagem coloquial, usada no cotidiano falado, e que não exige a observância total da gramática. Em relação ao conteúdo, essas notícias servem como espelhos para essa população. O grupo da periferia, da vila, dos morros enxerga ali o seu dia-a-dia, de assassinatos, de briga entre gangues, de tráfico. Por outro lado, é possível observar a utilização da escrita padrão e uma abordagem mais intelectual se levado em conta o mesmo assunto abordado em um jornal diário voltado para os públicos A e B. Percebe-se um discurso legitimador da exclusão e a recorrência a temas como assaltos, furtos a veículos, seqüestros relâmpagos, entre outros. Nesses periódicos, também há um espelho da sociedade, mas muito mais dessa tida como vítima do que como promotora das ações.

Henn e Oliveira (2002), em uma análise do processo de agendamento das notícias envolvendo criminalidade nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* durante o ano de 2001, observaram que “a vítima de classe média tem rosto, fala, identidade e demandas. A que pertence às classes populares é um número a mais engrossando a quantificação dos homicídios que ocorrem, sobretudo em chacinas durante os finais de semana”.

Em países como o Brasil – com acentuada divisão étnica, social e econômica –, de instituições frágeis, é freqüente a ocorrência de assassinatos, assaltos e tiroteios, além de outros desrespeitos às normas de conduta estabelecidas pelos códigos legais. Uma das causas do crescimento da violência urbana entre os brasileiros pode estar associada à aceitação da quebra constante das normas jurídicas e do desrespeito à noção de cidadania. A violência não é um mal permanente; as variáveis determinantes principais são passíveis de reparação no âmbito institucional, da comunicação e da imagem pública (política, principalmente).

Para Alfredo Vizeu (2004, p.111), “podemos resumir as definições de jornalismo e notícia a partir de dois grandes grupos: os que defendem a notícia como um espelho da realidade e aqueles que concebem a notícia como uma construção social da realidade”. As informações via meios de comunicação podem tanto ajudar a formar a consciência dos cidadãos quanto ajudar a construir os fenômenos coletivamente. A forma como essas informações chegam aos receptores determina uma abordagem diferente da notícia. Neste ponto-de-vista está incrustada a objetividade do fazer jornalístico.

Os jornalistas internalizam as normas da redação, inclusive seus deveres e direitos como profissionais de imprensa. As políticas editoriais dos jornais, dizia Warren Breed (In: TRAQUINA, 1993), não estão escritas em manuais detalhados. Elas fazem parte do processo de controle social dentro das redações e são captadas pelos jornalistas quase que por osmose, através da prática do dia-a-dia.

Para Nilson Lage (2006, p.53), “Entre o fato e a versão jornalística que se divulga, há todo um processo de percepção e interpretação que é a essência da atividade do jornalista”. Dessa maneira, podemos dizer que o conteúdo jornalístico que chega aos leitores é resultado de uma seleção de parte do real.

Os meios jornalísticos têm como um de seus papéis manter a população informada. A maneira que os meios de comunicação têm de difundir seu ponto de vista, seu recorte do fato, é chamado de notícia. Parte-se do pressuposto que um repórter vai observar a realidade a partir do senso comum. Contraditoriamente, contam para isso o interesse jornalístico e a abrangência do fato sobre o público para o qual o veículo se destina. “Por trás das notícias corre um trama infinita de relações e percursos subjetivos, que elas, por definição, não abarcam” (LAGE, 2006, p.111). Mas antes de tudo é necessário que a notícia nasça.

No caso de *Veja*, as maiores reportagens, geralmente com chamada de capa, surgem de fontes próprias dos jornalistas. São exceções os fatos da semana com grande repercussão,

como acidentes aéreos e crimes chocantes, ou matérias surgidas dentro das próprias redações ou por impulsos comerciais, como as relacionadas à saúde e à beleza. No primeiro caso, a necessidade de tornar disponível uma série de novas informações garante que o veículo não vai deixar cair a oferta.

Uma afirmação de Stephens, citado por Kovack e Rosenstiel (2003, p.17), pode servir de exemplo para o que acontece com o consumo das notícias sobre criminalidade, violência e segurança pública. O autor refere-se a “uma fome de percepção humana”. As pessoas têm uma necessidade intrínseca – um instinto, digamos – de saber o que acontece além de sua própria experiência direta. Assim, estarmos a par de fatos que não podemos ver por nossa própria conta cria uma sensação de segurança, de controle, de confiança, explicam Molotch e Lester (apud KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p.17).

O público quer saber como os fatos estão se desenrolando, como se isso fosse indispensável a sua sobrevivência. Assim, os jornalistas mantêm vivas as notícias, alimentando o público diariamente com novas informações, obedecem aos caprichos sedentos das empresas por vender jornais e figurar nos picos de audiência, produzindo “[...] forçosamente, uma quantidade de ‘imitações’ da verdade, e muitas invenções com o intuito de proporcionar satisfação ao leitor” (COLOMBO, 1998, p.66). Os jornalistas se esforçam para manter o público informado, mas não apenas como um dever de sua profissão de procurar pela verdade e de veicular os fatos, mas, em um grande número de casos, apenas pelo prazer de publicar o “furo jornalístico”.

O estímulo gerado no público em relação às notícias sobre criminalidade, violência e segurança pública pode se dar de várias formas. As pessoas têm uma sensação de controle quando conhecem os fatos. Acreditam que estão distantes da realidade dos crimes, o que nem sempre é verdade. Cornu (1998, p.107) diz que os jornalistas têm deveres impostos a eles através das diversas formulações de sua deontologia profissional. Como aponta o autor, “os jornalistas são responsáveis, quanto ao conteúdo, pelo reflexo fiel e completo dos negócios públicos, pela proposta de uma visão crítica, assegurando uma informação respeitosa dos fatos e pessoas”.

Contam, para isso, as mudanças sociais, as quais na rapidez com que ocorrem presentemente estão vinculadas à ampliação e ao avanço das tecnologias que permitem aberturas crescentes na formação da opinião pública e dos espaços públicos. É nesse contexto que se movimentam com grande desenvoltura a renovação das idéias e as mudanças

comportamentais. Há em todas as formas de comunicação uma mediação, representada pelo fluxo informacional que se estabelece entre os vários segmentos sociais.

A comunicação ampla e aberta, independentemente do mérito informativo e formativo, representa um fenômeno tecnossocial de amplo espectro na sociedade atual. Nunca se produziu tanta informação, nunca se divulgaram tantos acontecimentos, nunca se gerou tanto conhecimento como no âmbito informativo e comunicacional da atualidade. As avançadas tecnologias, as multimídias e todo aparelhamento secundário da mídia permitem que a sociedade se torne global em tempo real, tanto para os bons quanto para os maus acontecimentos.

Para tanto, cada pessoa deve exercitar sua atitude crítica, filtrando as informações recebidas, questionando-as, fazendo um contraponto e buscando, na opinião pública, uma opinião particular, com a qual se identifique e na qual acredite. Mas, em muitos casos pode ocorrer o oposto, a mídia pode distorcer os dados e descrevê-los de forma incompleta. Ou seja, os fatos ocorrem independentemente da interpretação que lhes damos, e toda e qualquer interpretação pode ser contestada. No século XVIII, Charles Knight (apud BRIGGS e BURKE, 2004, p.197) “já acreditava que conhecimento ‘útil’ não poderia ser difundido a menos que os leitores se divertissem”. Peter Berger e Thomas Luckmann (2008, p.157) acreditam que a realidade é socialmente definida, mas advertem: “as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade”.

Sendo, então, a mídia, difusora de verdades e objetividades – ao descrever o fato assim como ele se deu –, e de mentiras e subjetividades, e mediadora entre o fato e seus leitores – capaz de mudar opiniões e criar heróis e vilões da noite para o dia –, surgem questões que nos levam a questionar como a mídia reproduz os fatos relacionados relativos à criminalidade, à violência e à segurança pública.

Para o pesquisador Vicente Darde, na dissertação “As Vozes da Aids na Imprensa: Um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo”, defendida no PPGCOM da UFRGS, “[...] a produção de conhecimento pelo jornalismo tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los” (2006, p.54). Darde acrescenta ainda: “As notícias, produto do jornalismo, são ferramentas capazes de gerar opinião pública e de mover a ação política, gerando conversação, comentários e discussões acerca dos assuntos pautados” (Ibidem).

Pedrinho A. Guareschi (2000) coloca alguns questionamentos sobre o conteúdo informativo. Com os vários meios de comunicação disponíveis atualmente, a grande questão para o pesquisador “é o que se vai dizer”, uma vez que “pode-se ter espaço e redes infinitos, sem ter nada para dizer!”. É sobre esse conteúdo que se estabelecem atualmente as discussões. Coloca o autor ainda: “Quem define a realidade? Quem diz o que existe e o que deixa de existir? Quem coloca a agenda de discussão, isto é, quem decide o que e sobre o que falar?” (GUARESCHI, 2000, p.42-43). Ao analisarmos os 29 textos, buscamos verificar que tipo de informação sobre criminalidade, violência e segurança pública é veiculada, e como essas reportagens são organizadas ao longo de 12 meses.

Se dentro desse processo de informação os leitores optarem por uma revista, seja ela *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital*, *Época* – para citar as de circulação semanal – privilegiarão direta ou indiretamente, dependendo de sua capacidade crítica, certas estratégias acionais que necessariamente não seriam estas caso optassem por um outro tipo de leitura. Traquina (2004, p.173) destaca que “[...] as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade organizacional, dentro e fora da organização”.

Não haveria notícia se as pessoas não se relacionassem em sociedade. Muitas das fontes de informação utilizadas em reportagens de revista surgem da complexidade das relações sociais. São ex-mulheres ou ex-maridos que fazem revelações sobre seus antigos cônjuges; testemunhas que presenciaram eventos atípicos, funcionários de órgãos públicos ou privados que relatam suas rotinas de trabalho, entre outros. Nessas entrevistas, surgem testemunhos ou opiniões que divergem, se complementam ou fazem brotar um novo fato.

3.2 Fontes de informação

Dentro do campo jornalístico, a importância das fontes de informação é indiscutível para a construção de um texto com credibilidade. Inserido na sua rotina diária de trabalho, o jornalista segue – muitas vezes sem se dar conta – uma série de passos na sua tarefa de tecer um texto, seja ele para meios impressos, radiofônicos, televisivos ou eletrônicos. Entre esses

questos está a confrontação de fontes, uma vez que um texto jornalístico de qualidade deve incluir diferentes opiniões sobre um mesmo tema, sobretudo se a pauta for polémica. Traquina (1993) lembra que a relação entre jornalista e fontes é protegida por lei; que as fontes precisam provar sua credibilidade, uma vez que não são desinteressadas, e que quanto mais gabaritada a posição do informante, mais crédito terá o que está sendo dito por ele.

Nesse contexto, as fontes oficiais são consideradas as mais confiáveis para embasar um texto jornalístico. Mas, mesmo assim, Lage (2006) sustenta que elas falseiam a realidade para preservar interesses, beneficiar pessoas e grupos. Para o autor, a estrutura centralizada do jornalismo convencional gera uma supremacia absoluta das fontes oficiais:

Comumente – e isso não é considerado aético –, sonegam informações de que efetivamente dispõem (o segredo de estado, os dados confidenciais ou reservados, constituem uma categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convém às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade (para fingir que são bem informados) e para se livrar do repórter chato (Idem, p.64).

Conforme Santos (1997, p.29), a preferências dos meios de comunicação pelas declarações dos “porta-vozes oficiais” se dá devido ao que Hall et al. (1978) chama de “definidores primários”. Ou seja, trata-se de uma hierarquia da credibilidade, na qual os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições mais bem aceitas, mesmo nos temas mais controversos.

Segundo Francisco Karam (1997), para que a informação jornalística seja exata, imparcial e tenha responsabilidade social, o jornalista precisa ir além de poucas declarações ou documentos parciais, revelando publicamente aquilo que atinge o público no cotidiano. Mas o jornalista, de acordo com Daniel Cornu (1998), não tem meios para brincar de polícia e nem é a sua missão. Sua margem de manobra quando a atenção é atraída para um fato crítico seria investigar por conta própria, mas “os jornalistas estão simplesmente desprovidos das armas capazes de lhes trazer provas blindadas, irrefragáveis” (Idem, p.79).

Os profissionais da comunicação que necessitam manter uma relação com a fonte devem ter em mente que nem tudo que a fonte diz é passível de ser publicado. Desta forma, deve seguir os critérios jornalísticos e selecionar, dentre as diversas informações, aquela que melhor se enquadra no tema de sua pauta. Jorge Pedro Sousa (2005, p.49) diz que “[...] as

informações que uma fonte disponibiliza ao jornalista devem ser enquadradas e tratadas sem adulteração, mas também devem ser, por princípio, verificadas”.

A relação que se estabelece entre jornalistas e fontes pode tornar-se complicada devido a dois pontos. O primeiro porque não há regras e a fonte pode querer controlar o que o jornalista escreve, dando a ele somente as informações que lhe interessam. Em segundo lugar, é premissa jornalística a inclusão de fontes nos textos e o jornalista pode acabar falseando a realidade por confiar na fonte em questão.

A fonte oficial, por exemplo, não está livre de cometer erros em suas declarações. Furio Colombo (1998, p.80) destaca que: “o jornalismo tanto quanto parece é enganado pelo espetáculo e pelas instruções dadas, de uma vez por todas, pelas fontes autorizadas, e renuncia a uma investigação independente”. Não convém ao jornalista desconfiar da informação pronta e avalizada por uma fonte oficial. Este tipo de fonte tem notícias recentes, úteis e “confiáveis”. John Hulteng (1990, p.127) alerta para o que chama de “a síndrome da dependência das fontes oficiais”, a qual pode ser um problema, pois afasta o repórter de outras notícias para as quais não há porta-voz oficial.

O jornalista fica subordinado aos canais de rotina. Institucionaliza e valida como normal a dependência às fontes autorizadas com medo de não encontrar fontes substitutas e de cessar o fluxo de matéria-prima para o seu trabalho. A capacidade de informação regular e autorizada poupa os jornalistas dos “inconvenientes das investigações em profundidade e da recorrência a especialistas para decodificação”, diz Sousa (2002, p.52). Em consequência, a utilização rotineira dessas fontes facilita a manipulação do fato, fortalecendo a relação entre imprensa e Estado. Como salienta o autor (Idem, p.51), o “jornalista burocrático” é dependente de fontes acessíveis, centralizadas, sistemáticas e com horários compatíveis. Isso traz consequências diretas à realização do trabalho jornalístico e a sua função social de informar, vigiar e controlar os poderes.

Conforme o pesquisador Elias Machado¹²,

Enquanto o sistema de cobertura setORIZADA dos meios convencionais, alicerçado numa estrutura de redação centralizada dividida em editorias reforça o vício do recurso as fontes oficiais, uma redação descentralizada que opera dentro de um projeto de afinidades temáticas estimula a diversificação das fontes.

¹² O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>.

A relação que os jornalistas estabelecem com as fontes oficiais faz parte do processo de rotinização das redações em qualquer especialidade. As redações criam suas normas burocráticas para lidar com as normas burocráticas das instituições sociais com as quais se relacionam, como explicam Shoemaker e Reese (1996). Nesse sentido, a notícia é o produto de uma burocracia (a redação) recolhida de outra burocracia (a fonte oficial), e muitas vezes importa a linguagem técnica da burocracia externa onde é captada a informação. Portanto, alegam Shoemaker e Reese, as rotinas têm um papel muito importante na produção do conteúdo da imprensa. Essa perspectiva é uma das áreas de estudo da sociologia da mídia, a qual surgiu nos Estados Unidos na década de 1950 com as pesquisas desenvolvidas por David White sobre *gatekeeping* (o processo de seleção da informação), e Warren Breed, que descreveu em detalhes como os jornalistas aprendem as rotinas de trabalho dentro das redações.

Para Molotch e Lester (apud SANTOS, 1997, p.24-25) existem quatro tipos básicos de acontecimentos. O primeiro é a rotina, tendo como principal exemplo as coletivas de imprensa, na qual os promotores da ação são os mesmos que a tornam notícia; o segundo tipo de acontecimento é o acidente, considerado não-intencional e, portanto, o agente do acontecimento público se difere daquele que o realiza; o terceiro é o escândalo, o qual se torna uma ocorrência graças à intenção dos informantes que não partilham da mesma estratégia dos atores do fato. O quarto tipo é o acaso. É uma ação não-planejada, promovida pelo próprio ator do fato.

Mas não são apenas as fontes oficiais que compõem um texto jornalístico e que são capazes de fornecer informações relevantes. “Para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às histórias e levam a construção de notícias escandalosas e dramáticas” (SANTOS apud DARDE, 2006, p.63).

Cornu (1998, p.107) diz que os jornalistas têm deveres impostos a eles através das diversas formulações de sua deontologia profissional. Como aponta o autor, “os jornalistas são responsáveis, quanto ao conteúdo, pelo reflexo fiel e completo dos negócios públicos, pela proposta de uma visão crítica, assegurando uma informação respeitosa dos fatos e pessoas”.

Diferentes autores já definiram como se dividem as fontes. Ericson et al. (apud SANTOS, 1997, p.76) estabeleceu uma hierarquia das fontes, a qual se divide em quatro categorias:

- a) Jornalistas – É comum inserirem o seu ponto-de-vista com o objetivo de unirem as informações das diferentes fontes escutadas para a composição da matéria. Os jornalistas também funcionam como fontes de informação ao serem entrevistados por outros profissionais ou ao interpretarem dados oficiais.
- b) Porta-vozes de instituições e organizações governamentais – São as fontes mais recorrentes, pois estão ligadas a órgãos do governo como justiça, saúde, segurança pública, trabalho e renda.
- c) Porta-vozes de instituições e organizações não-governamentais – São fontes não-específicas, citadas sem qualquer indicação de identidade ou filiação organizacional.
- d) Cidadãos individualizados – São os porta-vozes das reivindicações e opiniões populares.

Nilson Lage (2006, p. 65-68), da mesma forma, estabeleceu três categorias de fontes de informação:

- a) Oficiais, Oficiosas e Independentes – As oficiais são aquelas mantidas pelo Estado e por instituições que preservam algum poder de Estado ou por empresas e organizações como sindicatos ou associações. As oficiosas são reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, porém não-autorizadas a falar em nome dela. As fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse mais abrangente em cada caso, como por exemplo, moradores de bairro, proprietários de lojas, etc.
- b) Primárias e Secundárias – As primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial para a construção de uma matéria, uma vez que fornecem

detalhes. Como exemplo, podemos citar documentos, livros e fotografias. As fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou para a construção das premissas básicas para a elaboração da pauta.

- c) Testemunhas e *Experts* – A primeira são pessoas que participaram como testemunha ocular ou foram os próprios atores do acontecimento. O ideal é cruzar as informações de no mínimo três pessoas e tirar disso o que há em comum. Os *experts*, por sua vez, são fontes secundárias procuradas para interpretar, explicar ou opinar sobre a ocorrência de um evento. São os especialistas que com seu conhecimento costumam costurar as informações já obtidas.

Podemos perceber, por meio das classificações de Santos (1997) e Lage (2006), que sem as fontes seria praticamente impossível transmitir qualquer tipo de informação ao público, uma vez que são elas que subministram os fatos e as informações ao repórter, sendo imprescindíveis na realização do trabalho jornalístico. Pessoas, jornais, revistas, leis, documentos, e até o próprio jornalista podem ser denominados de fonte.

Dessa forma, para a elaboração das categorias da análise de conteúdo referentes às fontes optamos pela utilização dos critérios de fontes estabelecidos por Lage (2006). No *Capítulo 5*, no qual nos dedicamos à apreciação dos 29 textos selecionados em *Veja*, utilizaremos dois níveis de análise, levando em conta duas das três categorias elaboradas por Lage (2006): a) Oficiais, Oficiosas e Independentes, e c) Testemunhas e *Experts*. A categoria b) foi descartada para esta pesquisa, uma vez que para incluir as fontes nessa classificação seria necessário a utilização de um método como a observação participante, por exemplo.

4. OS 40 ANOS DE VEJA – A HISTÓRIA

Neste capítulo nos deteremos na trajetória da revista *Veja*, e procuraremos perceber a maneira como foi estabelecida a sua linha editorial. Para isso, utilizaremos como exemplo algumas capas históricas que marcam diferentes épocas e posicionamentos de *Veja*.

4.1 Percursos de uma história

“A melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas muitas vezes a que se dá melhor”. Uma revista é “uma história de amor com o leitor”. Duas definições, respectivamente do escritor colombiano Gabriel García Márquez¹³ e do editor espanhol Juan Caño (Apud SCALZO 2008, p.12), que exprimem a essência do magazine moderno e, dentro do contexto brasileiro, o que a Revista *Veja* tem se proposto a fazer para os seus leitores e com os seus leitores ao longo de sua trajetória.

“Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contrato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo”. A partir dessa definição colocada por Marília Scalzo (2008, p.12), é possível acenar com o fato de que os leitores têm sua opinião formada através do material de leitura a que têm acesso, através da revista que tomam como sua, que costumam carregar em suas pastas de trabalho, em suas mochilas de escola. “Por isso, não se pode nunca esquecer: quem define o que é uma revista, antes de tudo, é o seu leitor” (Ibdem), destaca a autora.

As revistas com características semanais, por exemplo, possuem o poder de aprofundar histórias que já tiveram ampla cobertura durante a semana em veiculações televisivas e radiofônicas, na internet ou em jornais impressos. Ao analisar a trajetória deste meio, pode-se perceber que a vocação magazine baseia-se em dois pontos: o de educar e o de

¹³ MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **A Melhor Profissão do Mundo**. Observatório da Imprensa, 20 de outubro de 1996. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arg2010/mat2010a.htm>>. Acesso em 5 de outubro de 2008.

entreter. Apesar de terem nascido como forma de diversão – recheadas de gravuras e fotos –, as revistas transformaram-se em uma forma consolidada de obter informações específicas, o que é o caso de revistas segmentadas, como, por exemplo, em negócios, educação, cultura, saúde etc.

A *Veja* tomou o papel de segmentação com a compilação dos fatos da semana. Editada pelo Grupo Abril, a primeira edição de *Veja* circulou em 11 de setembro de 1968, com 700 mil exemplares, e trazia em sua capa uma foice e um martelo, chamando para uma reportagem sobre o mundo comunista. Conforme Scalzo (2008), o objetivo da revista em seu nascimento era retirar o Brasil do fosso de ignorância e de preconceito em que estava inserido em pleno contexto do Ato Institucional Número 5 (AI-5), impetrado pela ditadura militar. Para isso, propunha-se a “acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião”¹⁴. Foi desta forma que o fundador do Grupo Abril e editor da revista, Victor Civita, um filho de italianos nascido nos Estados Unidos em 9 de fevereiro de 1907, descreveu no primeiro editorial de *Veja* os objetivos a que a revista se propunha em seu “nascimento”.

Hoje, tem uma tiragem de aproximadamente 1,3 milhão de exemplares semanal, atingindo um número indeterminado de leitores por ser lida por mais de uma pessoa – membro da família, pacientes em sala de espera de consultório médico, clientes de salões de beleza. Segundo dados da própria revista publicados no site da Editora Abril¹⁵, o público-alvo são as classes A (34%) e B (39%). O maior número de leitores é do sexo feminino (53%), enquanto 47% dos homens lêem a revista. Entre as faixas etárias de leitura, *Veja* é mais lida por pessoas com idades entre 25 a 39 anos (33%), seguida por pessoas com idade superior a 50 anos (21%).

Para alcançar o status de revista mais lida do País, desde o início de sua publicação até hoje, *Veja* segue a mesma proposta editorial: a de ser uma revista semanal de assuntos gerais (SOUZA, 2004). Além disso, constituiu seu mailing de assinantes por meio de uma campanha de marketing traçada desde o seu lançamento e registrada no editorial de número 1: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do país. Pois *Veja* quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros.”¹⁶

¹⁴ Parte do editorial da primeira edição de *Veja*, de 11 de setembro de 1968.

¹⁵ Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/geral_perfil_leitor.php>. Estudos Marplan Janeiro a Dezembro de 2007 - Acesso em 5 de outubro de 2008.

¹⁶ Parte do editorial da primeira edição de *Veja*, de 11 de setembro de 1968.

Veja conseguiu estabelecer-se no mercado por meio da atitude visionária de seu fundador, mas também pela forte organização empresarial, que tem como base a Editora Abril, e pelas várias estratégias de marketing montadas para atingir o maior número de assinantes em potencial ao longo de diferentes momentos políticos e econômicos do Brasil. Atualmente, com exceção dos semanários norte-americanos, *Veja* é a revista semanal mais vendida no mundo.

Apesar dos aspectos que tornam *Veja* um modelo de negócio a ser seguido, há quem critique seu trabalho jornalístico. Para o professor e pesquisador da Universidade Federal do ABC Cláudio Penteado¹⁷, a revista *Veja* conseguiu esse status de maior meio impresso do Brasil graças à aparente imparcialidade partidária e à busca de fontes e provas que comprovem suas matérias investigativas.

O discurso de *Veja* já foi alvo de inúmeras pesquisas acadêmicas no sentido de analisar os valores que a revista pretende passar em relação a comportamento, à globalização, aos idosos, ao MST, ao Partido dos Trabalhadores (PT) etc.

4.2 A linha editorial

Conforme expõe Scalzo (2008), todo novo veículo de comunicação quando surge é cercado por um contexto social, político e econômico. E com *Veja* não foi diferente. Historicamente, as lutas pela liberdade de imprensa e de expressão, as quais se propôs a travar no período da ditadura, estimularam o novo veículo a participar de grandes batalhas democráticas contra a censura e os direitos humanos. O contexto da década de 1960 e as lutas políticas travadas por jornalistas da época ajudaram a construir o que se tem hoje no Brasil em termos de democracia e legislação de direito à informação. Atualmente, consideramos os meios de comunicação como instâncias da comunicação em massa, os quais facilitam a construção de consensos sociais e a difusão do discurso.

¹⁷ PENTEADO, Cláudio. *Veja e a ética na imprensa*. Observatório da Imprensa, 30 de outubro de 2002. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/caixa/cp301020024.htm>>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

Porém, ao longo dos anos, com cada editor-chefe, a revista foi mudando seu perfil inicialmente formado para questionar o regime autoritário da ditadura civil-militar e passou a tornar-se muito mais uma empresa que deve dar lucro do que defensora de um ideal. Guareschi (2000) coloca como de extrema importância a ligação existente entre o desenvolvimento do capitalismo moderno e o dos meios de comunicação de massa. Para o autor:

O controle dos conteúdos simbólicos circulantes de determinada sociedade em determinada época sempre foi de interesse dos dirigentes do período, como atestam os diversos momentos de “censura à imprensa”, tão frequentes nas ditaduras do século XX. Mesmo em períodos de “normalidade democrática”, as ligações entre as grandes indústrias da comunicação e o poder econômico dominante foram já por demais demonstradas (GUARESCHI, 2000, p.43).

Scalzo (2008) descreve a história da revista: nascido na Itália, Roberto Civita, filho de Victor, foi o idealizador de *Veja* e o responsável pela introdução desse modelo do jornalismo em revista no Brasil. Depois de passar uma temporada nos Estados Unidos estudando, Roberto retorna ao Brasil com idéias das revistas do primeiro mundo em mente e propõe ao pai a criação de uma revista nos moldes da norte-americana *Look* ou da italiana *Life*. Eram revistas com muito menos informação do que as que circulam atualmente e priorizavam a imagem ao texto. Para compor o corpo editorial, Victor convidou Mino Carta. Em princípio, ele dirigiria *Quatro Rodas* e depois o que se tornaria a revista *Veja*.

A proposta inicial para o título da revista foi *Panorama*, o que nem mesmo saiu da redação. *Veja e Leia* foi o título escolhido por Mino Carta para a publicação e assim foi veiculado de 1968 até 1975, quando *Look* sai de circulação. Dessa forma, a revista passou a chamar-se *Veja*. Após o sucesso da primeira edição, que teve seus 700 mil exemplares esgotados em três dias nas bancas, a segunda edição foi uma decepção comercial. Dos 600 mil exemplares, menos da metade foi vendido. O público estava acostumado a revistas como *Manchete* e *Cruzeiro*, ricas em ilustrações, e *Veja* se propunha a seguir os padrões da norte-americana *Times*, trazendo a resenha dos fatos semanais.

Conforme Scalzo (2008), para tentar fazer com que a revista engrenasse em vendas, os editores propuseram trabalhar a imagem de capa de *Veja*, trazendo como eixo a cobertura política sobre o governo ditatorial do presidente Costa e Silva. Os enfoques das matérias deveriam ser inéditos e, portanto, completamente diferente daquilo que os jornais vinham publicando durante a semana.

No entanto, a revista continuava a vender mal. Mais uma vez tentando contornar a crise, a Abril inicia em 1971 a venda de *Veja* por assinatura. Em 1975, a censura do Regime Militar exige a demissão de Mino Carta como condição para a revista continuar circulando normalmente. Em fevereiro de 1976, Mino Carta deixa o comando da revista¹⁸.

Já no final da década de 1970, *Veja* passa por uma reformulação editorial. As capas apresentam títulos de um assunto escolhido para ser tratado primordialmente naquela semana. Além disso, em consonância com as novas tendências mercadológicas, o Grupo Abril passa a fazer publicidade da revista como um produto, por meio de *outdoors* espalhados pelas capitais brasileiras.

Um exemplo da mudança nas capas de *Veja* pode ser notado entre as publicações de 1975 e 1976 (conforme as reproduções abaixo). Há alterações no nome, de *Veja* e *Leia* somente para *Veja*, e na diagramação das capas.



Figura 1: Edição de *Veja* de 01/01/1975



Figura 2: Edição de *Veja* de 01/01/1976

Veja fez a opção pela síntese dos principais fatos que foram notícia durante a semana. Hoje, *Veja* aborda temas a respeito do cotidiano da sociedade brasileira, como política, economia, cultura e comportamento, além de assuntos que foram manchete nos meio de

¹⁸ A *Carta Capital* está há onze anos no mercado editorial e vende-se como uma leitura obrigatória para todas as pessoas que buscam não apenas informação exclusiva e qualificada, mas que também queiram se posicionar diante e adiante dos principais fatos do Brasil e do mundo. No mesmo ano de sua saída, funda a *IstoÉ* – uma publicação semanal da Editora 3, que há mais de 30 anos é uma das principais concorrentes de *Veja*. Em 1998, Mino Carta cria a revista *Carta Capital*, a qual dirige até hoje.

comunicação internacional, como guerras, conflitos, economia, etc. Seus cerca de 1,3 milhão de exemplares só perdem entre suas congêneres no mundo para as três norte-americanas – Time, Newsweek e US News and World Report. Ela já ultrapassou a alemã Der Spiegel e as francesas L’Express, Le Point e Le Nouvel Observateur (NASCIMENTO, 2002).

Veja fez surgir um novo jargão no meio jornalístico. Somando-se aos já conhecidos “foca”, “ólogo”, “nariz de cera”, “boneco”, “furo” e “barriga”, veio a expressão “texto de revista”. A idéia, nascida entre o final de 1970 e o início de 1980, era a de que existia um tipo de veículo que, comparado aos jornais, conseguiria fazer um jornalismo de melhor qualidade. (Henrique, 2008). *Veja* foi a percussora deste tipo de texto no Brasil, conseguindo reunir a informação mais séria e pesada com os assuntos mais leves do cotidiano. Além disso, *Veja* conseguiu muitas vezes chegar aos fatos antes mesmo dos jornais diários, investigando e noticiando primeiro, dando o “furo” e tornando-se fonte para outros veículos. Ou seja, foi capaz, ao longo dos anos, de inverter a regra – de que os jornais noticiam primeiro –, saindo à frente e impondo a pauta que em seguida seria trilhada pelos diários.

[...] uma manchete é justamente o resultado dessa busca, o produto que instaura uma sensação de presente alargada, durativa, um ‘agora’ que paradoxalmente, deve manter-se vibrante enquanto a revista tiver que ser consumida. O que se procura, como máxima lei de qualquer meio de comunicação de massa (revista, TV, rádio, ou Internet), é a antecipação de um fato (HERNADES, 2004, p.94).

Como exemplos mais recentes de notícias publicadas em primeira mão por *Veja*, podemos citar as denúncias de que o governo cubano enviou dólares em caixas de rum e uísque para financiar a campanha de Lula (02/11/2005); a reportagem na qual o presidente do Senado, Renan Calheiros, é acusado de usar laranjas e pagar R\$ 1,3 milhão em dinheiro vivo, parte em dólares, para virar sócio oculto de uma empresa de comunicação em Alagoas (08/08/2007); a matéria que relata o possível envolvimento de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na colocação de escutas ilegais nos telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes (03/09/2008).



Figura 3: Edição de *Veja* de 02/11/2005



Figura 4: Edição de *Veja* de 08/08/2007



Figura 5: Edição de *Veja* de 03/09/2008

No dia 22 de setembro de 2004, *Veja* chega às bancas do Brasil com a denúncia – que nem a própria revista imaginava as proporções que alcançaria – que se tornaria o maior escândalo político da era democrática do Brasil. Na capa lia-se a manchete: “O escândalo da compra do PTB pelo PT. Saiu por 10 milhões de reais”. A matéria relata sobre que bases teriam se estabelecido a aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) e descreve o suposto pagamento de R\$ 150 mil a cada deputado federal do PTB, em troca do apoio dos parlamentares ao Executivo.

O não-pagamento teria provocado o rompimento entre os dois partidos, gerando uma série de denúncias a partir de 18 maio de 2005. Nessa edição, *Veja* traz a matéria “O homem-chave do PTB” e alarda um suposto esquema de corrupção nos Correios. O texto tem como base gravações feitas com uma câmera escondida de um episódio em que o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, tenta explicar a empresários como funcionava o pagamento de propina para fraudar licitações. O esquema seria conduzido pelo diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista, e pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), aliado do governo.

Mesmo que ambos os assuntos tenham acabado como manchete de todos os jornais de grande circulação do país, *Veja* não reservou a parte mais nobre da capa – a chamada com imagem – para os temas. Como se pode notar nas reproduções abaixo, a revista optou por temas mais “leves” como manchete, reservando a chamada superior, ambas com tarja vermelha, para o fato “exclusivo”.



Figura 6: Edição de *Veja* de 22/09/2004



Figura 7: Edição de *Veja* de 18/05/2005

Em outros momentos recentes da história brasileira, as capas de *Veja* também anunciaram caminhos. No terceiro ano do primeiro governo democrático após a ditadura militar, o irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, Pedro Collor, denunciou a *Veja* um esquema de corrupção política envolvendo Paulo César Farias, tesoureiro do presidente. A entrevista (27/05/1992), concedida com exclusividade ao jornalista Luís Costa

Pinto, desencadeou o processo de impeachment de Fernando Collor, levando milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país, como mostra a capa de 02/09/1992. No final deste mesmo mês, Collor deixa a presidência (30/09/1992). Em 17/03/1993, Pedro concede uma nova entrevista exclusiva à *Veja*, na qual revela que o ex-presidente consumia cocaína enquanto governava o Brasil.



Figura 8: Edição de *Veja* de 27/05/1992



Figura 9: Edição de *Veja* de 02/09/1992



Figura 10: Edição de *Veja* de 30/09/1992



Figura 11: Edição de *Veja* de 17/03/1993

Além da capacidade de “furar” os veículos diários, a credibilidade e a identificação com o leitor são outros dois fatores que tornam decisivas a escolha de um veículo como “seu”.

A opção por uma revista vai muito mais além de sua função informativa: “elas cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretanto, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO 2008, p.13). Além disso, explica a autora, a revista conhece o rosto do seu público leitor, fala diretamente a ele, como se estivesse olhando nos olhos. Enfim: “Trata-o por ‘você’” (SCALZO 2008, p.15).

O acontecimento para ser classificado como jornalístico só faz sentido se puder ser identificado pelo receptor em um contexto social e cultural. E são os próprios jornalistas que “criam” essa base, essa construção social da realidade, com a qual as pessoas acabam por se identificar e, conseqüentemente, por adquirir um produto, como uma revista.

Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico impõe sobre os campos de produção cultural a sua lógica mercantilista, movendo-se conforme as regras dos leitores e anunciantes. *Veja* faz isso, veiculando notícias que, na maior parte das vezes, tiveram destaque em massa nos noticiários durante a semana. Além disso, o discurso de *Veja*, acrescenta Nascimento (2002), caracteriza-se pela pretensão de ser explicativo. Para a autora, isso se dá através do apelo freqüente às fontes ditas legítimas - especialistas, professores, pesquisadores – e pela utilização recorrente de dados comprobatórios como datas, índices, porcentagens. Nascimento acrescenta que explicar “(...) é próprio de quem julga deter um saber” (2002, p.174).

Mas nesses tempos modernos é preciso pensar não somente a *Veja*, mas todas as revistas, independentemente do assunto que foquem, além da notícia. Revistas também são um negócio, uma empresa e como qualquer empresa, precisam gerar lucro. Atualmente, o que predomina na escolha do que será ou não publicado e, portanto agendado, é a lógica do mercado. É essa lógica que impõe valores e condicionamentos sobre modos de produção e distribuição, implicando maiores conseqüências sobre os conteúdos e a natureza da informação.

Além dos anúncios publicitários, *Veja* também veicula matérias em forma de “informe publicitário”, como o Fórum da Longevidade, promovido pelo Bradesco Seguros e Previdência, publicado na edição 1997¹⁹. Como bem nos coloca Scalzo (2008, p.11-12), “uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento”. E *Veja* representa isso bem.

¹⁹ Edição de 28 de fevereiro de 2007.

Passados 39 anos, depois de *Veja* ter passado por diversos planos econômicos, como o Cruzado (05/03/1986), o Cruzado Novo (25/01/1989), o Collor (21/03/1990) e o Real (29/06/1994), e enfrentado diversas crises financeiras ao longo de diferentes governos, ditatoriais e democráticos, de esquerda e de direita, ela reforçou nos seus leitores, na edição de 17 de outubro de 2007, sua missão jornalística. A missão que ajudou a torná-la a maior e mais influente revista do País, segundo texto publicado no site da Editora Abril, é: “contribuir para o progresso, por meio do cumprimento da missão que se atribuiu desde o começo de sua história – a de ser uma publicação que mantém seus leitores bem informados, fiscaliza o poder e não se furta a dizer o que julga correto”.²⁰



Figura 12: Edição de *Veja* de 05/03/1986



Figura 13: Edição de *Veja* de 25/01/1989

²⁰ <http://Veja.abril.com.br/171007/cartaleitor.shtml>. Acesso em 24 de maio de 2008.



Figura 14: Edição de *Veja* de 21/03/1990



Figura 15: Edição de *Veja* de 29/06/1994

Em destaque, no final da campanha institucional lançada na edição de 17 de outubro de 2007, a revista afirma que “nunca é demais lembrar que *Veja* só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil”. Na campanha, isso está expresso por quatro anúncios, nos quais quatro crianças – duas negras e duas brancas -, seguram imagens retratando situações brasileiras; em uma delas está retratado o problema e na outra está estampada a solução²¹.

Entretanto, a trajetória editorial de *Veja* teve seus percalços. Iniciada como uma forma de combate ao Regime Militar, assumindo posteriormente uma postura afirmadamente política, *Veja* ajudou a construir e a destruir imagens ao longo dos anos. Foi contundente no apoio ao candidato a presidência da República Fernando Collor de Mello, em 1989. Como ela mesma descreve “a revista aprovou as medidas de ajuste da máquina governamental adotadas por Collor e, na capa de 23 de março de 1988, o batizou de caçador de marajás”²².

Na edição número 1.268, de 30 de dezembro de 1992, *Veja* apresenta a manchete “O ano glorioso em que nos livramos Delle”. Depois de ajudar a eleger Collor, *Veja* fez campanha para retirar o caçador de marajás do poder. “*Veja* foi instrumental na higiene política que culminou com a saída de Collor. Publicou – até o impeachment – 27 reportagens

²¹ ANEXO 1

²² “2.000 semanas com você”. Publicado na edição de 21 de março de 2007, mostra as 2 mil capas de *Veja* e a história do Brasil que ela ajudou a construir.

de capa que expuseram as entranhas de uma capilar organização criminosa dedicada a pilhar as fontes de riquezas estatais e privadas do país.”²³



Figura 16: Edição de *Veja* de 23/03/1988

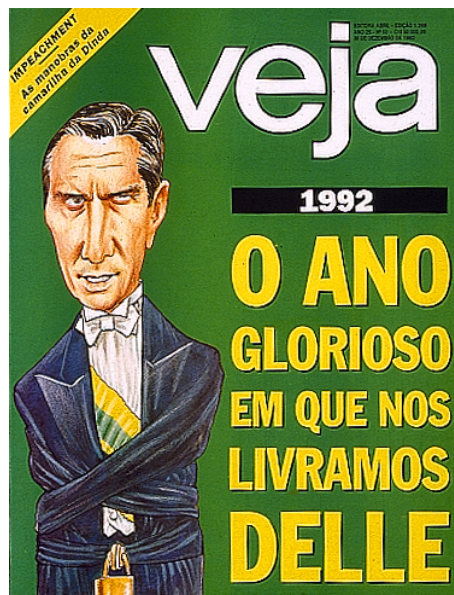


Figura 17: Edição de *Veja* de 30/12/1992

Para Nassif (2003), “esse personagem meio indefinido e caprichoso, de nome opinião pública, há alguns anos é o mais importante agente político do país, e sua importância será cada vez maior” (2003, p.224). A influência que o público exerce sobre a notícia acaba por cegá-lo. Se um meio deixa de apresentar argumentos a favor ou contra uma pessoa, uma instituição, ou enfim, em relação ao objeto jornalístico da matéria, a opinião pública é capaz de mobilizar-se contra o veículo. O autor destaca que “o papel do jornalista é correr riscos na defesa do que lhe parece correto. E, nesse clima de linchamentos que caracteriza o comportamento da mídia, ter a coragem de remar contra a maré” (Idem, p.226).

Em uma página eletrônica que mantém, onde reúne vários textos de sua autoria sobre *Veja*, Nassif²⁴ argumenta que a revista começou a entrar em declínio editorial quando passou a misturar redação com comercial e a deixar de lado os princípios jornalísticos básicos. Nassif descreve em seu site, dedicado a contar a trajetória de *Veja*, as mudanças na chefia de redação, a adaptação ao mercado publicitário, “o método *Veja* de jornalismo”, os casos denunciados, os escorregões, os erros cometidos, enfim o que para o jornalista tornou *Veja* uma revista “excluída” pela classe média mais crítica aos fatos.

²³ Idem.

²⁴ NASSIF, Luís. *O Caso de Veja*. Disponível em <<http://luis.nassif.googlepages.com/home>>. Acesso em 5 de outubro de 2008.

O maior fenômeno de anti-jornalismo dos últimos anos foi o que ocorreu com a revista *Veja*. Gradativamente, o maior semanário brasileiro foi se transformando em um pasquim sem compromisso com o jornalismo, recorrendo a ataques desqualificadores contra quem atravessasse seu caminho, envolvendo-se em guerras comerciais e aceitando que suas páginas e sites abrigassem matérias e colunas do mais puro esgoto jornalístico.

Para entender o que se passou com a revista nesse período, é necessário juntar um conjunto de peças. O primeiro conjunto são as mudanças estruturais que a mídia vem atravessando em todo mundo. O segundo, a maneira como esses processos se refletiram na crise política brasileira e nas grandes disputas empresariais, a partir do advento dos banqueiros de negócio que sobem à cena política e econômica na última década. A terceira, as características específicas da revista *Veja*, e as mudanças pelas quais passou nos últimos anos.²⁵

Nos 40 anos da revista, o Grupo Abril promoveu uma série de eventos para comemorar o quadragésimo ano de publicação. No dia 2 de setembro de 2008, 19 especialistas e diversas lideranças políticas nacionais se reuniram no seminário “O Brasil que queremos ser”, organizado em comemoração à data. O objetivo era discutir os rumos do País a partir de seis eixos – educação, economia, democracia, imprensa, megacidades e meio ambiente – considerados fundamentais para a construção do futuro. Entre os políticos estavam Ciro Gomes, os governadores Aécio Neves e José Serra e a ministra Dilma Rousseff, que apresentaram suas visões do que significa governar para as próximas gerações.

Por sua trajetória de 40 anos, dando espaço para os mais variados aspectos da construção do caráter e da opinião da sociedade brasileira, *Veja* é uma fonte rica de pesquisa científica para o campo das Ciências Sociais Aplicadas, mais precisamente o Jornalismo. Em uma leitura analítica dos textos sobre criminalidade, violência e segurança pública produzidos por *Veja*, procura-se entender os conflitos que surgem nas publicações, junto com as implicações teóricas e políticas da prática das ciências sociais – no caso, o fazer jornalístico. É fundamental compreendermos a comunicação como um elemento básico de qualquer sociedade, já que a mídia contribui para formar a opinião pública, dependendo do papel social e político do informador e do receptor da informação.

²⁵ Ibidem.

5. AS TEMÁTICAS EM *VEJA*: ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo refere-se às 51 edições de *Veja* analisadas para a pesquisa. O material empírico foi agrupado em três grandes temáticas: criminalidade, violência e segurança pública. Em um primeiro momento, identificamos e classificamos 93 textos.

Em um segundo momento, fazemos a análise dos 29 textos que tiveram chamada de capa. A definição do corpus se deu a partir da idéia de analisar as fontes de informação eleitas por *Veja* nas matérias que tiveram manchete e que atendem às características das temáticas. O marco inicial estabelecido para a análise dos dados foi o assassinato do menino João Hélio Fernandes, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro, conforme explicamos no *Capítulo 1*, dedicado à *Introdução*.

5.1 Procedimentos metodológicos

Para a elaboração da pesquisa sobre as notícias publicadas em *Veja*, utilizamos como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo (AC). A ferramenta é uma das técnicas metodológicas mais usadas atualmente nas diferentes ciências humanas e sociais para produzir inferências, trabalhar com vestígios e índices colocados em evidência por meio da exploração do material (PUGLISI e FRANCO, 2005).

Descrita como uma técnica objetiva por diferentes autores como Gaskell e Bauer (2002), Babbie (1989), Bardin (2004), Kientz (1973) e Herscovitz (2007), a AC exige uma definição precisa das categorias que serão analisadas, pois é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005). O objetivo é permitir que diferentes pesquisadores possam aplicar as mesmas categorias, obtendo os mesmos resultados.

A opção pela AC, além de o método ter a capacidade de tratar do corpus em questão, partiu de uma predisposição pessoal e do fato de a aplicação não requerer equipamento especial e nem utilização de pessoal. A vantagem do procedimento sobre outras formas de

investigação científica é que caso sejam constatadas falhas na verificação é possível repetir o estudo. A desvantagem é que as categorias de análise elaboradas para a pesquisa podem ser contestadas.

Além disso, podemos dizer que os procedimentos utilizados são puramente semânticos, ao contrário da lingüística que incorpora lógicas estéticas que buscam os aspectos formais do autor e do texto. A AC é essencialmente uma operação de codificação capaz de medir a frequência com que um assunto aparece em um texto (neste caso, o jornalístico), na forma e conteúdo, com base em critérios pré-estabelecidos pelo pesquisador. De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p.190), “no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a Análise de Conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos”.

De uma maneira ampla, a sutileza dos métodos da análise AC corresponde, conforme Laurence Bardin (2004, p.24-25), a dois objetivos e a duas funções. Os objetivos são a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Demonstram ambos, conforme a autora, “o desejo de rigor e a necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências [...]” (Idem, p.24-25). Metodologicamente, acrescenta Bardin, confrontam-se ou complementam-se duas orientações, “a verificação prudente ou a interpretação brilhante” (Ibden). As duas funções, que podem ou não se dissociar, são a função “heurística” e a função de “administração da prova”. A primeira enriquece a exploração e aumenta as chances de descoberta. A segunda nos leva a uma análise sistemática para a verificação no sentido de uma confirmação ou não do que está sendo analisado. Por exemplo, na análise do material selecionado, podem surgir hipóteses que conduzirão o pesquisador a elaborar técnicas mais específicas para a sua investigação, como a criação de categorias em um primeiro momento não pensadas.

Para Bauer e Gaskell (2000, p.40), a construção de um corpus tipifica atributos desconhecidos: “A seleção não sistemática viola o princípio de prestação de contas pública da pesquisa; a construção de um corpus, porém, garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo”. Barthes (apud BAUER E GALKELL, 2000, p.44) descreve o corpus como “uma seleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com inevitável arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”.

De acordo com Herscovitz (2007, p.133), “a definição das unidades de registro é um dos passos cruciais do processo de codificação dos textos”, as quais são definidas a partir do tema de pesquisa. Como destaca a pesquisadora:

Muito utilizadas em análises de conteúdo são as técnicas de amostragem não-aleatórias, empregadas quando não se tem acesso a toda a população do estudo ou quando se trabalha com populações menores, como, por exemplo, algumas edições específicas de publicações que tratam da cobertura de um tema registrado em período também específico, ou para estudos comparativos como o tratamento de um tema em determinados veículos em épocas distintas ou não (HERSCOVITZ, 2007, p.131).

Segundo Earl Babbie (1989, p.298), a AC trabalha com dois tipos de análise: o conteúdo manifesto (significante) e o latente (significados). Para o autor, a utilização simultânea dos dois tipos de análise é a melhor forma de estudar um problema, pois no conteúdo manifesto está a objetividade do estudo, enquanto no latente é preciso investigar as entrelinhas – uma forma de interpretação subjetiva por parte do pesquisador. O ideal, conforme Babbie, é que a pesquisa se apóie em dois pilares, a lógica e a observação. Albert Kientz (1973) alerta para o fato de que utilizar somente o conteúdo manifesto em uma AC tem como objetivo eliminar “as idéias a priori, os ‘preconceitos’ do pesquisador” (Idem, p.157).

Para esta pesquisa, optamos pela análise do conteúdo manifesto presente nos 29 textos com chamada de capa em *Veja*. Como já explicitado no *Capítulo 1 – Introdução*, nosso objetivo é realizar um levantamento das temáticas criminalidade, violência e segurança pública; identificar as fontes utilizadas em relação às notícias referentes a cada temática e destacar qual o espaço que *Veja* dedica às temáticas internamente e na capa. Não nos interessa compreender tendências, particularidades ou ideologias no contexto analisado e, por esse motivo, não analisaremos o conteúdo latente das reportagens.

Dessa forma, estabelecemos como categorias de conteúdo manifesto aquelas relacionadas às fontes de informação extraídas dos textos com chamada de capa:

- Temática (criminalidade, violência ou segurança pública);
- Fonte (Oficiais, Oficiosas e Independentes/ Primárias e secundárias/ Testemunhas e *Experts*);
- Tema (política, assassinato, corrupção, tráfico de drogas, etc.)

5.2 As temáticas

Para uma melhor compreensão dos textos analisados em *Veja*, buscamos compor uma tabela geral com dados de cada edição. A tabela abaixo está dividida em 51 linhas, as quais correspondem as 51 edições de *Veja* pré-analisadas. Além da data, colocamos o número da edição e o número da revista para melhor situar as análises dentro das temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Em algumas edições, como nas de 26 de setembro de 2007, 12 de dezembro de 2007 e 23 de janeiro de 2008, não foram constatadas matérias sobre as temáticas.

Como já apontado no *Capítulo 2*, para fins de classificação determinamos que o enquadramento das matérias se desse em apenas uma temática. Assim, elaboramos, baseado nos autores estudados, conceitos fechados para criminalidade, violência e segurança pública.

De um total de 93 textos, como aponta a *Tabela 1*, 48 foram classificados como pertencentes à temática criminalidade, o que corresponde a 51,61% do total. Em relação à violência, apenas 11,82% (11 matérias) dos textos apresentou características compatíveis com a temática e, 36,55% (34 matérias) foi o percentual de reportagens que abordou a temática segurança pública.

Tabela 1: Data, edição, número da revista, total de páginas, incidência nas temáticas

DATA	EDIÇÃO	Nº DA REVISTA	TOTAL DE PÁGINAS	OCORRÊNCIA DAS TEMÁTICAS		
				CRIMINALIDADE	VIOLÊNCIA	SEGURANÇA PÚBLICA
14/02/2007	1995	6	116	-	1	-
21/02/2007	1996	7	108	1	1	4
28/02/2007	1997	8	124	1	-	-
07/03/2007	1998	9	124	1	-	-
14/03/2007	1999	10	112	1	-	-
21/03/2007	2000	11	100	-	1	-
28/03/2007	2001	12	128	1	-	2
04/04/2007	2002	13	128	3	-	1
11/04/2007	2003	14	136	-	-	3
18/04/2007	2004	15	128	-	-	1
25/04/2007	2005	16	136	1	-	-
02/05/2007	2006	17	136	1	-	1
09/05/2007	2007	18	148	1	-	1
16/05/2007	2008	19	128	1	1	-
23/05/2007	2009	20	144	2	-	3
30/05/2007	2010	21	128	2	-	-
06/06/2007	2011	22	144	1	-	1
13/06/2007	2012	23	136	1	-	-
20/06/2007	2013	24	136	1	-	-
27/06/2007	2014	25	132	1	-	1
04/07/2007	2015	26	136	2	1	1
11/07/2007	2016	27	132	-	-	1
18/07/2007	2017	28	136	1	-	1
25/07/2007	2018	29	132	-	-	1
1º/08/2007	2019	30	144	1	-	1

08/08/2007	2020	31	144	2	-	-	
15/08/2007	2021	32	144	-	1	1	
22/08/2007	2022	33	132	2	-	1	
29/08/2007	2023	34	152	2	-	1	
05/09/2007	2024	35	136	1	-	-	
12/09/2007	2025	36	144	-	-	1	
19/09/2007	2026	37	144	1	-	-	
26/09/2007	2027	38	164	-	-	-	
03/10/2007	2028	39	144	1	-	-	
10/10/2007	2029	40	144	2	-	-	
17/10/2007	2030	41	140	-	1	1	
24/10/2007	2031	42	152	3	-	-	
31/10/2007	2032	43	140	1	-	1	
07/11/2007	2033	44	168	-	1	-	
14/11/2007	2034	45	192	2	-	-	
21/11/2007	2035	46	156	-	-	-	
28/11/2007	2036	47	172	2	1	-	
05/12/2007	2037	48	234	1	-	2	
12/12/2007	2038	49	204	-	-	-	
19/12/2007	2039	50	180	-	-	1	
26/12/2007	2040	51	128	1	1	-	
09/01/2008	2042	01	104	-	1	-	
16/01/2008	2043	02	108	2	-	-	
23/01/2008	2044	03	104	-	-	-	
30/01/2008	2045	04	116	1	-	1	
06/02/2008	2046	05	108	-	-	1	
				TOTAL	48	11	34
				%	51,61	11,82	36,55

A *Tabela 2* apresenta apenas as matérias com chamada de capa no período. Das 51 edições analisadas, 24 tiveram como manchete principal ou secundárias matérias relativas às temáticas, o que representa 47% do universo analisado.

Nestas 24 edições, selecionamos 29 reportagens, das quais 17 pertencem à temática criminalidade – 58,62% do total de textos. Na temática violência, apenas um texto teve chamada de capa, um percentual de 3,44%. Dos textos correspondentes à segurança pública, 11 mereceram destaque na capa de *Veja*, o que corresponde a 37,93%.

Tabela 2: Total de textos com chamada de capa por temática

TEMÁTICA	TOTAL COM CHAMADA DE CAPA	%
TEMÁTICA 1 – Criminalidade	17	58,62
TEMÁTICA 2 – Violência	01	3,44
TEMÁTICA 3 – Segurança pública	11	37,93

6. FONTES

Neste capítulo, serão analisadas somente as matérias com chamada de capa, de acordo com o estabelecido na *Introdução*. Conforme já abordado no *Capítulo 3*, o processo de produção de uma matéria significa relacionamento com fontes. Sem as informações que surgem dessa afinidade, a tarefa do jornalista seria inviável, pois é através da observação ou por meio de entrevistas que dados essenciais para o trabalho jornalístico se transformam em informação fundamentada.

6.1 Categorização das fontes

Ao todo, são 29 textos selecionados nas 24 edições com chamada de capa, de acordo com as categorias definidas para o conteúdo manifesto (Temática, Tema e Fontes). Como definido no *Capítulo 3*, classificaremos as fontes das matérias com chamada de capa em *Veja* em dois níveis. Para executar essa tarefa, iremos seguir o conceito de fontes de Lage (2006), dividindo-as em:

- Nível 1 - Oficiais, Oficiosas e Independentes
- Nível 2 - Testemunhas e *Experts*

Todas as fontes que surgem nos 29 textos estarão enquadradas em itens tanto do *Nível 1*, quanto do *Nível 2*. Eventualmente, no *Nível 2* a fonte será classificada como não-específica (aquelas em que não é possível identificar a fonte de informação de forma clara).

A seguir iremos destacar as fontes das reportagens selecionadas para a pesquisa. Em cada um dos 29 textos, discriminaremos o número da matéria na ordem de classificação geral (de 01 a 93), o Título, a Temática, o Tema e o Total de Fontes. A imagem da capa da revista

está disposta na primeira matéria selecionada da edição. Para cada reportagem, elaboramos um quadro no qual as fontes estarão divididas em *Nível 1* e *Nível 2*.

FEVEREIRO 2007

No mês de fevereiro de 2007, foram identificadas oito ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Em um mês em que a população brasileira esteve constantemente exposta por meio de diferentes meios de comunicação às informações sobre o assassinato de João Hélio Fernandes – veiculadas em 14 de fevereiro –, que sem dúvida foi o assunto mais pautado nas três semanas do período, *Veja* teve quatro chamadas de capa que privilegiaram as temáticas desta pesquisa.

A capa da edição do dia 21, no entanto, tem como enfoque o golpe do dissequêstro, um modo de extorsão feito por apenados de dentro de prisões brasileiras. As ações são uma questão de segurança pública por serem cometidas de dentro de um espaço institucional da justiça, no entanto foram enquadradas na temática violência, uma vez que a prática causa dano mental, além de ferir a integralidade moral da vítima em suas posses.



MATÉRIA 1 - 14/02

TÍTULO: Sem limites para a barbárie

TEMÁTICA: Violência

TEMA: Assassinato

TOTAL DE FONTES: Oito fontes

Figura 18: Edição de *Veja* de 14/02/2007

Tabela 3: Classificação das fontes em níveis – Matéria 1 – 14/02/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Testemunha que não foi identificada			x	x		
2. Hércules do Nascimento – Delegado responsável pelo caso	x				x	
3. Aline Fernandes – Irmã de João Hélio			x	x		
4. Pai de E. – menor que participou do crime			x			x
5. Cláudio Beato – Sociólogo			x		x	
6. Marcos Barreto – Promotor de Justiça das Execuções Criminais de São Paulo	x				x	
7. Antônio Testa – Cientista social e professor da Universidade de Brasília	x				x	
8. Ignacio Cano – Pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	x				x	

O tema principal abordado pela revista *Veja* na capa da edição de 14 de fevereiro de 2007 foi a morte do menino João Hélio Fernandes. No rodapé, a revista coloca uma pergunta para os seus leitores: “...Não vamos fazer nada?”. Quando um questionamento é feito em um título, a orientação é para que a resposta seja dada ao leitor ao longo da reportagem.

João Hélio foi arrastado preso ao cinto de segurança do carro da mãe, roubado por assaltantes. O crime mereceu o destaque da revista embora a edição tenha circulado uma semana após o crime. Nas seções internas da revista, o assunto recebeu destaque na parte central, ocupando seis páginas da edição na editoria Brasil (p. 46-51 de um total de 116 páginas). O título da matéria – “Sem limites para a barbárie” – ocupa duas das páginas dedicadas ao fato. Todo o texto está circundado por bordas pretas, o que sugere um emolduramento do assunto, um enquadramento da violência.

É importante salientar o modo como a matéria informativa, um texto que deve ser mais formal e explicativo dos fatos que se sucederam, está intercalado com o texto de um blog, assinado pelo jornalista Reinaldo Azevedo e veiculado na página eletrônica de *Veja* (www.veja.com.br), como indicado no final da matéria. A cada abertura de parágrafo explicativo há uma referência ao texto de Azevedo, mais informal, histórico e opinativo; uma forma de chamar a atenção ora para a informação jornalística, ora para o externamento do sentimento de impotência pessoal de Azevedo. Ao intercalar texto jornalístico/texto blog pode-se presumir que a publicação pretende aproximar o sentimento do leitor do sentimento do jornalista enquanto representante da sociedade, modificando a leitura que vinha sendo feita há sete dias pelos noticiários diários.

Na análise das seis páginas que compõem toda a reportagem, percebe-se uma tentativa de pluralidade por parte de *Veja*, em parte explicada pelos sete dias dispostos para apurar um novo enfoque para um tema saturado havia uma semana. Para abordar o fato sem deixá-lo “velho” a revista recorreu a oito fontes. Em *Nível 1*, utilizou quatro Oficiais e quatro Independentes. Em *Nível 2*, duas Testemunhas e cinco *Experts*. Uma das fontes não se enquadrou nas características do que classificamos como *Nível 2*.

Os *Experts* ouvidos sugerem o que precisa ser feito para conter a violência. As recomendações, que vão desde limitar o horário de funcionamento de bares, passam pelas suspensões do benefício de indultos para presos e do limite para a internação de adolescentes infratores em centros de ressocialização, até a criação de varas especiais que possibilitem o julgamento de policiais acusados de corrupção e outros crimes, encerram a matéria.

Um exame preliminar revela que *Veja* foi abrangente em suas possibilidades de enfoque e temas com a utilização de fontes que pudessem contribuir efetivamente para a formação de opinião sobre as notícias selecionadas. No entanto, pôde-se constatar a cada parágrafo a opinião da revista diante de expressões como “é vital escapar da paralisia”, “é preciso agir, fazer alguma coisa que estanque os efeitos destruidores da ação dos criminosos”. Além disso, as afirmações estão em consonância com a missão editorial da revista que busca “um futuro com mais segurança”.



Figura 19: Edição de *Veja* de 21/02/2007

MATÉRIA 3 - 21/02

TÍTULO: Terror pelo telefone

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Extorsão

FONTES: Onze fontes

Tabela 4: Classificação das fontes em níveis – Matéria 3 – 21/02/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Roberta Ribeiro Torres – designer, SP, vítima			x	x		
2. Trechos de conversas interceptadas pela polícia entre novembro de 2006 e janeiro de 2007	x					x
3. R. – farmacêutico, vítima			x	x		
4. Estudo do Departamento de Investigações Criminais sobre o Crime Organizado (Deic) em conjunto com a Coordenaria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo	x				x	
5. Youssef Abou Chahin, diretor do Deic	x				x	
6. Eduardo Ferreira-Santos, psiquiatra do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas e coordenador do Grupo Operativo de Resgate da Integridade Psíquica (Gorip)	x				x	
7. M. – ex-presidiário conta como praticava extorsões			x	x		
8. Delegado Wagner Giudice, diretor da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia Civil de São Paulo	x				x	
9. A.F – Empresário,			x	x		

vítima						
10. Psiquiatra Paulo Argarate – Professor de Psicologia Forense do Complexo Jurídico Damásio de Jesus	x				x	
11. Promotor Roberto Porto – Autor do livro Crime Organizado e Sistema Prisional	x				x	

A capa da edição de *Veja* de 21 de fevereiro de 2007 aborda o golpe do disquete-sequestro como tema principal. No entanto, há também duas chamadas de rodapé que remetem ao assassinato de João Hélio Fernandes. Pela segunda semana seguida, *Veja* pautou seus leitores com temas relacionados à criminalidade, à violência e à segurança pública.

Em ambas as edições, de 14 de fevereiro, com o assassinato de João Hélio ocupando todo o espaço da capa, e agora, na de 21 de fevereiro, com a extorsão praticada através do disquete-sequestro, e com duas chamadas remetendo ao João Hélio, a revista optou por continuar a discussão que por duas semanas tomava conta do País: a falta de segurança a que todos os brasileiros estão submetidos diariamente.

Como fontes, fica clara a opção editorial de intercalar texto jornalístico com trechos de conversas telefônicas, entre bandido e vítima, interceptadas pela polícia do Rio de Janeiro (Oficial e não-específica). As quatro transcrições das gravações estão dispostas em boxes nas páginas ímpares. Os depoimentos de três das quatro fontes Testemunhas (e também Independentes) foram colocados nas páginas pares juntamente com fotos nas quais não é possível identificá-las. Há ainda outros três boxes que fornecem informações paralelas às matérias.

Além disso, a revista apresenta dados oficiais referentes a cinco grandes capitais brasileiras, nas quais 10 mil pessoas relataram à polícia terem sido vítimas do golpe em 2006. Como exemplo, *Veja* dá ênfase à morte de uma aposentada, que após receber uma ligação de um telegolpista, sofreu um infarto. Mais uma vez *Veja* expõe sua opinião concluindo que o golpe do disquete-sequestro atingiu níveis epidêmicos. A revista irradia um significado, a de que há um surto de crimes desse tipo no Brasil, porém, deixa de dar ênfase ao que não está evidente: o número de pessoas que não entra para as estatísticas e que simplesmente cede à extorsão sem deixar registro. Na linguagem jurídica, essa ação é chamada de Cifra Negra (FARIAS JÚNIOR, 2001) e representa o descrédito com as instituições que fazem parte da

sistemática penal, ou seja, existe um número de infrações penais, variável segundo a sua natureza, que não seria conhecido oficialmente.

Dados do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) mostram que 20,5% das vítimas acreditam no que está sendo dito. Sob a ótica desta referência oficial é que falam a maioria das onze fontes ouvidas para a matéria.

A capacidade de manipulação dos criminosos é salientada pelo diretor do Deic, Youssef Abou Chahin (Oficial e *Expert*). O psiquiatra do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas e coordenador do Grupo Operativo de Resgate da Integridade Psíquica (Gorip), Eduardo Ferreira-Santos (Oficial e *Expert*), reflete sobre a tortura psicológica imposta pelos bandidos, ao ameaçarem pessoas ligadas às vítimas por laços afetivos. As informações que os bandidos precisam saber para dar início à chantagem são fornecidas pelas próprias vítimas no início da ligação, é o que sustenta o delegado Wagner Giudice, diretor da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia Civil de São Paulo (Oficial e *Expert*). As ligações durante a madrugada são um modo de confundir a vítima em um momento que ela ainda não está tão desperta, sustenta o Psiquiatra Paulo Argarate (Oficial e *Expert*), professor de Psicologia Forense do Complexo Jurídico Damásio de Jesus.

Em um dos boxes, *Veja* entrevista um ex-presidiário (Independente e Testemunha). Ele conta como praticava as ações com a ajuda de um olheiro, que seguia empresários pela Avenida Paulista. Segundo M., o golpe do disque-sequestro era praticado com o conhecimento dos agentes penitenciários e policiais.

A matéria tende a mostrar a falta de segurança dentro das penitenciárias brasileiras e os índices de criminalidade cometidos pelos detentos.

MATÉRIA 4 - 21/02

TÍTULO: A falsa questão da pobreza

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Classe social

TOTAL DE FONTES: Duas fontes

Tabela 5: Classificação das fontes em níveis – Matéria 4 – 21/02/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Cientista social Simone Gonçalves de Assis, Coordenadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz	x				x	
2. Delegado Adílson Palácio, um dos responsáveis pela investigação	x				x	

Na edição do dia 21 de fevereiro, há duas chamadas na capa com referência ao assassinato de João Hélio Fernandes. A primeira refere-se à matéria 4 – “Laudo do menino arrastado no Rio: roteiro do terror”.

Sob o título “A falsa questão da pobreza”, *Veja* aborda na parte central da revista a relação violência/crime x classe social. Um dos acusados de cometer o assassinato, Tiago de Abreu Matos, de 19 anos, tem a vida descrita em detalhes. Ele gosta de carros, de soltar pipa e sair com a namorada. Freqüenta a igreja evangélica do bairro de Madureira, no subúrbio carioca, onde em algumas ocasiões, por pedido do pastor, ajudou na distribuição de donativos. Concluiu o Ensino Médio na melhor escola particular do bairro, sempre obteve as notas suficientes para passar de ano e nunca se meteu em confusão com outros alunos. Para ajudar no orçamento familiar, dirigia o táxi do pai em algumas ocasiões. Seu objetivo profissional era prestar concurso para a Brigada Militar. “Levava uma vida normal como qualquer outro jovem da sua idade”, descreve *Veja*, sem, no entanto, em nenhum momento fazer referência à fonte dessas informações. Não cita Tiago como fonte, muito menos algum de seus familiares ou amigos. Seriam fontes as quais, possivelmente, se enquadrariam em Independentes, mas como não foram explicitamente citadas, levam a premissa de que vale mais o que diz uma fonte Oficial, que esteja distante e apenas fazendo suposições, do que alguém que efetivamente tenha participado da trajetória de Tiago,

O delegado Adílson Palácio, um dos responsáveis pela investigação (fonte Oficial e *Expert*) conta que aos poucos o pai de Tiago vai se dando conta do que ocorreu ao ligar fatos do dia-a-dia do filho com o episódio.

Além disso, *Veja* conseguiu trazer um aspecto político para a abordagem da criminalidade – em um período que o Brasil é governado pela esquerda (PT) –, deixando subentendido a idéia de que existem causas bem mais complexas para a escalada da violência. Ou seja, a revista explicita suas tendências ideológicas ao afirmar que o episódio ajudou a enterrar um mito que a “[...] doutrinação esquerdista tropical propaga: a de que a única e verdadeira raiz da formação de criminosos está na miséria e na desestruturação familiar das camadas miseráveis da população”. Para isso, recorre a uma especialista (Oficial e *Expert*), a cientista social Simone Gonçalves de Assis, Coordenadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), da Fundação Oswaldo Cruz. Para a pesquisadora, uma das principais causas da violência em escala é a difusão de uma cultura de desvalorização da vida e de auto-afirmação da impunidade. *Veja* usa a não-punição de corruptos como forma de retomar a questão política.

MATÉRIA 05 - 21/02

TÍTULO: Adianta fingir que não vê?

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Impunidade

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 6: Classificação das fontes em níveis – Matéria 5 – 21/02/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	<i>Expert</i>	Não-específica
1. Célio Borja – ex-ministro do STF		x			x	
2. Miguel Reale Júnio – ex-ministro da Justiça		x			x	
3. Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro	x					x

O jornalista Ronaldo França faz um texto menos objetivo e mais opinativo para trazer a questão da impunidade ainda dentro do assassinato de João Hélio Fernandes. Sob o título “Adianta fingir que não vê?”, fazendo referência a um avestruz, animal que enterra a cabeça no chão ao primeiro sinal de perigo, segundo a mitologia popular.

O texto trata basicamente da legislação penal brasileira, da necessidade de aperfeiçoá-las e da discussão sobre a imputabilidade penal. A opção brasileira, segundo argumenta o repórter, é não encarar o problema da violência e não conseguir responder ao clamor da sociedade, transformando tudo em abordagem política. Os crimes são vistos como problemas sociais, os quais só se resolvem com soluções sociais, políticas, doutrinárias e paralisantes. O texto afirma que há leis, mas o que falta é aplicá-las. Além disso, seria necessário que cada um assumisse suas responsabilidades individuais. O repórter ainda ironiza ao dizer “É patifaria socializar a culpa porque isso vai acabar em abstração”. Pode-se escolher a “sociedade de consumo”, o capitalismo ou os 40 milhões que não votaram no PT como culpado, mas nunca nenhuma sociedade do mundo chegou ao equilíbrio socializando a culpa individual do criminoso.

As três fontes utilizadas argumentam nesse sentido. O ex-ministro do STF (Oficiosa e *Expert*) Célio Borja diz que as leis brasileiras são atuais e modernas. O ex-ministro da Justiça (Oficiosa e *Expert*) Miguel Reale Júnior não acredita em uma solução a curto prazo para a legislação. Para ele, é necessário mais polícia, inteligência e informação. O governador do Rio de Janeiro (Oficial e não-específica), Sérgio Cabral, elogiado por *Veja* pelo sangue-frio com que encara a violência em seu estado, fala que não adianta esperar por Brasília para encontrar as soluções.

Das três fontes, consideramos que somente o governador está ligado oficialmente ao acontecimento. Os dois ex-ministros são avaliados como especialista pelo contato que já tiveram com a situação penal brasileira, e, também são considerados fontes Oficiosas, pois já estiveram ligados a uma entidade (STF e Ministério da Justiça), mas não estão mais autorizadas a falar em nome delas.

MARÇO 2007

Em março de 2007, as temáticas foram observadas em seis ocasiões. Três tiveram como características a temática criminalidade, uma abordou a violência e duas privilegiaram a segurança pública, em um total de seis ocorrências. Foram quatro revistas e apenas uma teve

chamada de capa, trazendo em seu interior um total de nove páginas dedicadas a discutir a infra-estrutura precária, o descaso do governo e a ganâncias das companhias aéreas.



Figura 20: Edição de *Veja* de 28/03/2007

MATÉRIA 12 - 28/03

TÍTULO: A tortura do apagão aéreo

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Infra-estrutura aérea

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 7: Classificação das fontes em níveis – Matéria 12 – 28/03/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Gianfranco Beting – consultor em aviação			x		x	
2. Dados da Agência Nacional de Aviação Civil	x				x	
3. Dados da Bain & Company	x				x	
4. Especialistas, mas só cita Cláudio Jorge, professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica	x				x	

Na capa do dia 28 de março, *Veja* traz um homem amarrado a um avião e três afirmações “Porque voar virou uma tortura”, “Abrimos a caixa preta da Infraero: a coisa é feia”, e “Controladores de voo: suspeita de sabotagem”. A imagem de capa remete a de Jesus crucificado, uma vez que mostra um homem com os pés atados à cauda do avião e os pulsos às asas. O fundo é totalmente preto com três chamadas para o caos aéreo: uma para a matéria principal e duas, para as secundárias. Há, ainda, uma chamada no canto esquerdo superior, em tarja vermelha, remetendo para outro assunto.

Os três textos abordam o mesmo assunto: o caos aéreo que se instalou no Brasil em 2007 após a batida em pleno ar entre um Boeing Gol e um jato Legacy, em setembro de 2006. A queda do avião é uma questão de segurança pública e as ações comandadas por controladores de voo de dentro de aeroportos brasileiros, da mesma forma, configura-se em um problema de segurança pública, pois ameaçam a segurança nacional, transformando-se em um ato socialmente reprovável.

Veja aborda o tema da falta de infra-estrutura dos aeroportos e das companhias aéreas e a falha da Agência Nacional de Aviação em lidar com um problema que já se transformou em questão de segurança pública. Uma série de acontecimentos descrita pela revista como crônico naquele momento, e que teve início seis meses antes, em setembro de 2006, com a trombada entre o Boeing da Gol e o jato Legacy no espaço aéreo de Mato Grosso, resultando na morte de 154 pessoas. A matéria ocupa nove páginas das 128 da edição.

Da primeira para a segunda página, parte um gráfico cronológico, de janeiro a dezembro de 2006, com o percentual de aviões das companhias Gol e Tam – juntas detêm 86% do mercado – que decolaram e pousaram no horário. Os números baseiam-se em dados de uma empresa global de consultoria empresarial com escritórios em quatro continentes, a Bain & Company, e na e da Anac. Ambas as fontes são consideradas em *Nível 1* como Oficial e, em *Nível 2*, como *Expert*.

Em janeiro, 97% dos aviões da Gol e 96% dos da Tam cumpriram o horário. A linha se mantém estável até outubro – note-se que o acidente da Gol ocorreu em 26 de setembro de 2006. Em novembro, 60% (Gol) e 54% (Tam) foram os percentuais cumpridos. Em dezembro, os números ficaram em 47% e 43%, respectivamente. *Veja* chama a atenção do leitor através dos números, utilizando de forma abrangente os dados fornecidos pela fonte Oficial, ou seja, legitima esse tipo de fonte como a mais importante ao utilizá-la três vezes, entre quatro referências de *Nível 1*. A outra foi uma recorrência a fonte Independente, o consultor em aviação Gianfranco Beting. A reportagem também dá ênfase ao aeroporto mais movimentado do País, o de Congonhas, e peca em não abordar a situação de outros aeroportos, o que poderia ser feito recorrendo-se também a fontes Oficiais.

Em referências às fontes de *Nível 2*, *Veja* recorre a quatro *Experts*: O consultor em aviação Gianfranco Beting e o professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) Cláudio Jorge, além da Anac e da empresa de consultoria Bain & Company.

Beting é consultado para corroborar uma das explicações de *Veja* para a crise aérea: a de que entre 2000 e 2006, enquanto o número de passageiros transportados subiu de 41,7 milhões para 57,6 milhões, a frota de aviões passou de 366 para 230, principalmente devido à saída da Varig do mercado. As afirmações da fonte Independente também estão baseadas nas fontes Oficiais Anac e Bain & Company. A primeira é mantida pelo Estado e a segunda é uma fonte privada.

Veja sustenta ter escutado especialistas a fim de sugerir saídas para o aeroporto de Congonhas. No entanto, menciona apenas o professor Cláudio Jorge (*Expert*) em uma citação que pouca diferença faz para o contexto analisado. “Os aviões que fazem essas viagens carregam muitos passageiros e lotam o aeroporto”, diz. Como especialista na área de aviação, sua contribuição poderia ter sido melhor aproveitada por *Veja*, uma vez que o repórter deve tirar de uma entrevista as melhores observações feitas pelo entrevistado.

MATÉRIA 13 - 28/03

TÍTULO: Eles estão quase fora de controle

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Segurança aérea

TOTAL DE FONTES: Duas fontes

Tabela 8: Classificação das fontes em níveis – Matéria 13 – 28/03/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	<i>Expert</i>	Não-específica
1. Waldir Pires – Ministro da Defesa	x				x	
2. Lula – Presidente do Brasil	x					x

Como suíte da matéria principal sobre a infra-estrutura aérea, “Eles estão quase fora de controle” traz como abordagem principal a suspeita de sabotagem que recai sobre os controladores de vôo e que pode ter sido uma das causas dos atrasos registrados nas semanas anteriores na maior parte dos aeroportos brasileiros. Na capa, já citada na matéria anterior, há uma chamada para as suspeitas de sabotagem.

São duas páginas de suíte, nas quais *Veja* se dedica a abordar “as táticas de guerrilha” usadas pelos controladores de vôo para exercer um jogo de pressão e ameaças por melhores salários e condições de trabalho. A categoria engloba cerca de 2,5 mil pessoas, com idade média de 30 anos e remuneração mensal em torno de R\$ 2 mil. Como a maior parte dos controladores é composta por militares, impedidos por lei de fazer greve, eles confabulam pelos corredores dos centros de controle, fazem reuniões secretas e nunca assumem os seus atos. O principal deles é uma operação-padrão, que atrasa o tráfego aéreo e, até mesmo, pára o sistema brasileiro, impedindo aviões de pousar e decolar. “Eles assustam não apenas porque já pararam o tráfego aéreo, mas porque podem voltar a fazê-lo a qualquer momento”, descreve *Veja*, sem, no entanto, mais uma vez, fornecer a fonte das informações. Com tantos detalhes, o ideal seria recorrer a frases como: “de acordo com fontes ligadas ao comando aéreo” ou “conforme nos relatou um funcionário da torre de controle sem ligações com o sistema aéreo”, entre outras. A não-menção por parte de *Veja* nos leva a concordar com Nilson Lage (1996): “Não há fonte isenta”.

Veja utilizou apenas fontes Oficiais em *Nível 1*: o ministro da Defesa, Waldir Pires (também *Expert*), que prometeu agilizar o processo de desmilitarização da categoria, sinônimo de melhores salários, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, até então, ele insistia em dizer que o apagão aéreo já havia sido solucionado (Também considerada não-específica).

Veja encerra a matéria com um questionamento e uma resposta: “Se apenas observando as regras internacionais a categoria já causou estragos, imagina se realmente eles cruzarem os braços? O Pan do Brasil viraria um pandemônio”. Mais uma vez deixa sua opinião, manifestando-se claramente pela versão oficial, a qual pode ser justificada segundo Gans (apud WOLF, 2003, p.224): são as mais utilizadas pelos jornalistas por disponibilizarem informações completas e darem crédito à notícia.

MATÉRIA 14 - 28/03

TÍTULO: A Infraero não informa...

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Corrupção

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 9: Classificação das fontes em níveis – Matéria 14 – 28/03/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Brigadeiro José Carlos – Presidente da Infraero	x				x	
2. Documentos confidenciais da Infraero acessados por <i>Veja</i> com exclusividade	x				x	
3. Carlos Wilson – deputado		x				x

Sob o título “A Infraero não informa...”, *Veja* aborda mais um desdobramento da matéria principal sobre a infra-estrutura aérea. A abordagem principal é o fato de a Infraero ter sido comandada por técnicos desde a sua criação, em 1972. Porém, em 2003, quando Lula assumiu o governo, indicou um político para administrar a estatal, o deputado federal Carlos Wilson. Ele ficou no cargo até o início de 2006, quando se candidatou à Câmara e foi eleito. *Veja* ressalta o fato de o indicado seguir à risca o manual de instruções do partido, transformando a empresa em um imenso centro de captação de recursos eleitorais.

Documentos confidenciais (fonte Oficial e *Expert*) sobre o controle interno da Infraero aos quais *Veja* teve acesso, mostram que não é exagero classificar a estatal de “um antro” (qualificação da própria revista). Em 2006, a companhia gastou R\$ 26 milhões, sem licitação, com um *software* para gerenciar propagandas em aeroportos. O componente nunca funcionou e, além disso, descobriu-se que a empresa vendedora havia sido criada um mês antes do negócio e emitira apenas uma nota, referente ao programa.

Veja cita, sem se estender, o presidente da Infraero (Oficial e *Expert*), brigadeiro José Carlos, e o ex-presidente da instituição e atual deputado federal Carlos Wilson (Oficioso e não-específica). Da mesma forma que na retranscrição anterior, as citações utilizadas para corroborar o texto não parecem ter partido de uma entrevista. São frases soltas que podem ter sido ditas ao longo da semana e inseridas no texto para dar mais credibilidade às informações obtidas por meio de documentos confidenciais da Infraero (Oficial e *Expert*).

ABRIL 2007

No mês de abril de 2007 foram identificadas nove ocorrências de matérias com as temáticas, sendo três referentes à criminalidade e quatro à segurança pública. No entanto, *Veja* dá destaque na capa para dois assuntos, respectivamente, de criminalidade e de segurança pública, na edição de 4 de abril.



Figura 21: Edição de *Veja* de 04/04/2007

MATÉRIA 15 - 04/04

TÍTULO: Dentro do cofre do PCC

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Lavagem de dinheiro

TOTAL DE FONTES: Cinco fontes

Tabela 10: Classificação das fontes em níveis – Matéria 15 – 04/04/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. <i>Veja</i> teve acesso a detalhes de uma investigação sigilosa conduzida por Ministério da Justiça, Ministério Público de São Paulo e Polícia Militar de São Paulo	X				X	
2. Investigadores não-identificados – três ocorrências		X			X	
3. Promotor Roberto Porto, do Grupo de Ação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco)	X				X	
4. Participante não-		X		X		

identificado de reunião sigilosa entre o MP e a PM (Primária)						
5. Promotor Arthur Lemos, coordenador de investigações da Gaeco	x				x	

Ambas as matérias relacionadas às temáticas analisadas aparecem como manchetes secundárias. No canto superior esquerdo há uma tarja amarela com a chamada: “Dentro do cofre do PCC – Quebrando o sigilo das contas bancárias da quadrilha”. Nas quatro páginas internas, localizadas exatamente no miolo da edição (128 páginas), *Veja* se dedica a esclarecer como o Primeiro Comando da Capital (PCC), cujos principais líderes estão na prisão, conseguem fazer articulações e comandar atentados de dentro de penitenciárias. Entretanto, o tema principal é a fortuna descoberta por meio da maior quebra de sigilo bancário da história do Brasil, que expõe as 389 contas da “quadrilha do terror”, maneira como *Veja* qualifica o grupo.

Veja utiliza caixas de texto coloridas para destacar dados de julho de 2005 a setembro de 2006 sobre o PCC. As informações indicam o montante (R\$ 27,6 milhões) que o grupo contabilizou em suas contas no período e a origem das principais fontes de arrecadação da organização: associados a quem o grupo dá proteção e apoio. *Veja* explica que o grande número de contas se deve ao tamanho do PCC, composto por cerca de 15 mil integrantes. Entretanto, os investigadores identificaram 23 “contas-caixa”, as quais concentram a maior parte do dinheiro. Todas essas informações derivam de um relatório sobre uma investigação sigilosa conduzida por Ministério da Justiça, Ministério Público de São Paulo e Polícia Militar de São Paulo (fonte Oficial e Expert).

A revista recorre a citações de três investigadores não-identificados para legitimar as informações veiculadas, mas não deixa claro se as falas são de uma pessoa ou de três policiais diferentes. “O volume de recursos do PCC superou nossas expectativas”, diz a fonte, considerada *Oficiosa* e *Expert*. *Oficiosa* por reconhecidamente fazer parte do aparato de segurança do Estado, mas não estar identificada, e *Expert*, uma vez que representa a opinião de quem participou da operação. Podemos fazer suposições do porquê da não-identificação da fonte, como por exemplo, manter a integridade física dos policiais. No entanto, é uma suposição que não pode ser comprovada, e que *Veja* poderia ter deixado claro ao mencionar o

motivo da não-divulgação dos nomes. O fato é que a reunião foi sigilosa e compareceram membros do MP e da PM. Podemos supor novamente que a fonte pertencia a um desses órgãos oficiais.

O promotor Roberto Porto, do Grupo de Ação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) (Oficial e Expert), é citado para explicar a organização, comparada, em alguns momentos, às gangues de subúrbio dos Estados Unidos.

MATÉRIA 18 - 04/04

TÍTULO: Parou de vez

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Rebelião

TOTAL DE FONTES: Uma fonte

Tabela 11: Classificação das fontes em níveis – Matéria 18 – 04/04/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Lula – Presidente do Brasil	x					x

A capa do dia 4 de abril traz também uma manchete secundária sobre o apagão aéreo, localizada na parte inferior da revista. Sob fundo preto, com uma foto dos controladores de voo de Manaus de braços cruzados à direita da página, a edição traz o título “Sexta-feira, 30 de março de 2007 – Apagão Aéreo – A rebelião dos controladores”. É uma chamada maior do que a relacionada ao PCC.

Há cinco meses os controladores já realizavam uma operação-padrão. Conforme os cálculos apresentados por *Veja*, a ação causava um prejuízo diário de R\$ 5 milhões às empresas aéreas, com o pagamento de hora extra, alojamento e alimentação de funcionários. Com a parada total dos aeroportos, o valor poderia chegar a R\$ 35 milhões por dia. O cálculo não inclui as perdas das empresas de transporte de cargas nem a dos passageiros. Dos usuários da malha aérea, 79% viajam a negócios. *Veja*, cita os números como forma de dar devida importância a uma parcela da população que tem recursos suficientes para utilizar o sistema. Ou seja, coloca essa parcela no lugar central, enfatizando a importância desses dados para

seus leitores (predominantemente das classes A e B, como citado no *Capítulo 4*). As informações são veiculadas sem referências às fontes e, apesar de destacar os problemas enfrentados pelos passageiros, em nenhum momento o repórter se deu ao trabalho de recolher um testemunho de alguém que enfrentava a crise *in loco*.

Veja cita apenas uma frase do presidente Lula (Oficial e Não-específica), que evidentemente não partiu de um questionamento do repórter, uma vez que no momento da rebelião, Lula voava para Washington no Aerolula. Esta evidência fica mais clara quando o repórter relata que a desobediência dos controladores permanecia sem solução até o fechamento da edição, na madrugada de sábado.



Figura 22: Edição de *Veja* de 11/04/2007

MATÉRIA 21 - 11/04

TÍTULO: O jogo sujo que assusta os pilotos

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Segurança aérea

TOTAL DE FONTES: Oito fontes

Tabela 12: Classificação das fontes em níveis – Matéria 21 – 11/04/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Ex-comandante da Varig que atualmente atua em outra companhia		x			x	
2. Graziela Baggio – Presidente do Sindicato dos Aeronautas	x				x	
3. Documento emitido pela Federação Internacional dos Pilotos	x				x	
4. Bill Voss – Presidente da Flight Safety	x				x	

Foundation, uma das instituições que monitora o tráfego aéreo no mundo						
5. Piloto não-identificado acostumado a voar no exterior		x		x		
6. Comandante italiano não-identificado		x		x		
7. Mexicano Miguel Marin – Federação Internacional de Pilotos		x			x	
8. Centro de Investigação e Controle de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), Infraero e Federal Aviation Administration (FAA), dos EUA	x				x	

No dia 11 de abril, *Veja* abordou na capa o tema meio ambiente. No entanto, há, na parte superior, duas manchetes secundárias de igual proporção. A da esquerda, “Pilotos em pânico – ‘Voar no Brasil ficou mais perigosos do que na África’”, se refere à matéria que analisaremos.

A reportagem traz um box com informações sobre a quantidade de incidentes aéreos. Os dados apresentados se baseiam em informações do Centro de Investigação e Controle de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), da Infraero e da Federal Aviation Administration (FAA), dos Estados Unidos. Naquele país, há um incidente a cada 21 mil vôos, enquanto no Brasil são cinco incidentes para o mesmo número de vôos. Trazendo dados comparativos, *Veja* chama a atenção do leitor para a situação do tráfego aéreo no Brasil.

A terceira página abre com a reprodução de um boletim emitido pela Federação Internacional dos Pilotos (Oficial e *Expert*) a seus associados, relatando o perigo de voar nos céus brasileiros. As advertências dizem respeito ao controle de tráfego aéreo no País. *Veja* reproduziu em um box, abaixo do boletim, algumas das recomendações, como, por exemplo, de que o piloto deve prevenir-se, ao trocar de altitude, ascendendo todas as luzes externas do avião e de que é necessário estar ciente de que há áreas do espaço aéreo não-cobertas por radar.

A reportagem se caracteriza, no entanto, pela recorrência a fontes não-identificadas classificadas em *Nível 1*, como Oficiosas. A primeira – um ex-comandante da Varig, que atualmente atua em outra companhia – fala em nome da empresa, mas pela falta da citação do nome, podemos supor que o comandante não estava autorizado a falar pela atual companhia que presta serviço. A segunda – um piloto não-identificado acostumado a voar no exterior – foi considerada Oficiosa por não informar a empresa para a qual trabalha e também Testemunha por falar sobre uma situação pessoal, na qual descreve a má vontade dos controladores brasileiros. A terceira – um comandante italiano não-identificado – seguiu o mesmo critério de classificação para Oficioso, uma vez que relatou, no papel de Testemunha, uma ocasião em que ficou no pátio, esperando autorização para decolar, mas não conseguia contato com a torre por falha no rádio.

No caso do mexicano Miguel Marin, que opina sobre situação de voar nos céus brasileiros, a fonte é enquadrada na categoria Oficiosa. Isso porque o texto diz que ele é da Federação Internacional de Pilotos, mas não explicita se ele fala em nome da entidade. Além disso, por usar o nome da entidade, Marin é considerado *Expert*.

A presidente do Sindicato dos Aeronautas, Graziela Baggio, é relacionada como fonte Oficial e *Expert*. O presidente da Flight Safety Foundation, Bill Voss, uma das instituições que monitora o tráfego aéreo no mundo, alerta para o fato de que “o boletim da federação (FAA) é a única que os pilotos estrangeiros têm hoje para se prevenir contra as falhas constantes no sistema aéreo brasileiro”. Como presidente, ele se enquadra em fonte Oficial e também em *Expert* na área.



Figura 23: Edição de *Veja* de 25/04/2007

MATÉRIA 23 - 25/04

TÍTULO: Furacão da limpeza

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Venda de sentenças

TOTAL DE FONTES: Seis fontes

Tabela 13: Classificação das fontes em níveis – Matéria 23 – 25/04/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Juíza Maria Cukierkorn, da Justiça Federal de São Paulo	x				x	
2. Ministro Paulo Medina, do STJ	x				x	
3. Trechos de diálogos gravados pela Polícia Federal - Advogado Virgílio Medina, irmão do ministro Paulo Medina, desembargador José Eduardo Carreira Alvim, desembargador Ernesto da Luz Pinto Dória	x				x	
4. Juiz Rodrigo Colaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)	x				x	
5. Luiz Flávio Gomes, juiz aposentado e ex-professor da USP			x		x	
6. Antonio Carlos de Almeida Castro, advogado do ministro Paulo Medina	x				x	

Em 25 de abril de 2007, *Veja* veiculou uma matéria especial sobre a máfia dos juízes. A chamada de capa tem como título “Bingo! Por que o estouro da máfia dos juízes do jogo pode significar a sorte grande para milhões de brasileiros que dependem da Justiça”. A revista coloca um questionamento em forma de afirmação e ao longo da matéria responde essa questão ao descrever que as recentes operações da Polícia Federal (PF) podem ser atribuídas a um salto de qualidade no trabalho, com a utilização de técnicas consideradas as mais avançadas por polícias de todo o mundo. Ou seja, quanto melhor aparelhada estiver a polícia, com mais eficiência responderá as demandas judiciais.

No texto, *Veja* descreve as minúcias que culminaram em uma “ação sem precedentes”, realizando “a maior devassa da história do Judiciário”. Para essas afirmações, podemos considerar que a revista aplicou ao texto a importância necessária para chamar a atenção do leitor, fazendo sobressair a todo o momento o esforço da PF em cumprir com a lei, utilizando majoritariamente fontes Oficiais e *Experts*, com exceção de uma Independente.

O relato feito pelo jornalista Alexandre Oltramari parece um roteiro de filme policial, ou melhor, o início de um conto de uma das tragédias cariocas de Nelson Rodrigues. “Na madrugada de 23 de novembro, uma quinta-feira, um delegado e dois agentes da PF entraram discretamente em um escritório de advocacia no número 121 da Rua do Ouvidor [...] Encerrado o trabalho, fecharam silenciosamente a porta do escritório e saíram sem deixar pistas [...]”, detalha.

A ação, chamada de operação Hurricane, levou 25 pessoas para a cadeia. Documentos encontrados no escritório da Rua do Ouvidor levaram a evidências de que integrantes da mais alta corte do País para assuntos não-constitucionais, o STJ, venderam sentenças judiciais. Depois de cinco meses, em uma nova operação da PF intitulada Têmis, 300 policiais cumpriram setenta mandados de busca e apreensão no gabinete de três desembargadores do TRF e de dois juízes da Justiça Federal, todos em de São Paulo. A suspeita contra os cinco era a mesma: venda de sentenças e liminares destinadas a beneficiar empresário que exploram o jogo ilegal em bingos equipados com máquinas caça-níquel, atividade proibida por lei desde o ano 2000. O fornecimento de detalhes em uma reportagem especial é de extrema importância para localizar o leitor em relação aos fatos. No entanto, foi dado pouco espaço para os investigados.

Com a operação Hurricane três desembargadores foram presos, mas o ministro do STJ Paulo Medina, “mesmo sem ser preso foi parar no olho do furacão”, destaca *Veja*. A suspeita é de que seu irmão, o advogado Virgílio Medina, proprietário do escritório da Rua do Ouvidor, vendia as sentenças em nome de Paulo. Uma delas, suspeita-se, custou R\$ 600 mil para favorecer um empresário de casas de bingo.

Das seis fontes identificadas na matéria, cinco são consideradas Oficiais e *Experts*: a juíza da Justiça Federal de São Paulo Maria Cukierkorn, o ministro do STJ Paulo Medina, Trechos de diálogos gravados pela Polícia Federal entre autoridades do judiciário, o Juiz Rodrigo Colaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Antonio Carlos de Almeida Castro, advogado do ministro Paulo Medina

Tanto a juíza quanto o ministro Medina são avaliadas como Oficiais, pois são funcionários federais que exerciam suas funções na época da operação. Quando eles falam defendem não apenas a si próprios das acusações de venda de sentenças, mas também à instituição a qual estão vinculados e a qual representam. O advogado do ministro Paulo Medina, Antonio Carlos de Almeida Castro, é considerado como uma fonte Oficial, pois fala em nome do ministro, claramente identificado como representante do Estado.

Em *Nível 2*, constatou-se somente a presença de fontes *Experts*. O juiz Rodrigo Colaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o juiz aposentado e ex-professor da USP Luiz Flávio Gomes, são exemplos desse tipo de fonte. Gomes também é considerado uma fonte Independente.

Os nomes de outras 20 pessoas, entre advogados, integrantes da máfia dos bingos, ministros e magistrados são citados na matéria em referência às prisões já realizadas. No entanto, não há alusão a falas dessas pessoas.

MAIO 2007

A revista *Veja* publicou no mês de maio de 2007, 13 matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública, divididas em cinco edições. Apenas em três ocasiões os textos com as temáticas mereceram chamada de capa.



MATÉRIA 24 - 02/05

TÍTULO: Ele continua mandando

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Justiça

TOTAL DE FONTES: Não há referência

Figura 24: Edição de *Veja* de 02/05/2007

Na primeira revista do mês com chamada de capa, em 2 de maio, *Veja* mostra a luta do Ministério Público (MP) para impedir a transferência do líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcola, para um presídio com regras mais amenas. O motivo é que, mesmo mantido em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, ele continuava, ainda que raramente, orquestrando crimes e dando ordens para integrantes do PCC assassinarem agentes penitenciários. A luta do MP era para que Marcola continuasse em Presidente Bernardes, porque em outra prisão a facilidade de contato com seus comparsas seria muito maior. A transferência configura-se em uma questão de segurança pública, pois coloca em risco a vida de servidores dos presídios, policiais e cidadãos comuns. Nesse caso, o Estado luta contra o próprio Estado. O MP quer mantê-lo em Presidente Bernardes, mas a lei diz que um preso pode ficar um ano do RDD, prorrogável por mais um ano.

Há menos de um mês, em 4 de abril, *Veja* havia abordado, também com manchete secundária na capa, a fortuna acumulada pelo PCC descoberta por meio da quebra de sigilo bancário de pessoas ligadas ao grupo. Com a suíte desta edição, a revista coloca a organização criminosa em uma posição de destaque no cenário brasileiro. Na análise do texto não há citações diretas. Por esse motivo, consideramos uma matéria sem referência a fontes.



Figura 25: Edição de *Veja* de 23/05/2007

MATÉRIA 30 - 23/05

TÍTULO: Quadrilha de autoridades

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Desvio de dinheiro

TOTAL DE FONTES: Duas fontes

Tabela 14: Classificação das fontes em níveis – Matéria 30 – 23/05/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Ministro não-identificado		x		x		
2. Renan Calheiros, senador por Alagoas	x					x

Com a eclosão da Operação Navalha, *Veja* traz na edição do dia 23 de maio uma chamada de capa sobre o esquema de assalto às verbas públicas, desarticulado pela Polícia Federal (PF). Conforme o relato da matéria, estima-se que em um ano a quadrilha embolsou mais de R\$ 100 milhões dos cofres públicos, ao fraudar licitações e distribuir propina a servidores e autoridades para deixar passar os negócios ilícitos. Na parte superior da capa, há três chamadas secundárias em igual proporção de texto e imagem. A chamada “Operação Navalha: o choque maior ainda virá”, localizada à esquerda, remete ao conteúdo interno que analisaremos.

A reportagem faz referência a duas fontes: uma, identificada apenas como ministro, poderia ser classificada como Oficial caso seu nome fosse vinculado à fala. No entanto, por esse motivo, optamos por enquadrá-la em fonte Oficiosa. Em *Nível 2*, a consideramos uma fonte do tipo Testemunha. A segunda fonte é o senador Renan Calheiros (Oficial e Não-específica).

Figura 26: Edição de *Veja* de 30/05/2007**MATÉRIA 35 - 30/05****TÍTULO:** 1 giga de corrupção**TEMÁTICA:** Criminalidade**TEMA:** Tráfico de influência**TOTAL DE FONTES:** Uma fonte

Tabela 15: Classificação das fontes em níveis – Matéria 35 – 30/05/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Inquérito da Operação Navalha, a cuja íntegra <i>Veja</i> teve acesso	x				x	

No dia 30 de maio *Veja* deu capa para a Operação Navalha, da PF. São cinco páginas dedicadas a explicar aos leitores as conexões criminosas que envolviam quatro ministérios, governadores e ex-governadores, prefeitos e um deputado. A operação derrubou o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau. A matéria dá destaque ao inquérito, o qual *Veja* teve acesso na íntegra. Em forma de DVD, contendo 52 mil páginas, o relatório faz um mapa da corrupção, no qual o engenheiro Zuleido Soares está no centro do esquema junto com sua empreiteira Gautama.

Pela segunda semana seguida, *Veja* teve como pauta a Operação Navalha, assunto que se enquadra na temática criminalidade. O tema mereceu evidência porque há duas semanas, diariamente, são feitas novas descobertas sobre o superfaturamento de obras públicas envolvendo empreiteiras e políticos. O texto do repórter Diego Escosteguy utiliza como única fonte um inquérito da Operação Navalha, a cuja íntegra *Veja* teve acesso. O documento é considerado como Oficial e Expert.

Lobista da Gautama, Sérgio Sá, é citado quando debate possíveis ações jurídicas. No entanto, a recorrência a citação direta dessa fonte não pode ser atribuída a um questionamento de *Veja* ao lobista, pois todas as citações utilizadas na matéria são transcrições literais das escutas telefônicas. Acreditamos que *Veja* poderia ter ouvido especialistas e, até mesmo, alguém que teve o nome citado no inquérito. A iniciativa traria mais coesão às informações e maior credibilidade ao que está relatado.

JUNHO 2007

Em junho de 2007 foram identificadas seis ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Apenas uma teve chamada de capa.



Figura 27: Edição de *Veja* de 27/06/2007

MATÉRIA 42 - 27/06

TÍTULO: Somos vítimas da baderna

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Caos aéreo

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 16: Classificação das fontes em níveis – Matéria 42 – 27/06/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Entrevista do Sargento Carlos Trifilo, líder da operação tartaruga no tráfego aéreo nos aeroportos brasileiro, à revista mensal <i>Universo Masculino</i>	x				x	
2. Deputado Vic Pires Franco (PFL-PA), membro da CPI do apagão aéreo	x			x		
3. Oficial da Aeronáutica não-identificado		x		x		
4. Ministério da Defesa	x				x	

Na última edição do mês, no dia 27, há duas matérias sobre as temáticas. Mas, somente a segunda reportagem teve chamada de capa. A matéria volta a abordar o caos instalado nos aeroportos do Brasil depois do acidente com o Boeing da Gol. Desta vez, filas enormes se instalaram nos saguões porque controladores de vôo de Brasília, de onde é monitorada a maior parte do tráfego aéreo do país, fizeram uma operação tartaruga, alegando falhas nos equipamentos. Em meio ao caos, a Aeronáutica anunciou a prisão de um líder do movimento por usar uma linha telefônica exclusiva do controle de tráfego para fazer

mobilização sindical, ação proibida pelo Código Militar, e por dar uma entrevista sem permissão, criticando a formação profissional dos controladores.

A edição é composta por 132 páginas, das quais duas tratam da mais recente ação dos controladores de vôo para forçar a Aeronáutica a atender a suas exigências. Sob o título “Somos vítima da baderna”, a revista utiliza como recursos visuais a fotografia de um aeroporto lotado. A imagem ocupa pouco mais da metade da primeira página e um terço da segunda. Na página 73, está estampado o retrato do sargento Carlos Trifilio, considerado um dos líderes do movimento perpetrado pelos controladores de vôo. *Veja* utiliza trechos de uma entrevista do sargento a outro veículo. Sua fala é considerada Oficial e ao mesmo tempo *Expert*.

O Ministério da Defesa é reconhecidamente uma fonte Oficial e *Expert*. E, as outras duas fontes citadas, o Deputado Vic Pires Franco (PFL-PA), membro da CPI do apagão aéreo, e o Oficial da Aeronáutica não-identificado são consideradas Testemunhas. No entanto a primeira é também Oficial e a segunda Oficiosa.

Mais uma vez *Veja* utiliza o *off*, do oficial não identificado, para legitimar uma afirmação. Nesse caso, a de que a prisão de Trifilio é um sinal de que os militares estão dispostos a tomar atitudes mais severas. Entendemos que o *off* foi utilizado porque o oficial poderia não ter autorização para falar em nome da Aeronáutica, o que o classifica como fonte Oficiosa.

JULHO 2007

O mês de julho de 2007, quando foram identificadas oito ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública, começa com a publicação de uma matéria com chamada de capa sobre o suborno de juízes pelo senador Joaquim Roriz, na edição do dia 4. *Veja* teve, ainda, outras duas matérias com chamada na capa.



Figura 28: Edição de *Veja* de 04/07/2007

MATÉRIA 43 - 04/07

TÍTULO: O dinheiro era para subornar

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Suborno

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 17: Classificação das fontes em níveis – Matéria 43 – 04/07/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Senador Joaquim Roriz, em conversa telefônica gravada pela polícia	x					x
2. Político não-identificado que priva da intimidade do senador		x		x		
3. Suplente do senador, Gim Argello		x		x		
4. Pecuarista Márcio Serva			x			x

O montante de R\$ 2,2 milhões foi um empréstimo do dono da Gol Linhas Aéreas, Nenê Constantino. Roriz disse que pediu ao amigo R\$ 300 mil para pagar uma bezerra e que Constantino lhe deu um cheque no valor de R\$ 2,2 milhões, dos quais ele descontou o preço que iria pagar na bezerra e devolveu o resto. No entanto, os R\$ 1,9 milhão restantes serviram para comprar dois juízes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que livrariam o senador da cassação em 2006 por uso político da máquina pública do governo do Distrito Federal.

Para descrever os detalhes do suborno, *Veja* teve como base o relato de uma fonte não-identificada: um político que priva da intimidade do senador e que só aceitou falar, conforme ressalta *Veja*, sob a condição de manter-se anônimo. Ele assegura que ouviu da boca de Roriz que o dinheiro foi usado para o pagamento de propina e relata uma conversa entre Roriz e seu suplente, Gim Argello, na qual o senador confirma que pagou R\$ 1,2 milhão para não ser

cassado. Conforme a votação iniciada no TRE em 19 de setembro, Roriz seria cassado. O placar do julgamento estava em 3 votos a 2 quando um juiz pediu vista. A sessão foi retomada em 23 de outubro e o juiz que pediu vista votou contra a cassação, o que gerou um empate que deveria ser resolvido pelo presidente do TRE. Mas antes que isso ocorresse um juiz voltou atrás e absolveu Roriz, ficando o placar final em 4 a 2 para o senador.

De acordo com o político não-identificado, classificado como fonte Oficiosa e Testemunha, Argello poderia confirmar o pagamento de propina. Argello confirmou a *Veja* o encontro com Roriz, mas disse que não faria comentários sobre o pagamento de propina. O suplente, que tem sua foto estampada na parte inferior direita da segunda página, é classificado como fonte Oficiosa e Testemunha.

Segundo Roriz, o R\$ 1,9 milhão restante foi devolvido a Constantino. Procurado por *Veja*, o empresário não respondeu às perguntas. O fato de ele ter sido procurado pela reportagem não o inclui em nenhuma categoria de fonte, uma vez que Constantino limitou-se a ficar mudo. No entanto, mostra uma possível preocupação de *Veja* em cercar o fato por todos os lados.

O pecuarista Márcio Serva é citado confirma o desconto na compra das bezerras. Desse modo, ele é classificado como fonte Independente e Não-específica.



Figura 29: Edição de *Veja* de 18/07/2007

MATÉRIA 48 - 18/07

TÍTULO: Um buraco negro chamado Sivam

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Segurança Aérea

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 18: Classificação das fontes em níveis – Matéria 48 – 18/07/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. <i>Veja</i> visitou instalações do Sivam	x			x		
2. <i>Veja</i> reuniu, durante as visitas, fotografias, gravações e documentos confidenciais sobre o Sivam	x				x	
3. Major-brigadeiro Álvaro Pinheiro da Costa, vice-diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea)	x				x	

Em 18 de julho, *Veja* aborda novamente a questão da segurança aérea. A matéria relata que o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) que custou 1,7 bilhão de dólares vive em pane. Segundo várias entrevistas feitas por *Veja* com controladores de vôo, militares e pilotos, há buracos negros no céu da Amazônia, locais onde os radares não alcançam. Isso faz com que muitos pilotos voem às cegas em território brasileiro. A mesma edição traz uma matéria sobre a nova operação da Polícia Federal (PF), chamada de Águas Profundas. A PF desarticulou uma empresa de fachada, chamada Zamprogn, criada especialmente para participar de licitações da Petrobras, a maior empresa brasileira. Em cinco anos, a Zamprogn obteve vantagem em cinco licitações, cujo valor total chegou a R\$ 239 milhões. A manchete está localizada na parte superior direita da capa: “Sivam – O céu da Amazônia sem vigilância”.

Veja configura-se como a própria fonte da matéria na categoria Oficial (Testemunha), uma vez que visitou seis instalações do Sivam. Também consideramos como Oficial (e *Expert*) fotografias, gravações e documentos confidenciais sobre o sistema obtidos por *Veja*. A citação do major-brigadeiro Álvaro Pinheiro da Costa, vice-diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), sobre o Sivam, é considerada Oficial e Testemunha.



Figura 30: Edição de *Veja* de 25/07/2007

MATÉRIA 50 - 25/07

TÍTULO: As autoridades são outra catástrofe

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Segurança aérea

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 19: Classificação das fontes em níveis – Matéria 50 – 25/07/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Marco Aurélio Garcia – assessor especial da Presidência da República	x					x
2. Perito federal Luis Carlos Serpa	x				x	
3. Graduado assessor da Infraero com acesso ao Palácio do Planalto, não-identificado		x				x
4. Amigo do presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, não-identificado			x	x		

O caos aéreo é o tema de capa da edição de 25 de julho. Um novo acidente aéreo estampa a capa: o vôo da TAM que não conseguiu parar em Congonhas e se chocou contra um prédio da própria empresa. O segundo acidente em um espaço de tempo de dez meses faz a revista questionar a segurança nacional, tema abordado anteriormente em outras matérias sobre a crise aérea brasileira. Em uma matéria especial de 36 páginas (a edição circulou com 132), composta por mais de uma centena de fotografias do acidente e de vítimas, *Veja* conta como ocorreu a tragédia, que deixou mais um capítulo funesto da crise aérea brasileira. Nas últimas seis páginas, sob o subtítulo “As autoridades são outra catástrofe”, a revista aborda os

aspectos relacionados à segurança pública. É nessa parte da matéria que concentraremos nossa análise.

Dois dias depois do acidente em Congonhas, enquanto os bombeiros ainda trabalhavam nos destroços do prédio misturados com os do Airbus, em Brasília, o assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, e seu auxiliar, Bruno Gaspar, comemoravam com gestos obscenos a notícia veiculada pelo *Jornal Nacional* de que a possível causa da tragédia tinha como origem uma falha mecânica, o que livrava o governo de qualquer responsabilidade. Para legitimar a informação, *Veja* coloca lado a lado duas fotografias: dos bombeiros trabalhando e de Garcia e Gaspar comemorando. Eles não sabiam que estavam sendo observados. O uso de imagem fotográfica e texto explicativo, associados, legitima o discurso de *Veja*, dando ainda mais Destaque à ocorrência. Garcia justifica sua atitude: “O sentimento que extravasei em privado foi e é de repúdio àqueles que trataram sordidamente de aproveitar a comoção que o País vive para insistir na postura partidária [...]”. Sua fala enquadra-se na categoria fonte Oficial e Não-específica, uma vez que ele se explica como assessor presidencial em defesa do governo, portanto de um lugar que preserva seu caráter de cargo institucional.

De acordo com o relato de um amigo não-identificado (fonte Independente e Testemunha) do presidente da Infraero, o brigadeiro José Carlos Pereira disse que não tinha como forçar as empresas aéreas a reduzirem as operações em Congonhas para promover a reforma nas pistas.

Uma caixa de texto no rodapé da terceira e quarta páginas, intitulado “Tragédia administrativa”, traz três qualificações: incompetência, negligência e corrupção. Ao lado estão expostas as fotografias de sete autoridades ligadas ao caos aéreo, começando pelo presidente Lula, as quais são atribuídas com um X as qualificações em que cada uma delas se enquadra. A ilustração tende, mais uma vez, a desqualificar o governo federal.

O perito federal Luis Carlos Serpa (Oficial e *Expert*) é citado dando um parecer sobre um laudo técnico de um aeroporto. A citação literal de um graduado assessor da Infraero com acesso ao Palácio do Planalto (Oficioso e não-específico), que não teve seu nome revelado, confirma que o projeto de reduzir os vôos em Congonhas, em 2006, para reformar as pistas foi engavetado para não prejudicar políticos em um ano eleitoral.

AGOSTO 2007

Na análise das revistas *Veja* de agosto de 2007 foram identificadas 12 ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Mas somente quatro tiveram chamada na capa.



MATÉRIA 54 - 08/08

TÍTULO: Sociedade secreta

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Sonegação

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Figura 31: Edição de *Veja* de 08/08/2007

Tabela 20: Classificação das fontes em níveis – Matéria 54 – 08/08/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Documentos sobre as receitas de Renan Calheiros a que <i>Veja</i> teve acesso	x				x	
2. Antigo dono do grupo <i>O Jornal</i> , Nazário Ramos Pimentel			x	x		
3. Assessoria do usineiro João Lyra	x					x

O então presidente do Congresso, o senador Renan Calheiros, estampa a capa da edição de 8 de agosto de 2007. Somente a veiculação da imagem de Calheiros já se caracteriza como uma forma de campanha pessoal de desmoralização do Senado e, em consequência, do governo federal. O motivo é que há menos de dois meses, na edição de 27

de junho, Calheiros também foi evidenciado na manchete de *Veja*, com sua foto estampada na capa. As referências ao senador são sempre negativas.

A reportagem traz reproduções parciais de documentos que mostram os vínculos do presidente do Congresso com uma rede de comunicação do Nordeste. *Veja* deixa claro que a reportagem tem como base, principalmente, documentos sobre as receitas do senador, aos quais a revista teve acesso (Fonte Oficial e Expert). Com uma fortuna estimada em R\$ 10 milhões, descobriu-se que o senador atuava no ramo da comunicação – dono de duas emissoras de rádio e até pouco tempo de um jornal diário – à margem da lei. Os documentos, que têm trechos reproduzidos por meio de imagens ao longo de toda a matéria, comprovam como Calheiros entrou para o ramo da comunicação, aplicando recursos desconhecidos nas aquisições, e escondeu tudo da Receita Federal, da Justiça Federal e do Congresso Nacional por meio do uso de laranjas (utilização indevida do nome de um terceiro em sociedade com fins lucrativos).

No fim de 1998, Calheiros pretendia se candidatar ao governo de Alagoas, mas encontrava resistência em um antigo aliado, o ex-presidente Fernando Collor. À época, Collor era proprietário de uma rádio, uma TV e do maior jornal do estado, *O Jornal*, e utilizava esses meios para fazer oposição a Calheiros. Com a oportunidade de comprar um grupo concorrente, mas não querendo aparecer, o senador recorreu a laranjas para concretizar a sociedade com o usineiro João Lyra. *Veja* procurou o antigo dono do grupo *O Jornal*, Nazário Ramos Pimentel (Independente e Testemunha), que afirmou ter vendido a empresa somente a João Lyra, mas admitiu que toda a negociação foi feita com Renan Calheiros.

Calheiros e Lyra foram procurados pela reportagem de *Veja*. O primeiro não quis falar sobre o assunto, então, não pode ser considerado como fonte, mas pode ser atestado como uma tentativa de *Veja* de atender a pluralidade que deve ter em uma matéria do tipo denunciata. O segundo, mandou dizer por meio de sua assessoria que não tinha comentários a fazer sobre seus negócios particulares com o senador. A assessoria de imprensa configura-se como fonte Oficial e Não-específica, uma vez que fala em nome de uma personalidade política.



Figura 32: Edição de *Veja* de 15/08/2007

MATÉRIA 55 - 15/08

TÍTULO: Frágil como papel

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Impunidade

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 21: Classificação das fontes em níveis – Matéria 55 – 15/08/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Investigação de <i>Veja</i> sobre o desfecho de dez operações deflagradas pela Polícia Federal entre outubro de 2003 e dezembro de 2004			x		x	
2. Pesquisa inédita realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, ligado à USP	x				x	
3. Sociólogo Sérgio Adorno			x		x	

O tema da capa de 15 de agosto é impunidade. A matéria traz como exemplo principal o esquema do mensalão, definido pelo procurador da República, Antonio Fernando Souza, como resultado da ação de uma “organização criminosa”. Os mais de 40 envolvidos, a maioria políticos, recebia dinheiro do PT, por meio de um empresário, para continuarem aliados às pautas petistas. Mesmo com a denúncia do Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal a vida dos mensaleiros continuou praticamente a mesma, alguns se mantiveram nos cargos públicos que ocupavam. Outros saíram e conquistaram postos economicamente mais privilegiados. José Dirceu, tido como o chefe do esquema, passou a dar consultorias a empresas e embolsa por mês cerca de R\$ 150 mil. Além do mensalão, a reportagem cita que entre 2003 e 2004 a Polícia Federal realizou dez operações envolvendo empresários, políticos

e servidores públicos acusados de desvio de dinheiro público ou corrupção. Das 245 pessoas presas, 64 foram julgadas e duas continuam na cadeia.

A matéria é fruto de uma investigação realizada pela própria *Veja* sobre o desfecho de dez operações deflagradas pela Polícia Federal (PF) entre outubro de 2003 e dezembro de 2004. Enquadramos as informações originadas dessa investigação como advindas de uma fonte Independente e *Expert*. Ou seja, *Veja* enquanto órgão jornalístico deve seguir o preceito da objetividade, portanto acreditamos que essa investigação está desprovida de qualquer relação de poder ou interesse, que não seja o de noticiar o fato.

Abaixo dessa tabela, a revista inicia um quadro, com o nome de 42 pessoas envolvidas no escândalo do mensalão, que termina na décima e última página. O texto mostra que nada aconteceu aos integrantes da organização criminosa denunciada pelo procurador-geral Antonio Fernando Souza. Nenhuma dessas pessoas foi ouvida por *Veja*.

Uma pesquisa inédita realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, ligado à USP (Fonte Oficial e *Expert*), analisou 345 mil boletins de ocorrência registrados em delegacias paulistas. Apenas 22 mil desses boletins se transformaram em inquérito (6%). O sociólogo Sérgio Adorno (Independente e *Expert*) legitima os dados da pesquisa. “Isso mostra que boa parte da impunidade se produz através do trabalho da própria polícia”, diz ele.



Figura 33: Edição de *Veja* de 22/08/2007

MATÉRIA 57 - 22/08

TÍTULO: A sombra do estado policial

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Espionagem

TOTAL DE FONTES: Onze fontes

Tabela 22: Classificação das fontes em níveis – Matéria 57 – 22/08/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Ministro do STF Gilmar Mendes	x					x
2. Entrevista de Suely Pertence, esposa do ministro Sepúlveda Pertence, ao blog do jornalista Ricardo Noblat			x	x		
3. Enio Fontenelle, proprietário de empresa especializada em telefonia			x		x	
4. Ministro do STF Celso de Mello	x					x
5. Presidente da OAB, Cezar Britto	x				x	
6. Ministro do STF Marco Aurélio Mello	x					x
7. Perito Ricardo Molina, especialista em fonética forense			x		x	
8. Ministro do STF Sepúlveda Pertence	x					x
9. Ministro do STF Carlos Ayres Britto	x					x
10. Ministro do STF Eros Grau	x					x
11. Ministro da Justiça, Tarso Genro	x					x

No dia 22 de agosto, o tema de capa chama para a matéria principal: ministros do STF denunciam suspeitas de que estão sendo grampeados. Em entrevista feita por *Veja* com sete dos onze ministros, cinco admitem publicamente a suspeita. Para piorar a situação, o ministro Sepúlveda Pertence pediu aposentadoria antecipada, quando se esperasse mais três meses teria se aposentado compulsoriamente. A ação gerou especulações de que as suspeitas de grampos telefônicos estavam intoxicando a atmosfera do tribunal.

A matéria “A sombra do estado policial” se inicia na segunda página, dedicando-se a pormenorizar ao leitor as suspeitas dos ministros do STF de que estão sendo vigiados por meio de grampos telefônicos. A primeira página estampa uma fotografia do ministro Celso de Mello, sob a qual está registrada uma frase entre aspas. Da mesma forma, ocorre com o

ministro Gilmar Mendes na terceira página, com o ministro Marco Aurélio Mello na quarta página, e com os ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Ayres Britto e Eros Grau na quinta e na sexta páginas. Todos são considerados fontes Oficiais e Não-específicas por opinarem sobre a Justiça brasileira, enquanto representantes superiores dela. O ministro Sepúlveda Pertence, que pediu afastamento para se aposentar, disse que sua saída foi acelerada pela divulgação de uma gravação, com o objetivo de constrangê-lo, quando era sondado para assumir o Ministério da Justiça. Sua esposa, Suely, em entrevista ao blog do jornalista Ricardo Noblat (fonte Independente e Testemunha) justificou a saída de seu marido alegando problemas de saúde.

O empresário Enio Fontenelle, dono de uma empresa especializada em telefonia, foi acusado pela PF por falsa comunicação de crime. Ele é considerado como uma fonte Independente e *Expert* por não transparecer, durante o texto, ter relação de poder ou interesse mais abrangente do que o de prestar um serviço. O presidente da OAB, Cezar Britto, é citado para legitimar as afirmações de *Veja*. Ele é uma fonte Oficial e *Expert*.

Os abusos da PF, conforme *Veja*, não param na suspeita de grampos ilegais. Também há indícios de manipulação de gravações legais. O Perito Ricardo Molina, especialista em fonética forense (*Expert* e Independente – não está ligado a nenhuma instituição), sustenta já ter analisado trechos de conversas, informadas em parte pela PF, que comparadas com as gravações na íntegra se mostraram suspeitas. Ao buscar a apreciação de um especialista, com comprovada experiência na avaliação de escutas da PF, a revista indica que tem cuidado necessário em cercar o tema recorrendo às fontes mais variadas. O ministro da Justiça, Tarso Genro (Oficial e Não-específica), é citado para atribuir destaque às ações da Polícia Federal.



Figura 34: Edição de *Veja* de 29/08/2007

MATÉRIA 60 - 29/08

TÍTULO: O julgamento da história

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Corrupção

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 23: Classificação das fontes em níveis – Matéria 60 – 29/08/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Ministro da Justiça, Tarso Genro	x					x
2. Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff	x					x
3. Procurador-geral Antonio Fernando Souza	x				x	
4. Advogado Marcelo Bessa, defensor do deputado federal Valdemar Costa Neto, envolvido no mensalão	x				x	

No dia 29 de agosto, a matéria com maior destaque é o início do julgamento dos envolvidos no mensalão. No entanto, a matéria dá ênfase à falta postura dos ministros do STF que analisam os casos. Os repórteres citam as consultas a sites em seus laptops pessoais entre outras atitudes que caracterizam total falta de atenção em um dos mais importantes julgamentos da história do STF desde o retorno do Brasil à democracia, em 1985.

Para o ministro da Justiça, Tarso Genro, o retorno do mensalão aos noticiários após três anos do início dos escândalos não perturba o governo. “Não respinga”, diz Tarso, classificado como fonte Oficial e Não-específica. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff concorda com o ministro (fonte Oficial e Não-específica). O procurador-geral Antonio Fernando Souza (Fonte Oficial e *Expert*), responsável pela denúncia dos 52 mensaleiros, explica suas convicções de acusador ao declarar que não acredita que o governo não tivesse conhecimento da roubalheira.

O advogado Marcelo Bessa, defensor do deputado federal e presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, é citado por providencialmente esquecer alguns detalhes. Disse que a denúncia contra seu cliente não tinha “justa causa”, mesmo o réu já tendo confessado ter recebido dinheiro para o PL. Bessa é classificado como fonte Oficial por representar o presidente de um partido e *Expert* por defender sua condição.

SETEMBRO 2007

No mês de setembro de 2007, foram identificadas três ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Duas delas com chamada de capa.



Figura 35: Edição de *Veja* de 05/09/2007

MATÉRIA 63 - 05/09

TÍTULO: O Brasil nunca teve um ministro como ele

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Julgamento

TOTAL DE FONTES: Cinco fontes

Tabela 24: Classificação das fontes em níveis – Matéria 63 – 05/09/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Ministro do STF Celso de Mello	x					x
2. Cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília	x				x	
3. Ministra do STF Ellen Gracie	x					x
4. Ministro do STF Joaquim Barbosa	x					x
5. Trechos de reportagem da jornalista Vera Magalhães publicada pela Folha de S. Paulo	x				x	

A primeira é uma reportagem especial sobre a votação histórica do mensalão no STF. A reportagem descreve como foi o voto de cada um dos 11 ministros e dá destaque ao do

ministro Joaquim Barbosa. Mais da metade do texto dedica-se a explorar os gostos e as características de Barbosa, desde o local onde ele costuma passar férias até o valor pago por ele em seus ternos.

O repórter André Petry dedica-se a relatar os passos de Barbosa até a conclusão de seu voto, contendo 430 páginas, lido durante o julgamento que durou 36 horas. Viena, julho, 40 graus de temperatura. Entre um concerto e outro, o amante de música clássica – possui 700 CDs em sua coleção particular – pensava na maneira que organizaria a estrutura e a ordem dos capítulos de seu voto. Minuciosamente, descreve *Veja*, ele fez com que os ouvintes entendessem como se deram as conexões criminosas do mensalão, das quais ele estava convencido que tinha como chefe da quadrilha o ex-ministro José Dirceu. “O resultado foi um sucesso arrasador”, descreve *Veja*. Confirmando a opinião aparece uma citação direta do ministro (Oficial e Não-específica): “Nem eu esperava tanto”. O ministro Celso de Mello (Oficial e Não-específica) ressalta que os corruptos podem ter sido tolerados pela Câmara de Deputados, pela presidência de seus partidos e, até mesmo, pelas urnas de outubro (quando Lula foi reeleito), mas não o serão pela mais alta corte da Justiça brasileira.

Por envolver dois poderes da República, cinco partidos, três ex-ministros e toda a antiga cúpula do PT, o mensalão revelou o mais amplo esquema de corrupção política descoberto em uma democracia ocidental. O Cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília (Fonte Oficial e *Expert*), legitima a explicação de *Veja*, afirmando que todos os escândalos políticos mundiais recentes estavam circunscritos a um único partido.

Na quinta e sexta páginas, *Veja* recorrem a uma fonte Oficial e *Expert* (reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*) para explicar que, apesar da facilidade com que o crime de formação de quadrilha foi aceito, após a minuciosa sustentação de Barbosa, um dos ministros, Ricardo Lewandowski, disse que “a imprensa acuou o Supremo” e que “antes de todo mundo votar com a corda no pescoço”, a tendência era “amaciar para Dirceu”.



Figura 36: Edição de *Veja* de 19/09/2007

MATÉRIA 65 - 19/09

TÍTULO: Ainda chefe, mas de outra turma da pesada

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Lobby

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 25: Classificação das fontes em níveis – Matéria 65 – 19/09/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	<i>Expert</i>	Não-específica
1. Relatório divulgado pela Polícia Federal sobre a Operação Perestroika	x				x	
2. Segundo relatório da Polícia Federal, desta vez não-divulgado	x				x	
3. Procurador Rodrigo de Grandis, um dos autores da denúncia no caso MSI	x				x	

Novamente *Veja* traz a fotografia de Renan Calheiros na capa da edição de 19 de setembro. Só que desta vez, o enfoque é muito mais político do que ligado às temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Na parte superior da capa, há três chamadas de igual tamanho. A que está localizada à esquerda refere-se à matéria que iremos analisar. O título da chamada secundária é: “Caso MSI/Corinthians – A Polícia Federal descobre as pegadas de José Dirceu”.

Em três páginas internas, a repórter Juliana Linhares descreve as descobertas da PF, que indicam Dirceu como lobista em um esquema de tráfico de influência. Para isso, a jornalista utiliza dois relatórios da PF – ambos fontes Oficiais e *Expert*.

O procurador Rodrigo de Grandis, um dos autores da denúncia no caso MSI, surge como fonte Oficial e *Expert* ao afirmar que “os fatos que não estão relacionados diretamente ao Corinthians ainda terão uma apuração específica”.

OUTUBRO 2007

Em outubro de 2007 foram identificadas ao todo 10 ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Duas delas têm chamada na capa.



Figura 37: Edição de *Veja* de 17/10/2007

MATÉRIA 70 - 17/10

TÍTULO: Máquina letal contra o crime

TEMÁTICA: Segurança pública

TEMA: Bope

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Tabela 26: Classificação das fontes em níveis – Matéria 70 – 17/10/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	<i>Expert</i>	Não-específica
1. Ex-oficial do Batalhão de Operações Especiais (Bope), sob a condição de não ser identificado		x		x		
2. Coronel Pinheiro Neto, Comandante do Bope	x				x	
3. Leonardo Barreto, ex-tenente do Exército que já			x		x	

fez cursos com polícias especializadas nos EUA, Israel, Itália e Espanha						
4. Mário Sérgio Duarte, ex-comandante do Bope		x		x		

Na capa de 17 de outubro de 2007, *Veja* utiliza o gancho do filme *Tropa de Elite* para veicular uma matéria especial sobre a segurança pública no Brasil. O título da manchete é “Pegou geral”. A matéria se inicia com um texto no qual mistura ficção e realidade. Traz, ainda, uma segunda matéria sobre o filme, comparando-o com outras produções cinematográficas. Mas é a terceira retranca, destinada a explicar como são formados os policiais, que ateremos nossa análise. “Máquina letal contra o crime” é o título interno da matéria, que se dedica a explicar o treinamento exaustivo e o código de conduta rigoroso que fazem do batalhão uma das melhores tropas do mundo.

O treinamento rigorosíssimo é o que diferencia os homens do batalhão do restante da polícia. “Nesse curso, a rotina do aluno é quebrada. Ele dorme muito pouco, se é que dorme; alimenta-se muito pouco, quando se alimenta, e é submetido a tarefas extenuantes”, diz o coronel Pinheiro Neto, Comandante do Bope. Sua declaração é considerada Oficial e *Expert*, pois a fonte fala em nome do comando do batalhão.

Um ex-oficial do Bope, sob a condição de não ser identificado, confirma a rotina do treinamento, que pode incluir desde sessões de choques elétricos a afogamentos. Essa fonte é classificada como Oficiosa e Testemunha, pois não pertence mais ao grupo de elite e apenas abona o que descreve *Veja*.

A revista destaca que aqueles que conseguem superar o rigoroso treinamento passam a integrar a tropa composta, atualmente, por 2 mil homens. Daqueles que ingressam no curso, apenas 20% vão até o fim. Leonardo Barreto, ex-tenente do Exército que já fez cursos com polícias especializadas nos Estados Unidos, Israel, Itália e Espanha (Independente e *Expert*), coloca que “existe um reconhecimento mundial do padrão de excelência do Bope”. Esse padrão de destaque é fruto também de uma atitude mais rigorosa com os maus policiais.

A fonte Mário Sérgio Duarte, ex-comandante do Bope, é considerada como Oficiosa e Testemunha, pois não representa mais a unidade, mas continua a atuar na polícia. Duarte confirma que no batalhão “o policial é excluído ao menor sinal de irregularidade”.

Nota-se pluralidade na matéria com a inclusão da fonte Testemunha. Ao não querer ser identificado, o ex-oficial traz um tom de crueldade às ações, deixando a entender que o treinamento pode ir bem mais além do que foi exposto.



Figura 38: Edição de *Veja* de 24/10/2007

MATÉRIA 71 - 24/10

TÍTULO: Fraude de 500 milhões de reais

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Fraude

TOTAL DE FONTES: Três fontes

Tabela 27: Classificação das fontes em níveis – Matéria 71 – 24/10/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Relatório do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), relator da CPI do Apagão Aéreo	X				X	
2. Procurador da República Rômulo Conrado	X				X	
3. Cláudio Weber Abramo, diretor da organização Transparência Brasil			X		X	

Na capa de 24 de outubro de 2007, *Veja* abordou em uma pequena manchete, as irregularidades em obras de aeroportos brasileiros apontadas pela CPI do Apagão Aéreo, que acusa empreiteiras de superfaturamento. A investigação que levou o dono da construtora Gautama, Zuleido Veras, para a prisão mostrou que “não existe melhor negócio no Brasil do que uma gigantesca obra pública”, afirma *Veja* no lide da matéria, assinada por Otávio Cabral

e Ricardo Brito. É uma forma que a revista encontra de chamar a atenção do leitor para o tema recorrente do desvio de verbas públicas em grandes construções federais.

Como fonte Oficial e *Expert*, *Veja* utiliza um trecho do relatório senador Demóstenes Torres (DEM-GO), relator da CPI do Apagão Aéreo. Representando a Procuradoria-Geral da República, *Veja* cita o procurador Rômulo Conrado (Fonte Oficial e *Expert*). Cláudio Weber Abramo, diretor da organização Transparência Brasil, é classificado como fonte Independente e *Expert* por não possuir nenhum vínculo de interesse com a situação, mas ser especialista no assunto. Sua citação legitima o que foi exposto por *Veja*: “Governantes e parlamentares sabem as causas e os efeitos nefastos da corrupção, mas não a combatem como deveriam porque não querem, porque se beneficiam dela ou para não perder seus aliados”, destaca.

DEZEMBRO 2007

Seis foi o número de ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública no mês de dezembro. Apenas uma teve chamada de capa.



MATÉRIA 82 - 05/12

TÍTULO: Espionagem oficial

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Espionagem

TOTAL DE FONTES: Quatro fontes

Figura 39: Edição de *Veja* de 05/12/2007

Tabela 28: Classificação das fontes em níveis – Matéria 82 – 05/12/2007

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)	x			x		
2. Relatório da polícia goiana a que <i>Veja</i> teve acesso	x				x	
3. Detetive Edilmar Lima, dono da Central Única de Detetives	x			x		
4. Detetive Luzia Tanganelli		x		x		

Na publicação de 5 de dezembro, uma matéria com chamada secundária de capa mostra relata que a Polícia Federal averigua em sigilo a contratação de detetives particulares para investigarem a vida do senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Os detetives de Goiás e Brasília foram orientados a identificar desde supostos negócios fraudulentos realizados entre o parlamentar e empresários até a existência de contas bancárias no exterior. Foi o segundo episódio de tentativa de espionagem em menos de dois meses. Perillo é defensor da cassação do presidente licenciado do congresso, Renan Calheiros.

Das 234 páginas, quatro foram dedicadas a dar espaço às desconfianças do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que acusa a Polícia do Senado de contratar detetives particulares para investigar a vida de senadores adversários a Renan Calheiros. Novamente, *Veja* coloca como central o nome do senador Renan Calheiros, desta vez envolvido em suposta espionagem.

Perillo diz que o Senado contratou um conhecido escritório de espionagem – a Central Única Federal dos Detetives do Brasil, para levantar informações suas informações financeiras. O objetivo relatado por Perillo era usar algum desses dados para acuá-lo quanto ao seu voto (a favor da cassação) no julgamento por quebra de decoro de Calheiros. O senador Perillo é enquadrado na categoria Oficial e Testemunha, uma vez que em todas as citações veiculadas por *Veja* com base na entrevista feita pelo repórter Otávio Cabral, Perillo se coloca como vítima de uma armação.

De acordo com o relatório da polícia goiana (Fonte Oficial e Expert) a que *Veja* teve acesso foi um agente da Polícia do Senado não-identificado que procurou o escritório de

espionagem, o qual, por sua vez contratou um segundo escritório em Goiânia, cidade onde mora Perillo. *Veja* dá excessivo espaço para o senador se justificar, dando importância para uma questão que não é a central. No caso, a Polícia do Senado foi utilizada com outros fins que não os de zelar pela integridade do órgão.

O detetive Edilmar Lima, dono da Central Única de Detetives (Oficial e Testemunha), disse que não poderia falar, pois todo o contrato que ele assina há uma cláusula rigorosa de sigilo. “Se fiz ou não esse serviço, não posso falar”, salientou ao ser questionado. Fica evidente a tentativa de *Veja* de destaque para o fato, ao tender para a possibilidade de realmente a espionagem ter se consumado.

Edilmar Lima admite conhecer a detetive Luzia Tanganelli, uma vez que ela é uma das 300 profissionais que trabalham para a Central, e inclusive tem o telefone dela em sua agenda no celular. Ela é apontada como a responsável por gerir a espionagem a Perillo em Brasília. No entanto, procurada por *Veja*, Luzia negou conhecer Lima. Classificamos a detetive como fonte Oficiosa e Testemunha por estar reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo – fato confirmado por Lima –, mas ter mentido por acreditar não ter autorização para falar em nome da Central Única de Detetives.

JANEIRO 2008

No mês de janeiro de 2008 foram identificadas cinco ocorrências de matérias com as temáticas criminalidade, violência e segurança pública. Duas delas tiveram chamada de capa.



Figura 40: Edição de *Veja* de 16/01/2008

MATÉRIA 89 - 16/01

TÍTULO: Dança com lobos

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Estelionato

TOTAL DE FONTES: Duas fontes

Tabela 29: Classificação das fontes em níveis – Matéria 89 – 16/01/2008

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Doméstica Maria Lúcia Martins			x	x		
2. Edison Lobão Filho, filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA)		x				x

No dia 16 de janeiro, *Veja* traz, na parte superior há três manchetes secundárias de proporções distintas. A central tem um espaço menor e chama para a matéria que analisaremos. O texto refere-se ao uso de laranjas pelo filho do senador Edson Lobão (PMDB-MA) para se livrar de dívidas.

A possível ida do senador Edison Lobão (PMDB-MA) para o ministério de Minas e Energia abre caminho para que seu suplente e filho, Edison Lobão Filho, ocupe a cadeira vaga no senado. No entanto, em 1999, antes de se candidatar a substituto do pai, ele foi advertido que não era bom migrar do mundo dos negócios para o político com dívidas milionárias. Proprietário de uma distribuidora de bebidas, ele resolveu o problema transferindo suas cotas na empresa para uma empregada doméstica. Ela só descobriu que tinha sido usada como laranja quando a polícia e a Receita Federal bateram a sua porta. Somente aos bancos a empresa devia R\$ 5,5 milhões. As contas em nome da doméstica foram abertas por meio de procurações falsas.

Como fontes a revista utiliza a doméstica Maria Lúcia Martins. “Fiquei muito assustada, moço”, disse ela a *Veja*. Maria Lúcia enquadra-se na em fonte Independente e Testemunha por ser uma vítima do acontecimento.

Edison Lobão Filho é enquadrado em fonte Oficiosa e Não-específica, pois fala como futuro Senador sem, no entanto, estar ligado ao Senado. Lobão Filho admitiu a *Veja* o uso da doméstica como laranja e mostrou-se, segundo a reportagem de Ricardo Brito, arrependido. Ele se defende das acusações: “Não posso ser responsabilizado por essa dívida porque nem usufruí o dinheiro.”



Figura 41: Edição de *Veja* de 30/01/2008

MATÉRIA 91 - 30/01

TÍTULO: Autópsia da corrupção

TEMÁTICA: Criminalidade

TEMA: Corrupção

TOTAL DE FONTES: Cinco fontes

Tabela 30: Classificação das fontes em níveis – Matéria 91 – 30/01/2008

Fonte	Nível 1			Nível 2		
	Oficial	Oficioso	Independente	Testemunha	Expert	Não-específica
1. Reportagem de <i>Veja</i> publicada em maio de 2005	x				x	
2. Relatório final da Polícia Federal sobre o desvio de verbas nos Correios	x				x	
3. Consultor Arlindo Molina			x	x		
4. Cientista política Lucia Hippolito			x		x	
5. Deputado Mário Negromonte (PP)	x					x

“Exclusivo – O manual dos Ladrões”. É com essa manchete que *Veja* circula no dia 30 de janeiro de 2008. Em preto e branco, uma fotografia desfocada registra o momento em que o diretor dos Correios, Maurício Marinho, recebe propina.

A matéria, assinada pelo repórter Policarpo Júnior, tem como base uma reportagem de maio de 2005 da própria *Veja* e o relatório final da Polícia Federal (ambos os textos fontes Oficiais e *Experts*) sobre o desvio de verbas nos Correios. O caso deflagrou o escândalo do mensalão e levou o Supremo Tribunal Federal a processar mais de 40 pessoas. O relatório da PF traz as conclusões sobre a gênese do escândalo, expondo a maneira como os políticos tomam de assalto empresas públicas para satisfazer interesses pessoais e partidários. *Veja* destaca que, em uma curiosa inversão de papéis, o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB) se diz vítima de extorsão por parte ex-detetive e consultor Arlindo Molina (Independente e Testemunha).

A cientista política Lucia Hippolito (Independente e *Expert*) comenta que as negociações de cargos, por seu caráter pouco nobre e suas intenções nada explícitas, são escancaradas sem nenhuma cerimônia. A especialista legitima o discurso de *Veja*. “O fisiologismo sempre existiu, mas Lula o levou ao paroxismo e ficou prisioneiro dele”, destaca.

O deputado Mário Negromonte (PP) (Oficial e Não-específica) acredita que a corrupção nos Correios seria uma exceção em um universo de boas intenções. “O cargo é uma coisa simbólica, que serve para mostrar que se tem poder. Isso ajuda o deputado a implementar suas idéias em benefício da população”, afirma.

6.1.1 Apreciação das fontes

Nos 29 textos analisados, em 24 edições com chamada de capa, foram identificadas 118 referências, divididas nos níveis conforme as *Tabelas 31 e 32*. De acordo com os critérios de fontes que estabelecemos para esta pesquisa, com base em Lage (2006), podemos avaliar que a maioria das fontes utilizadas por *Veja* são do tipo Oficial, em relação ao *Nível 1*, e *Expert*, em relação ao *Nível 2*.

Constatamos, dessa forma, a predominância das fontes Oficiais, com 65,25% de ocorrências. Em seguida, vem as fontes *Expert*, com 56,8%, e as fontes que não se enquadram

em nenhuma categoria do *Nível 2* (22%). As fontes do tipo Testemunha representam 21,2%, em quarto lugar, as Independentes, 19,5%, e, com 15,25%, com a menor incidência de citações, vem as Oficiosas.

Tabela 31: Total de fontes *Nível 1*

Oficial	77	65,25%
Oficiosa	18	15,25%
Independente	23	19,5%
TOTAL	118	100%

Tabela 32: Total de fontes *Nível 2*

Testemunha	25	21,2%
<i>Expert</i>	67	56,8%
Não-específica	26	22%
TOTAL	118	100%

O cruzamento de dados também nos dá uma dimensão do cruzamento de fontes de *Nível 1* e *Nível 2*. Das 77 referências a fontes Oficiais, 65% (50 citações) também são *Experts*. Dessa forma, podemos inferir que a maioria das fontes Oficiais é especialista na sua área como, por exemplo, o delegado da Divisão Anti-Sequestro da Polícia Civil de São Paulo, citado na Matéria 3. Ele fala em nome da instituição Polícia Civil, mas também é um *Expert* na área de seqüestros.

Ainda em relação às fontes Oficiais, consideramos que 23 referências, o que representa 29,8%, não se enquadra nas características de *Nível 2* e, portanto, são Não-específicas. Dentre as fontes Oficiais que também são Testemunhas, destacamos quatro citações – 5,2%. É possível considerar que as fontes Oficiais preferem não ter seus nomes

relacionados a assuntos referentes à criminalidade, à violência e à segurança pública como Testemunhas, como tendo presenciado uma ação, participado de uma atividade etc.

Segundo os dados, das 18 referências a fontes Oficiosas, mais da metade (55,5%) – 10 menções –, dizem respeito a fontes do tipo Testemunha. A fonte está ligada a uma instituição, porém não fala em nome dela para não comprometer o cargo, a própria instituição, sua reputação etc, ou, pode não estar autorizada pela instituição a representá-la.

Cinco referências (27,8%) são consideradas, além de oficiosas, *Experts*. São especialistas em uma determinada área, como um ex-comandante da Varig que atualmente atua em outra companhia, citado na *Matéria 21*. A fonte é Oficiosa porque não teve seu nome e a empresa para a qual trabalha divulgados. No entanto, fala como *Expert* na área de aviação. Além disso, três fontes foram consideradas Oficiosas e Não-específicas por não terem definidas na reportagem suas peculiaridades.

Das 23 fontes Independentes, 11 (47,8%) também são avaliadas como Testemunhas. Desvinculadas de qualquer dependência com empresas privadas ou públicas, associações, clubes etc., as fontes Independentes mostram que podem falar sem comprometer algo maior. Como exemplo, apontamos o antigo dono do grupo O Jornal, Nazário Ramos Pimental, citado na *Matéria 54*, e a doméstica Maria Lúcia Martins, na *Matéria 89*. A empregada foi usada, sem saber, como laranja pelo filho do deputado Edson Lobão.

As fontes Independentes também apresentam um número grande de *Experts* relacionados. São 10 citações (43,5%) em 23 ocasiões. A *Matéria 70* traz um exemplo do que consideramos com Independentes e *Experts*: Leonardo Barreto, ex-tenente do Exército, que já fez cursos com polícias especializadas nos EUA, Israel, Itália e Espanha. Ele não está ligado a nenhum tipo de instituição, fala por si, mas do lugar de quem entende sobre o que está falando, o Batalhão de Operações Especiais. Em apenas duas ocasiões (8,7%) não foi possível especificar onde se enquadravam, em *Nível 2*, as fontes.

6.2 Análise da pluralidade

Os repórteres que cobrem criminalidade preferem as fontes oficiais (SIMON e HAYES, 2004). É fácil transcrever o conteúdo de boletins de ocorrência e confiar nas informações fornecidas por delegados, investigadores e escrivãos. Segundo Sanford Sherizan, no estudo “*Social Creation of Crime News: All the news fitted to print*”, mencionado por Simon and Hayes, “a polícia supre os repórteres com um fluxo constante de crimes e essas informações se adaptam às rotinas de trabalho dos repórteres transformando-se em matéria prima do noticiário policial” (Idem, p.90).

Mesmo sendo consideradas como as mais confiáveis, Lage (2001) sustenta que as fontes oficiais falseiam a realidade para preservar interesses, beneficiar pessoas e grupos.

Comumente – e isso não é considerado ético –, sonham informações de que efetivamente dispõem (o segredo de estado, os dados confidenciais ou reservados, constituem uma categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convém às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade (para fingir que são bem informados) e para se livrar do repórter chato. (LAGE, 2001, p.64).

Para o autor, a estrutura centralizada do jornalismo convencional gera uma supremacia absoluta das fontes Oficiais. A polícia, por exemplo, é uma fonte Oficial legítima, mas é papel do jornalista questionar e fiscalizar as suas ações. No entanto, isso nem sempre ocorre. Muitas vezes o jornalista apressa-se em publicar as informações da fonte Oficial.

O exemplo dos repórteres que cobrem criminalidade serve para ilustrar a dependência dos repórteres em relação às fontes Oficiais. No entanto, o jornalista deve sempre checar com outras fontes as informações referentes a um fato. É papel do jornalista duvidar sempre e tornar o texto o mais plural possível, cercado com diferentes opiniões. A fonte ideal é aquela que acumula reputação, credibilidade e sensibilidade para o interesse público, é aquela que possui a habilidade de fornecer notícias exclusivas e interessantes. Reunir várias fontes com essas características em um texto é melhor maneira de levar informação ao leitor.

Para o autor norte-americano Herbert Gans (apud WOLF, 2003), as fontes possuem valores distintos e variáveis e os jornalistas observam os seguintes aspectos na escolha delas:

a) a oportunidade antecipadamente revelada; b) a produtividade (significa a prevalência de fontes institucionais, por fornecerem material suficiente para fazer a notícia); c) a credibilidade; d) a garantia; e e) a respeitabilidade.

Dessa forma, retomamos nosso problema de pesquisa, buscando responder se em sua prática jornalística, a revista *Veja*, referência entre as publicações da área no Brasil, procura ser plural em relação as mais diversas fontes quando o tema da matéria é violência, criminalidade e/ou segurança pública.

Como consequência de nossa pesquisa, constatamos que *Veja* não foi plural na utilização das fontes, uma vez que as Oficiais (65,25%) e as *Experts* (56,8%) foram as mais procuradas pelos repórteres.

Como exemplo da falta de pluralidade de fontes, podemos citar a suíte da *Matéria 4*, sobre o assassinato de João Hélio Fernandes, veiculada no dia 21 de fevereiro. Na abordagem do tema classe social, *Veja* faz prevalecer o ponto de vista da classe média, uma vez que mesmo tendo a oportunidade de estudar, de viver em uma família estruturada e religiosa, um dos acusados pelo crime passou a cometer atitudes ilícitas. Isso fica mais evidente quando percebemos que “O outro lado”, o lado de quem vive no subúrbio, não foi mencionado. *Veja* não recorreu a fontes que pudessem dar opinião sobre o fato.

A tendência de *Veja* em abordar certas questões, por exemplo, como a cassação de Renan Calheiros, fica evidente no destaque que a revista deu em suas capas para o ex-presidente do Senado. Em quase todas as matérias em que aborda a criminalidade, notamos a referência de *Veja* a questões políticas e, em especial, ao governo Lula sempre de forma negativa. A atitude pode ser descrita como um reflexo do comportamento da imprensa neoliberal. Esse comportamento da mídia faria parte de um processo indicado por Noam Chomski (apud PAIXÃO, 2002), como uma “construção de consenso”, no qual a imprensa, por trás de uma ideologia de imparcialidade, se comporta de modo a manter as estruturas dominantes no poder. O atual governo é a estrutura dominante hoje. *Veja* deixa clara sua identificação com outra ideologia e expõe, através da abordagem sistemática da criminalidade política, sua preferência de que outro grupo estivesse exercendo o poder. Além disso, nas matérias de “ataque ao governo” traz, em diversas ocasiões, citações as quais não foram necessariamente trabalho do repórter. Nesse caso específico, isso deixa transparecer, uma falta de compromisso com as fontes Oficiais ligadas ao governo Lula. Como exemplo, podemos citar as Matérias 18 e 30

Em relação às temáticas, identificamos apenas um texto relativo à violência na capa. A *Matéria 2* refere-se justamente ao caso que deu início a este trabalho: o assassinato de João Hélio Fernandes. No decorrer do texto, percebemos a citação a quatro tipos de fontes: Oficial e Independente, em *Nível 1*, e Testemunha e *Expert*, em *Nível 2*. *Veja* conseguiu reunir diferentes aspectos da noite do crime e trazer para os seus leitores informações de quem presenciou as cenas e participou das prisões aos assassinos. Também expôs a fala do pai de um dos acusados e de especialistas na área de violência, criminalidade e segurança pública.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por realizar esta pesquisa se deu em razão, primeiramente, pela predileção por temas relacionados à editoria de polícia. Como em revistas esse enquadramento não é realizado por editoria, criamos uma maneira de abordá-lo levando em conta as características do meio. Em um primeiro momento, a análise das matérias a respeito do assassinato do menino João Hélio Fernandes era o nosso foco, mas o tema e a escassez de material analítico não nos permitia promover uma investigação em nível de Mestrado. Decidimos, então, manter o assassinato de João Hélio como um marco para a pesquisa das fontes em *Veja*.

Na preparação do material para a investigação, percebemos que a revista aborda o assunto “polícia” de maneira mais ampla e optamos por dividi-lo em três temáticas: criminalidade, violência e segurança pública. Em 12 meses, encontramos 93 reportagens. Durante o período analisado, apenas um texto sobre violência teve chamada de capa, que foi exatamente o que deu início a esta pesquisa: o assassinato de João Hélio Fernandes. Em relação à abordagem de segurança pública, 11 textos tiveram manchete. A criminalidade foi chamada de capa em 17 ocasiões, prevalecendo os temas de abordagem política, como desvio de verbas públicas, fraude, lobby associado a favorecimentos pessoais, entre outros. Dessa forma chegamos a 29 reportagens com chamada de capa em 24 edições. Restringimos-nos a identificar as fontes presentes nesses textos e encontramos 118 inferências.

Cabe ressaltar que iniciamos a pesquisa sem uma hipótese prévia, não estando ela expressa nem explícita nem implicitamente no decorrer do trabalho. Não existiu a preocupação em comprovar nada. A pesquisa foi totalmente investigativa e exploratória. Diante disso, procuramos ter o maior rigor científico possível no sentido de apurar a recorrência de *Veja* às fontes, utilizando como método a Análise de Conteúdo, e tendo como base teórica a classificação de fontes de Nilson Lage (2006). Destarte, chegamos às conclusões e observações que seguem.

Um dos assuntos mais recorrentes em *Veja* nos 12 meses analisados é em relação à política. Em um primeiro momento, o tema não tem nenhuma analogia com o objeto de estudo desta pesquisa, mas, uma análise mais profunda revela um intercruzamento com assuntos referentes à criminalidade e à segurança pública. Em algumas matérias selecionadas

no ano de 2007, as quais têm como foco questões políticas, são feitas referências a crimes como peculato, sonegação fiscal, desvio de dinheiro público, suborno etc.

Para o sociólogo Reinaldo Dias (2008), é indiscutível a ascendência do poder político sobre os demais poderes, quer sendo exercido com a função de organizar a vida em sociedade ou de forma a estabelecer a dominação de um grupo pelo outro. Dessa forma, a busca incansável pelo poder desde os primórdios da humanidade tem-se tornado pretexto para ações não-aceitáveis no convívio em sociedade. Um dos exemplos de exercício desse poder é o lobby, que nada mais é do que um grupo de pressão na esfera política, um grupo de pessoas ou organizações que tentam influenciar, aberta ou secretamente, as decisões do poder público em favor de seus interesses.

O lobby não é crime, mas pode acarretar graves desequilíbrios na representação política. “Os grupos de interesse, quando utilizam mecanismos de pressão para obter o que desejam, podem manter direto contato com suas lideranças para persuadir a autoridade pública respectiva sobre a importância da demanda” (DIAS, 2008, p.239). No entanto, apesar de não ser crime, muitas dessas tentativas de pressão por parte de lobistas acabam tendo como consequência crimes como, por exemplo, contra a economia popular – desvio de dinheiro público.

Nota-se que a revista faz opções com o objetivo de conquistar seu público leitor. Utiliza muitas vezes palavras e expressões com a finalidade de destacar (atribuir importância) ou rebaixar (minimizar) determinadas situações para melhor expressar o que acredita ser a melhor versão de um fato. Dentro desse contexto, percebemos que a abordagem das práticas governamentais relativas à repressão à criminalidade possui estreita ligação com o modo como as reportagens jornalísticas de segurança são elaboradas por Veja.

As idéias da política de tolerância zero, de criminalização da miséria, da dessocialização das causas da criminalidade, da redução da maioria penal, do recrudescimento do combate às drogas, do aprisionamento em massa, entre outras, são abordadas com frequência durante os 12 meses. Estas idéias ganham a maior parte de seus adeptos nas classes médias e altas. Os pobres, vítimas das desigualdades sociais, se tornam culpados pela violência urbana gerada em razão dessas desigualdades, ou seja, são considerados culpados por serem vítimas.

As ações de segurança pública são divulgadas de dentro dos aparatos policiais do Estado, tendo, na maioria das vezes, a fonte Oficial como única voz. A violência e a

criminalidade são, geralmente, ocorrências de um mesmo fenômeno. No entanto, violência nesta pesquisa é classificada como crime com caráter violento ou ação que resulta em mortos ou feridos e dessa forma é a temática menos privilegiada.

A violência que explode com crescente intensidade na sociedade brasileira não é episódica nem recente. É, em uma consideração preliminar, um processo resultante dos desequilíbrios estruturais de origem na organização e evolução societária nacional. As manifestações violentas são exemplos de problemas que podem destruir a vida coletiva em círculos restritos ao pessoal e, até mesmo, em ambientes mais abrangentes, referentes a uma cidade ou a um país.

Como decorrência lógica de tudo que foi feito ao longo deste trabalho, é possível afirmar que em relação às reportagens de criminalidade, violência e segurança pública, Veja recorre predominantemente a fontes do tipo Oficial e *Expert*.

É importante afirmar que este estudo trata-se de uma contribuição às análises das veiculações jornalísticas relacionadas às temáticas, não possuindo, portanto, um caráter conclusivo. Pretendemos, desse modo, que se abram outras investigações a respeito do assunto, que visem complementar a esta e a outras pesquisas realizadas anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. Belmont, California: Wadsworth, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

BECKER, Howard S. **Método de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOSCHI, Jose Antonio Paganella. **Violência e criminalidade: o resgate do Pacto Federativo como proposta de solução**. In: Revista da Ajuris, Porto Alegre, v.31, n.94, p.169-184, jun., 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

CARVALHO, Salo. **A Política Criminal de Drogas no Brasil – Estudo Crimonológico e dogmático**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

COMBLIN, Stanley. **Visions of Social Control**. Cambridge: Poli Press, 1985.

COLOMBO, Furio. **Conhecer o jornalismo hoje: como se faz informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

DADOON, Roger. **A Violência. Ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DARDE, Vicente. **As vozes da Aids na imprensa: Um estudo das fontes de informação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo***. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2006].

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2008.

EDITORA ABRIL. **Tabela Geral dos Leitores Abril. Estudos Marplan de janeiro a dezembro de 2007**. Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/geral_perfil_leitor.php>. Acesso em 28 de março de 2008.

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia**. Curitiba: Juruá, 2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - Revisão 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **Violência, política, poder e Estado: reflexões preliminares**. Florianópolis, UFSC, Mimeo, 1984, 25 pp. Disponível em <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t077.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2006 às 15h28min.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. **Violência**. Disponível em <<http://www.ceismael.com.br/artigo/artigo097.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2008.

GUARESCHI, Pedrinho. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petropolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. São Paulo: Rideel, 1999.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John e BRIAN, Roberts. **A produção social das notícias. O mugging nos media**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teoria e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.

HENN, Ronaldo. **A dimensão semiótica da violência**. Trabalho apresentado ao NP 15 - Semiótica da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília, 8

e 9 de setembro de 2006. Disponível em <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em 22 junho de 2008 às 14h50min.

HENN, R. C.; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Criminalidade e notícias nos jornais de Porto Alegre**. In: VI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Santa Cruz de La Sierra: USPA, 2002. v. 1. Acesso em 14 de fevereiro de 2009.

HENRIQUE, Carlos. In: CALDAS, Álvaro. **Revistas semanais: a notícia em sete dias**. Deu no Jornal – O jornalismo impresso na era da Internet. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008. p. 133-160.

HERSCOVITZ; Heloiza. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HOHLFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera Veiga; MARTINO, Luiz (org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HULTENG, John. **Os desafios da comunicação: problemas éticos**. Florianópolis: EdUFSC, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) E ESCRITÓRIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) NO BRASIL (ORG). **Transformação produtiva com equidade: o debate no Brasil; condicionantes macroeconômicos**. Brasília: IPEA, 1995. 214p.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

KIENTZ, Albert. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KLIKSBERG, Bernardo. **Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina**. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, maio/jun, vol. 36, 2002, p.399-432.

KOVACK, B; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2002.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo, Ática, 1989.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MULLER, K. M.; VIZEU, ALFREDO. **O mundo acadêmico e as estratégias discursivas da revista *Veja***. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org.). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petropolis: Vozes, 2000, p. 339-356.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete***. São Paulo: Annablume, 2002.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

NASSIF, Aramis. **Sentença penal: sociedade, conflito e cultura**. In: COSTA, Renata Almeida; NETO, Luiz Fernando Pereira (org.). As ciências criminais em debate. Passo Fundo: Editora UPF, 2006. p. 27-42.

NÚCLEO DE PESQUISA DAS VIOLÊNCIAS (NUPEVI). **Base de dados**. Disponível em <www.ims.uerj.br/nupevi/>. Acessado em 7 de dezembro de 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV). **Clipping**. Disponível em <<http://www.nevusp.org>>. Acessado em 30 de novembro de 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Mundial sobre Violência contra Criança**. 2006. Disponível em <www.violencestudy.org>. Acessado em 7 de dezembro de 2007.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY (2007).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Direitos humanos e desenvolvimento humano - pela liberdade e solidariedade**. Relatório do Desenvolvimento Humano 2000.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2005.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: tendência na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: os abusos da imprensa**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SANTOS, Carla Inês Costa dos; BRASIL, Eliete Mari Doncato. **Orientando sobre normas da ABNT**. São Leopoldo: Biblioteca da Unisinos, 2008. 72f.

SANTOS, Rogério. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHERIZAN, Sanford. **Social creation of crime news: all the news fitted to print**. In: WINICK, Charles. **Deviance and Mass Media**. Beverly Hills, CA: Sage, 1978, p. 203-224.

SHOEMAKER, Paula e REESE, Stephen. **Mediating the Message, Theories of Influences on Mass Media Content**. White Plains, NJ: Longman, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

_____. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SÓRIA, Paula Milano. **O caso “Titica”: Análise das falhas da cobertura policial do *Jornal Agora*.** 2005. 85f. (Especialização em Jornalismo e Mídia) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, [2005].

TAVARES DOS SANTOS, J.V., DIDONET, B. e SIMON, C. **A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola.** In: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.), *Violência não está com nada*, Porto Alegre, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993.
_____. **Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004, v.1.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Euripedes Falcão e VIEIRA, Marcelo Milano Falcão Vieira. **A dialética da pós-modernidade: a sociedade em transformação.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIZEU, Alfredo. **A construção social da realidade e os operadores jornalísticos.** In: Revista FAMECOS, n.25, Porto Alegre, p. 111-118, dezembro de 2004.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização.** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 03-17, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ANEXOS



Indispensável para o país que queremos ser.

veja

AmepBDO

Foto: Dethin Martins / TPA



veja

Indispensável para o país que queremos ser.

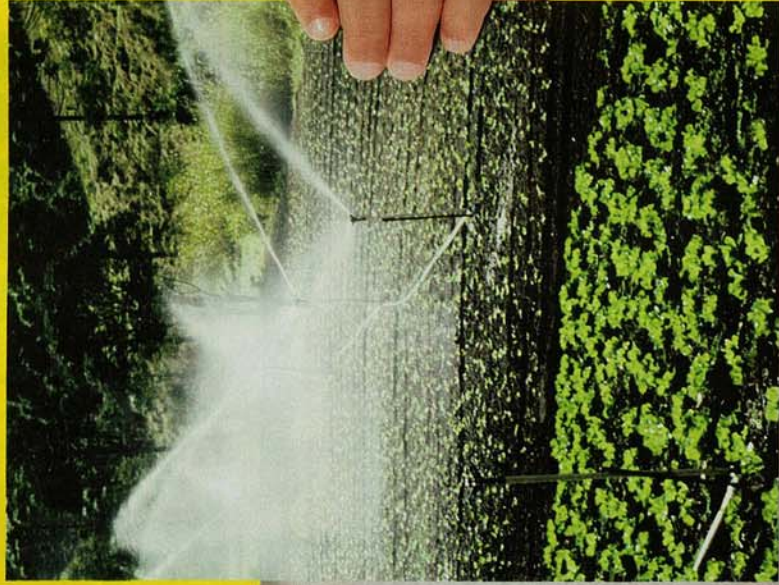
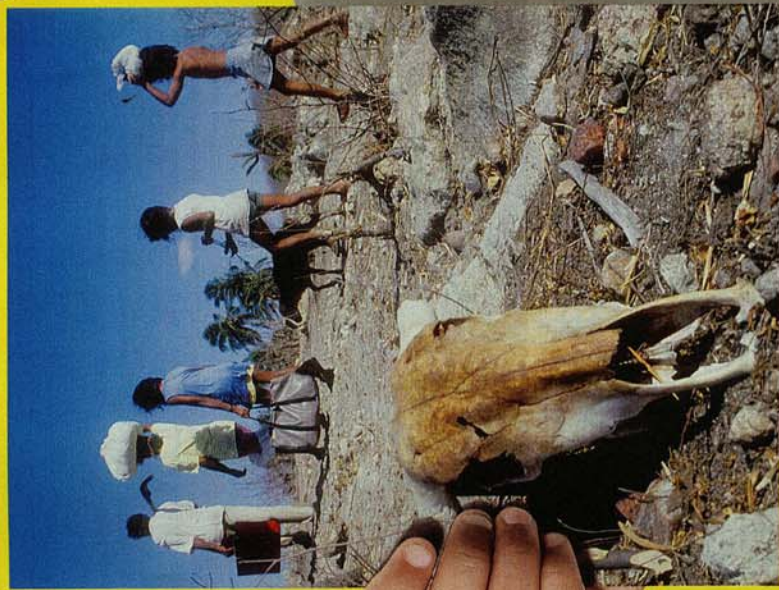


Foto: J.L. Duda/Flux - Opção Brasil Imagens



Amf8800